



.....

# VIAGEM PELO RIO AMAZONAS

CARTAS DO  
MUNDUS ALTER

*A. Gonçalves Dias*

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

*Volume 151*



**A***amazônia ameaçada. Da Amazônia de Pombal à soberania sob ameaça.* O próprio título do livro demonstra o foco de interesse e estudo de Gilberto Paim. O livro mapeia as ações ao longo da História para proteção e ao mesmo tempo explicita o interesse de diversos grupos para transformar a Amazônia em território internacional.

Gilberto Paim estuda o projeto de Pombal para ocupação da maior floresta tropical do mundo, detentora de 30% da biodiversidade do Planeta. Analisa as vicissitudes do padre Antônio Vieira, aprofunda a atuação dos religiosos na administração das aldeias, o processo de inquisição contra Vieira e a coerência de Pombal em relação à Amazônia.

Na segunda parte, Paim mostra como o território estava indefeso, relata as investidas de vizinhos hostis, a fragilidade que afetou Mato Grosso, a crise entre o poder civil e as ordens religiosas ao longo da História, as questões administrativas, as demarcações e, por fim, a expulsão dos jesuítas e o Tratado de Madri. Em anexo, como capítulo final, Gilberto Paim disserta sobre as reservas indígenas, a atuação das ONGs e as tentativas de se apossar de um dos maiores patrimônios ecológicos da Humanidade com a justificativa de internacionalizar parte significativa de nosso território.

**A** *mazônia, Patrimônio Universal?* Com considerável currículo na vida pública como governador, senador e ministro, Jarbas Passarinho também conhece como poucos seu território natal. Utilizando-se de informações precisas, confiáveis fontes e uma bibliografia pertinente, o autor aprofunda o conhecimento sobre a Amazônia, objeto de estudo e preocupação internacionais.

Por intermédio de farta documentação, faz uma ampla exegese acerca do desmatamento, da visão estrangeira da floresta, das diversificadas propostas de atuação na área, da potencialidade da região, da Amazônia dentro do ecossistema mundial, das questões indígenas, do ponto de vista de vários fóruns e organismos internacionais, entre tantos outros enfoques.

O livro estuda relatórios, documentos, as supostas ameaças à soberania nacional, os tratados internacionais e o equívoco em certos momentos da imprensa nacional e estrangeira sobre as questões amazônicas. O volume derruba mitos e analisa comportamentos de diversos segmentos do pensamento ideológico brasileiro.

Com sua escrita refinada, o autor mostra agudeza de espírito e riqueza de análise, com argumentos que levarão os leitores dessa obra singular a refletir sobre valores estabelecidos e pontos de vista preconcebidos sobre a vasta região amazônica.



Antônio Gonçalves Dias  
(Caxias-MA \*10/8/1823 – naufrágio do navio *Ville de Boulogne* †3/11/1864),  
poeta e teatrólogo brasileiro.



.....

VIAGEM PELO RIO AMAZONAS –  
CARTAS DO MUNDUS ALTER



*Mesa Diretora*

Biênio 2011/2012

Senador José Sarney

*Presidente*

Senadora Marta Suplicy

*1º Vice-Presidente*

Senador Wilson Santiago

*2º Vice-Presidente*

Senador Cícero Lucena

*1º Secretário*

Senador João Ribeiro

*2º Secretário*

Senador João Vicente Claudino

*3º Secretário*

Senador Ciro Nogueira

*4º Secretário*

*Suplentes de Secretário*

Senador Gilvam Borges

Senadora Maria do Carmo Alves

Senador João Durval

Senadora Vanessa Grazziotin

*Conselho Editorial*

Senador José Sarney

Presidente

Joaquim Campelo Marques

Vice-Presidente

*Conselheiros*

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....  
*Edições do Senado Federal – Vol. 151*

VIAGEM PELO RIO AMAZONAS –  
CARTAS DO MUNDUS ALTER

*A. Gonçalves Dias*



*Brasília – 2011*



EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

Vol. 151

---

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2011

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho)

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-344-6

.....

Dias, A. Gonçalves.

Viagem pelo rio Amazonas – Cartas do Mundus Alter / A. Gonçalves

Dias. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

156 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 151)

1. Rio Amazonas, descrição. 2. Amazonas, viagem. I. Título. II. Série.

CDD 918.11

.....

.....

## *Sumário*

VIAGEM PELO RIO AMAZONAS

*Pág. 9*

CAPÍTULO I

Por Antônio Henriques

*Pág. 11*

HISTÓRIA PÁTRIA

*Pág. 21*

CAPÍTULO I

Reflexões sobre os *Anais Históricos do Maranhão*,  
por Bernado Pereira de Berredo

*Pág. 23*

CAPÍTULO II

Resposta à *Religião*

*Pág. 41*

CAPÍTULO II

Amazonas

*Pág. 51*

CAPÍTULO III

O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral  
foi devido a um mero acaso

*Pág. 107*



VIAGEM PELO  
RIO AMAZONAS

CARTAS DO *Mundus Alter*



.....

## Capítulo I

Antônio Henriques

Manaus, 20 de dezembro de 1861.

**P**RINCIPIO agora com uma série de cartas<sup>1</sup>, tão longas cada uma delas, que o nosso correio, segundo desconfio, tas não deixará chegar às mãos, senão por intermitências. Se te chegarem constantemente, é que ele o fará de velhaco, pelo gosto de me dar um desmentido perante o respeitável, tão pouco respeitado. Ainda bem se o fizer!

As nossas coisas te interessam na dupla qualidade de brasileiro e investigador assíduo de tudo quanto respeita à nossa pátria. Aí vão pois umas “notícias curiosas e necessáras”, como as batizaria o P.<sup>o</sup> Simão de Vasconcelos: cousas que a uma te mortifiquem e consolem, como a lança d’Abraão, que ao mesmo tempo levava à boca o mel e o ferro – receita a que teu colega Willis deu modernamente a designação de xarope colibeado. Vende-se na botica, e tanto basta para ser abominável.

---

1 Saiu esta carta, única que escreveu o poeta sobre o assunto, por isso que teve de retirar-se apressadamente para a corte onde sobreveio-lhe a terrível moléstia que o perseguiu até o fim da vida, em dezembro de 1861, no *Progresso*, jornal que eu então redigia.

Todavia, apesar destas reminiscências bíblico-farmacêuticas, vai isto escrito ao que a pena dá, sem veleidade científica e sem pretensões *au grand jour de la publicité*.

O Amazonas!

Ao pronunciar esta palavra todo o coração brasileiro estremece. Os que o têm visto sabem que a seu respeito se tem escrito mais ou menos do que a verdade; os que o não viram ainda conservam e guardam lá em um dos escaninhos da alma o desejo de o avistar ainda algum dia. Pois, no meio de tudo, crê que o Amazonas nada mais é do que um rio. Vê-se e admira-se, mas é só com o auxílio da reflexão que ele se torna assombroso. Navega-se por um imenso lençol d'água, onde o vento levanta tempestades perigosas, – onde a onça e a cobra se afogam por não poderem cortar a corrente, e como que o espírito se satisfaz pensando ter já contemplado o Amazonas! – mas o que se vê de um lado e de outro são ilhas – e além destas ilhas outros canais tão volumosos como estes, e além destes novas ilhas. A alma então se abisma não podendo fazer uma idéia perfeita do que é esta imensidade.

Supõe tu pois um imenso arquipélago, porque de cada um dos seus grandes confluente podes dizer que tem ainda para mais de mil ilhas e nele despejam alguns milhões de braças cúbicas de água por hora! Terra firme chama-se somente a que não é alagadiça, as margens chamam-se praias, as águas elevam-se em ondas e o vento conhece-se no seu elemento. Os termos mesmos da navegação de longo curso, quero dizer – do alto-mar, não se estranham antes parecem aqui necessários.

Queres ouvir?

Um dia, em viagem do Pará para o rio Negro, navegávamos com mar um pouco picado no magnifico vapor *Manaus* da Companhia do Alto-Amazonas. Seriam duas horas da tarde, e estávamos todos sobre a tolda, quando de repente brada uma voz não sei de onde: – “*homem no mar!*” Inquietos e sobressaltados, corremos todos à amurada, tripulação e passageiros, e viu-se uma cabeça de preto, que fugia, rápida como seta, pela popa do barco fora.

Ver naquele oceano uma pobre criatura lutar com o terrível elemento – o perigo em que estava, – a incerteza de salvação, a impressão daquele espetáculo assustador, – tudo estava de acordo com o grito de

“*homem no mar*”; porque no mar, onde quer que fosse, não seria maior o perigo. Mas o que ali se não veria, era que, logo atrás, uma cobra imensa arrastada pela corrente lutava também com as ondas, e fatigava-se com esforços inúteis. O vapor que já então recuava, deu-lhes felizmente outra direção de modo que os dois companheiros de infortúnio ficaram longe um do outro. O coitado do preto, no entanto, gritava como um possesso, e quase a afogar-se, ainda cometia barbarismos sem nenhum temor de Deus. Este, porém, foi servido que ele não morresse duas vezes afogado, pois iria com alguns erros de gramática atravessados na garganta! *Mi acudi gentis!*

Este espetáculo acrescentou certas idéias de alta consideração e profundo respeito, como se diz na Secretaria de Estado dos Negócios, à admiração que eu já sentia pelo Amazonas.

La eu, porém, tratando das suas ilhas. São elas no meu entender uma das maravilhas do Pará. Multiplica o curso dos rios pela extensão das suas margens, toma o circuito (!) destes milhares de ilhas; considera quantos rios há ainda de curso menos conhecido, os quais todos com raras exceções correm por um declive suave, os furos que encurtam as distâncias, os igarapés que em diferentes alturas comunicam os grandes rios entre si; – considera a preciosidade das suas drogas, a fertilidade incrível do solo, favorecida pelo calor e pela umidade, e verás que nenhum país é tão próprio para a agricultura, nenhum tão favorável ao comércio, – nenhum que tenha tanta quantidade de terras em contato com água navegável. – E logo o Baixo-Peru, que morre asfixiado se lhe tapamos o Amazonas, – a Bolívia que tudo espera do Madeira, e que pode ser muito por meio dele, – e Venezuela, e Nova-Granada que nos estendem os braços do Japurá e do rio Negro, ao passo que se temem naquele perigoso mar das Antilhas – e as nossas províncias de Goiás e Mato Grosso?... Amigo, seremos alguma coisa algum dia se os nossos vindouros valerem mais que os Fer... e Mar... de hoje – *duo magna luminaria*, – não lhes acho outro ponto de contato, senão serem ambas luminárias (S. EEx<sup>as</sup> me perdoem) – conselheiro ou comendador, ministro ou presidente, – o que for um – o que tiver sido outro – *duo magna luminaria*. É a Bíblia quem não diz e fico nisso – (*Et Deos fecit*) porque, se Deus os fez, ficaram feitos por todo o sempre.

Pasmado quando entra no grande leito do Amazonas, perdido nesta imensidade, o viajante pensa consigo: “Lá mais em cima, estas águas



se hão de tornar menos volumosas, hão de estreitar-se estas margens, este colosso há de enfim cair debaixo da ação e compreensão dos sentidos humanos!”

Nesta esperança passa o Xingu, Tapajós, Trombetas, Madeira (gigantes também), e o rio é sempre o mesmo!

Deixa atrás o imenso cabedal do rio Negro, com as suas águas que espantam pela cor, – o Japurá semelhante ao Nilo com as suas sete bocas, o Purus. Ucayale, Uallaga, e entre estes, o Coari, Tefé, Javari, Napo, centenas de outros; e o eterno rio, na distância de oitocentas, de novecentas léguas ainda parece o mesmo!

Sem dúvida que as águas diminuíram mas é que há menos ilhas, menos *paraná*s, eis tudo. O que se vê é, com diferença pouco sensível, a mesma coisa. A sua força é ainda a mesma, as suas transformações têm ainda a mesma intensidade; porque o Amazonas, o Solimões e o Maranhão, esta trindade fluvial num só corpo, é um grande destruidor; mas também um criador por excelência. Ilhas e praias faz ele ou desmancha com assombrosa facilidade.

Alguma vez, a canoa dirigida por um hábil prático, aporta a uma ilha que ali existe, diz ele – desde que a gente é gente, ou, por outros termos, desde que se viu admitido às honras, prós e percalços de tão penosa profissão.

É lisa a superfície das águas; o céu sereno se retrata nelas como num espelho, as folhas não remexem, os animais bravios pastam descuidados, as aves contemplam pasmadas os novos hóspedes que lhes chegam, – tão patetas uns como outros. Nada revela perigo, nem à inteligência do homem, nem ao instinto do irracional.

Nesta paz, neste, ao que parece, remansear das forças da natureza, ouve-se de repente um rugido como se os céus desabassem – árvores colossais oscilam, vergam, tombam como castelos de cartas! – a terra falta, desaparece – a canoa não desamarra, nem tem tempo, arrebenta-se-lhe o cabo, as águas repelidas pela queda das barreiras e das árvores repelem-na também para o largo; – e antes que os viajantes fossem tornar a si do assombro, – antes que saibam e conheçam o que foi, – antes que o mestre possa comandar alguma manobra, voltam elas pujantes, furiosas, redemoi-nhando, e num vértice – canoa, árvores, ilha – tido desaparece e se esvai

como por encanto. Boiam somente algumas dessas árvores monstros, que tornam perigosa a navegação do Solimões e do Amazonas, e cujas raízes sobrenadam sobranceiras como ilhas flutuantes sobre a superfície das águas; fogem grasnando algumas aves, lastimando a perda de seus ninhos – e o rio cobre majestosamente aquele espaço, aqueles destroços, aquele rubi *Troja* mostrando apenas naquele lugar uma larga mancha cor de terra: porque a ilha se submergiu num abismo tão completo e quase tão instantaneamente como um homem se afoga!

Mas estes destroços – terra e troncos – mais abaixo se aglomeram, se acumulam, acrescentando noutra parte o continente ou formando alicerces para novas ilhas. Depois a aninga surgirá dentre as águas com as suas folhas em forma de coração e o fruto à semelhança de um ananás inculto, – e mais acima, em terra já mais descoberta, vingará a canarana, pasto do herbívoro peixe-boi, perseguido na terra pelas onças, nos rios pelos jacarés, e pelo homem em toda a parte.

Infundas palmeiras, cujas raízes procuram e se nutrem de umidade, levantam os leques e as palmas, matizadas com as cores vivas das araras e papagaios, que folgam de pousar nelas.

Logo mais a embaúba virá ao sopro da brisa curvar as folhas esbranquiçadas, figurando um bando de garças pousadas à margem da corrente; e como coroa de tudo, a sumaumeira eleva e alarga a copa imensa e majestosa, cuja sombra ao meio-dia cobre, segundo se crê, a circunferência das raízes.

Enfim, à sombra desta vegetação vigorosa e rica, vem a baunilha encrustar-se nos troncos de superfície rugosa, embalsamando os ares o cacueiro pouco amigo do sol virá ocultar-se sob estas ramagens frondosas, – enquanto para se tornarem deliciosos mil frutos silvestres, e entre eles novas espécies dos já domesticados – a sorva, o auixi, o arajarana – só esperam a mão do homem para o recompensarem de seus desvelos.

Acrescente-se a isto milhares de parasitas, infinitas trepadeiras, que se emaranham pelos troncos, debruçam-se dos ares, estrelam a paisagem e matizam o panorama, acariciando a vista e o olfato ao mesmo tempo; mas com cores tão finas que se não desmancharam ainda na palheta do pintor; mas com olores tão suaves, que os não descobriram ainda os nossos perfumistas de agora. Aqui, quer ao clarão da Lua, quer no remansar de

uma noite serena dos trópicos, respira-se às largas, em ondas, a plenos pulmões, como se toda a atmosfera não bastasse para satisfazer a sede do olfato, que se desperta sôfrega, que é poesia ainda, que se converte em amor! – amor por todos quantos respiram sob este céu abençoado, e cujos peitos, se alguns tendes perto, arfam acordes convosco num sentimento invisível de amor da pátria e de benevolência recíproca.

Vós que, semelhantes a mim e a muitos outros, talvez sem razão, vos entristeceis ou irritais com o jeito que as nossas coisas vão tomando, acaso porque se vos tornou menos risonho o céu da vossa imaginação, – vós que, num acesso de hipocondria, chegastes a desamar a terra de que sois filhos e a descreer dos homens de quem sois irmãos, – vinde-me aqui passar um quarto de hora em noite de luar sereno, ou nessas noites de escuro, ainda mais belas e mais serenas do que as outras, em que milhões de estrelas se refletem nas águas, e no escuro transparente do céu e do rio desenham o duplicado perfil dessas florestas imóveis e gigantescas: respiraime estes aromas, que se elevam suavemente combinados, como de um vaso de flores colhidas de fresco, e haveis de achar-vos outro, e, como nos tempos felizes da juventude, capaz ainda das ilusões floridas, da confiança ilimitada, da fé robusta, nos sucessos, nos homens, no futuro, e, se quer por alguns momentos podereis sentir, haveis de sentir orgulho de vos chamardes *brasileiro* também.

Eis que obras perfaz o gigante em alguns anos!

É a ilha de Calipso sem a deusa, e sem as ninfas que a serviam, – um ninho de fadas, que se desencantaram, um paraíso, mas visto de longe. Perto!.. Toda a luz projetada sombra, diz um colega, toda a medalha tem reverso! Sentem-se logo os meruins, os micuins, os piuns, os mosquitos, as mutucas e os carapanãs – as aranhas, os lacraios, as cobras, todo o arsenal do Diabo em número infinito de instrumentos, – uns na terra, outros nos ares, – uns que mordem pela manhã, outros à tarde, outros de noite, já estes que ferram cantando, já outros que mordem à surdina, – com rosto ou mandíbulas, com a boca ou com o abdômen, – estes aqui, aqueles mais longe, – em uma palavra, há de tudo para todos os tempos, para todos os lugares, para todos os gostos! Nesta Babel de pragas, a poesia, como passarinho ao cair da tarde, esconde-se, que ninguém sabe mais notícias dela. Engano-me: a poesia do naturalista, botânico ou zoólogo, principalmente

se é alemães resiste a tudo, Martius no Japurá ou Grão-Caquetá, como melhor se chame, fez um poema à solidão das florestas. Está manuscrito o poema, e talvez morra nos limbos, mas eu que te falo, isto é, que te escrevo – *egomet luisec oculis vidi!*

Falei acaso ligeiramente da musa alemã? Praguento será quem o suspeite. Não mais, e acaso melhor que ninguém me deixei apaixonar por ela.

A musa alemã?!

Lá vai uma profissão de fé do que julgo e creio a seu respeito, posto que não o faça muito ao caso.

É uma dessas donzelas um pouco inteiriças, mas cheias de poesia e dignas de acatamento, atravessando as vastas salas de um antigo castelo feudal, entre retratos que amedrontam, e amplos razes, que movidos ao sopro de vento frígido numa noite de inverno, dão vida e movimento a um mundo fantástico, ideal e para sempre desvanecido!

É uma dessas figuras de anjos, que vemos e admiramos iluminadas nos antigos missais e velhos livros de orações, com fisionomia de expressão celeste; mas os pés e as formas envolvidas numa densa nuvem de brocados, de veludos, de damascos, figuras que não pousam, antes que parece que aspiram, e que de fato remontam aos céus.

Impressiona-se embora das nebulosidades de Kant, de Fichte e de Schelling! – de vez em quando lhe ouvireis um ai; um grito, como se conjuntamente se rompessem uma corda à lira e uma artéria ao coração: é o mundo real, a alma, a humanidade, – é a natureza que fala, a natureza pura, grande e tão nobre, que quase parece ideal, – a natureza manifestando-se num desses belos idiomas, que por si honram os que o falam, dão testemunho de suas largas concepções, e prognosticam as suas conquistas nos domínios infinitos da inteligência e da imaginação.

Mas...

Eu que cometo insano e temerário?

Musa, onde me sobes?! – Desce, vadia, senta-te com propósito, e conta-nos...

Ai!... já me esquecia que se tratava de pragas, micuins, e miudezas quejandas!

Dizia eu pois que, se fossem somente elas, a musa, mesmo a do naturalista, teria desculpa, cantando os enlevos desta terra, que zelamos tanto, e tão pouco aproveitamos. Infelizmente, porém, os males, como as sardinhas, andam em cardumes, e mais infelizmente ainda os cardumes de pragas fazem súcia com boa meia dúzia de enfermidades, das melhores que temos registradas nos *Memoriais patológicos*.

Mas não o querem crer, bem que mais alguém o tenha dito.

Entre esses, um homem, tão distinto pelas suas luzes, como pelos seus sentimentos representou este Pará e Amazonas, como um inferno em miniatura, as terras desertas, inabitadas, e quase inabitáveis, – a zona tórrida dos antigos com um dilúvio de todos os anos, – enfim só real e verdadeiro país de *Cocagne* para os *flibusteiros do Norte*, para os médicos que não têm que fazer na corte, e para os boticários, sem papeluxo de vendedores de drogas. Homem, que tal disseste! Caíram-lhe logo em cima desafetos em barda!

Por experiência própria bem deves saber, que, onde aparece incontestável merecimento nasce logo esta mostarda, como cogumelos em tempo de chuva. Criaturas a quem nunca vistes, que não conheceis, a quem nunca fizestes mal, de quem nunca se vos dará o valor de um cominho, – muitos, a maior parte desses, e o que é mais – os que alguma coisa vos devem, os que vos devem muito, estes principalmente, – logo que tendes verdadeiro merecimento são vossos desafetos: é o burguês de Atenas, votando no ostracismo de Aristides; mas os nossos burgueses de hoje, graças às luzes do século, não se satisfazem com escrever na concha a letra nefasta! Atiram com ela, em vez de pedra, à cabeça do pobre Aristides, para que tome juízo e se contenha nos limites estreitos, na senda trilhada do vulgar gacho. Digo-o sem aplicações, e passo adiante.

Ora, como ia dizendo, a chusma dos desafetos caiu-lhe em cima como uma nuvem de gafanhotos. “Vejam que administrador, diziam! – Que juízo de homem! Dizer aquilo do Grão-Ducado, que é o único Grão-Ducado que há em todo o Brasil, que é o único Brasil, que há em todo o mundo!”

Perdão, meus amigos!

Lá quanto a administrador não digo nada. Desde que a lei criou, ou vai criar uma classe deles, é da maior evidência que todo o *civis romanus*

se deve sujeitar à lei, e não há de manifestar talentos que a mesma lhe não reconhece. Se não está feita ainda a estatística destes nossos grandes homens, paciência! – esperemos sem aventurar juízos temerários!

Negar-se, porém, inteligência e critério a uma inteligência daquelas, só porque disse, pouco mais ou menos, que isto é um charco e como tal doentio, ides mais longe do que ele. Houve exageração no seu dizer, exageração intencional, manifesta, provada; mas falsidade, não.

E se não, vede:

Desembarca um homem no Pará, no começo das chuvas, ou no princípio do ano, com a intenção de seguir para o interior. Se tem alguma alma caritativa que por ele se interesse, pergunta-lhe logo até onde pretende chegar na sua excursão.

– Eu, responde-lhe o outro, desejo visitar certos rios e lagos, andar por furos e igarapés, cantos e recantos, até onde os fados me permitirem.

– Mas nesta estação? replicará a caritativa.

– Sem dúvida. De caminho...

– Sim, abandonado! Povoações outrora florescentes, prósperas, cheias de vida, – todas as do rio Negro, por exemplo, – tudo isto está hoje despovoado. Cultivavam outrora o anil, o café, o arroz, a farinha; – tinham olarias, faziam cordoalhas, extraíam drogas em abundância, – e hoje... vivem de esmolas! O Pará, que não é propriamente uma província agrícola, que o não será tão cedo. O Pará fornece farinha a Tabatinga! e em todo o Amazonas, em todo o Solimões, o arroz, como trigo em certas partes da Rússia, dá duas colheitas por ano, e a mandioca e a macacheira amadurecem em seis meses!

Índios, que é deles! Pois contavam-se então às centenas, por milhares!

E pois cheguei aos índios, faço aqui ponto para tomar fôlego, e continuar mais descansado.

Teu do C.  
G. DIAS.



# HISTÓRIA PÁTRIA





.....

## Capítulo I

### REFLEXÕES SOBRE OS *ANAIS HISTÓRICOS DO* *MARANHÃO* POR BERNARDO PEREIRA DE BERREDO<sup>2</sup>

**T**RATANDO-SE de reimprimir no Maranhão esta crônica, que abrange todos os acontecimentos daquela província desde o seu descobrimento até

---

2 Foram publicadas como introdução à 2.<sup>a</sup> edição dos *Anais Históricos*, feita nesta cidade em 1849 pelos srs. drs. Fábio A. de Carvalho Reis e Pedro Nunes Leal, e depois no 1º e 2º números do *Guanabara*, de que era G. Dias um dos redatores.

O ilustre escritor João Francisco Lisboa, impugnando no seu *Jornal de Timon* (1852) algumas das idéias aqui emitidas pelo autor, e depois em 1858, tendo melhor e mais de espaço compulsado os documentos relativos à nossa História em suas verdadeiras fontes, retratou-se em parte, fazendo justiça ao poeta; mas foi isto parte para que o sr. Varnaghen em seu vergonhoso libelo – *Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º* – que escreveu, revolvendo de um modo assaz cruel as cinzas do exímio prosador, quatro anos depois dele morto, fizesse um dos capítulos de sua acusação insólita, quando a todo o homem desapassionado parecerá por certo ato digno do louvor o do J. F. Lisboa, que, caindo na verdade, viesse de público confessá-lo, rendendo homenagem aos talentos e merecimentos do poeta. Vejam-se sobre a questão – pág. 12 e seguintes do 2º volume; e pág. 207 e seguintes do 3º volume das *Obras de J. F. Lisboa*. Maranhão – 1865.

1718, comprometi-me a fazer sobre aquele trabalho algumas reflexões, que não serão inteiramente escusadas, tanto mais, quando em grande parte são apreciáveis aos outros escritores, que se têm ocupado da História do Brasil. Vou agora cumprir essa promessa, sem desconhecer que não é fácil, antes difícil a tarefa, mas só a ponto de a levar a execução, é que avento quantas dificuldades terei de arrostar. O escritor escreve, o crítico julga; porém o público de melhor grado se inclina a desculpar os erros do escritor do que os lapsos do crítico.

De boa mente renunciaria a este empenho, se o pudesse sem desasar; mas não hei de faltar à minha promessa; nem pelo que me podem assacar, deixarei de emitir meu parecer tão livremente como se ele tivesse de ficar fechado comigo, e não de ser oferecido à consideração do público.

Não se há de elogiar sem motivos, nem se há de criticar sem o porquê, assim pois, hei de ser mais extenso, mais difuso do que talvez conviesse, porque quero ser compreendido e porque escrevo para todos. O que for de sobra para uns, será apenas suficiente para outros.

Colocado entre o túmulo de Berredo e o povo, cujo berço ele descreve, serei indulgente para com o primeiro, verdadeiro para com o segundo; porém, de modo tal que a indulgência não releve os erros crassos, que não prejudique a verdade: em uma palavra, serei verdadeiro sempre, indulgente quando o puder ser.

Não escrevo um prólogo, porque pontos há que me parecem dignos de maior desenvolvimento do que me permitiriam os limites estreitos deste gênero de escritos, nem também comentários, porque ser-me-ia preciso apreciar fatos e circunstâncias demasiadamente pequenos, de nenhuma importância, de nenhum proveito. Os prólogos nada valem, os comentários cansam e pouco interessam; não me sobra tempo para isso, nem que assim fosse me daria a esse trabalho. Há talvez um meio entre um e outro: chamar-lhe-ei – *Reflexões* – em falta de outro nome.

Berredo era português, e só escrevia para portugueses: não escrevia a história do Maranhão, escrevia uma página das conquistas de Portugal: daí o seu principal defeito.

Não é um verdadeiro historiador, é um simples cronista; não explica, expõe os fatos, enumera-os, classifica-os pelas datas, e julga que nada mais lhe resta a fazer. Justiça lhe seja feita: a exposição é quase sempre ver-

dadeira, as numerações são exatas, as classificações são justas; mas falta-lhe a cor, o movimento, a vida, e por isso a sua obra é tantas vezes fastidiosa.

Não é filosofia, é um simples literato: como literato estudou Tito Lívio e Tácito, estes grandes historiadores da Antiguidade, cujo estilo procurou com baldados esforços imitar: mas não escolheu bem os seus modelos; porque a majestade, a força daqueles escritores é, em assuntos de tão pouca importância, forçada e mal cabida, e a imitação, como que se converteu em paródia.

Quem quer que seja bom historiador deve ter uma destas duas coisas: ser político ou poeta: não poeta no sentido em que fala Filinto Elísio – homem que vive de medir linhas curtas e compridas –, mas poeta de alma e de sentimento; escreva prosa ou verso, chame-se Schiller ou Chateaubriand, Homero ou Platão.

O historiador político resume todos os indivíduos em um só indivíduo coletivo, generaliza as idéias e os interesses de todos, conhece os erros do passado e as esperanças do futuro, e tem por fim – a nação.

O historiador poeta resume as nações em uma só nação, simpatiza com todas as suas grandezas, execra todas as suas turpitudes, e generalizando todos os sentimentos, todas as aspirações do coração humano, tem por fim – a humanidade.

O historiador político escreverá o livro do povo, um como aqueles fragmentos da sibila, que os romanos consultavam nas grandes tempestades da sua República. O poeta historiador escreverá o livro do homem e de todos os homens, do povo e de todos os povos – o evangelho da humanidade.

Berredo não era nem político, nem poeta: foi, como disse, um simples literato português, que escreveu, não a história do Maranhão, mas uma página das conquistas: o que lhe interessa são aquelas insignificantes comoções de uma cidade dividida em classes tão disparatadas, são as representações da câmara do senado, as exigências dos colonos, as ordens da metrópole, os comboios ânuos, as digressões dos governadores, os resgates de índios. O que é português é grande e nobre; o que é de índios é selvático e irracional; o que é de estrangeiros é vil e infame. Assim nos índios só vê bárbaros, nos franceses piratas, os holandeses heréticos e sacrílegos: é tudo um misto de patriotismo exclusivo e de cego fanatismo, porque Berredo é

o órgão dos colonos portugueses com todas as suas crenças, com todos os seus preconceitos, porque ele não enxerga senão o presente, não escuta senão o que diz o povo. Mas de tudo isto que é o que devemos pensar? Qual é a opinião do historiador? Eis o que não sabemos.

Os holandeses eram demasiadamente religiosos, para que desacatasse a sua própria religião, qualquer que fosse o símbolo por que ela se manifestasse exteriormente. O sacrilégio, que se diz cometido por eles, quando foi da invasão que fizeram no Maranhão, colocando uma imagem sagrada de alvo às baterias portuguesas<sup>3</sup> eram vozes adrede derramadas na população a fim de envinagrar as odiosidades entre os dois povos rivais no ponto em que se combatia. E o milagre com que Berredo remata este conto, se é que tal nome de milagre pode caber a fatos, que mil vezes se repetem entre os desastres de uma guerra, qual é o de arrebentar uma peça matando os artilheiros, servirá para mais confirmar a nossa asserção. Mas admitamos, que eram, como hoje se diz, os prejuízos de então, e que ele, escrevendo sob a imediata censura dos frades, não podia deixar de render tributos ao fanatismo da época.

Os holandeses eram religiosos tanto e mais que os portugueses; estavam em todo o esplendor da sua prosperidade, afrontavam, Cromwell e os Filipes, monopolizavam o comércio do Japão, ocupavam Java, fundavam Batávia e Ceilão; enfim o tratado de Munster lhes assegurava quase todo o comércio da África e das Índias. No entanto, os portugueses caminhavam a passos largos para a sua decadência: quarenta anos de domínio espanhol tinham arruinado as suas feitorias e aniquilado a sua marinha: tinham perdido muitas das suas possessões da Ásia, e quase todas as de África, e não podiam socorrer as suas colônias do Brasil.

Por que então não puderam os holandeses estabelecer-se no Brasil? Por que não puderam fundar colônias, quando as fundavam em domínios portugueses mais bem defendidos que estes? Por que foram vencidos pelos portugueses, quando venciam os espanhóis, então incomparavelmente mais poderosos? Por que foram vencidos aqui quando os venciam em outras partes? – por que erraram; e o erro em política é morte: cometida a culpa, o castigo sobrevém logo inexorável e terrível como uma fatalidade.

---

3 Berredo. *Anais* – Livro 12, nº 853.

Se eles se ligassem aos indígenas, se os soubessem chamar ao seu partido, se compreendessem o que estes, em relação ao país que pretendiam avassalar, seriam vencedores; porque da escravidão à revolta o que há? Um passo quando muito. Ora, os indígenas, com o seu amor ardente de liberdade, como de todos os povos semibárbaros, mal sofriam os portugueses a quem tinham oferecido hospitalidade, e que em troca os despojavam de suas terras, dos seus meios de subsistência, de suas famílias, da sua independência, que eles mais que tudo prezavam.

Os guaranis escreviam aos portugueses:

“Sabendo estas coisas (diziam depois das suas alegações), não havemos de crer que o nosso bom rei mande que uns infelizes sejam prejudicados nas suas fazendas e desterrados sem haver mais motivo que servi-lo sempre, quando se tem oferecido. E assim não o creemos nunca, quando diga: – Vós outros índios dai vossas terras e quanto tendes aos portugueses – não o creemos nunca. Não há de ser. Se acaso as querem comprar com o seu sangue, nós outros todos os índios assim as havemos de comprar.

Vinte povos nos temos ajuntado para sair-lhes ao encontro. E como grandíssima alegria nos entregaremos à morte antes do que entregar nossas terras!... Não queremos ir aonde vós estais, porque não temos confiança de vós outros; e isto tem nascido de que haveis desprezado as nossas razões. Não queremos dar estas terras, ainda que vós tenhais dito que as queremos dar<sup>4</sup>.”

Era esta a linguagem de todos. Apelavam para um poder superior, porque reconheciam que eram os mais fracos: mas com a probabilidade da vitória, ainda somente com a esperança da vingança aceitariam o auxílio de outros, embora estranhos, embora depois se convertessem também em tiranos.

Os holandeses desprezaram os indígenas e foram vencidos; destruíram em vez de edificar; uniram a população, ameaçando-a com um perigo comum, em vez de a dividir com a diversidade de interesses que de fato existia.

E os franceses por que foram tão bem recebidos onde quer que desembarcaram? Por que acharam tanto apoio nos indígenas? – Por duas

---

4 Desembargador Seabra – *Provas da Dedução Cronológica*, pág. 172.

razões: não só por que o seu caráter simpatiza facilmente com o de todos os outros povos, mas porque tratavam com os indígenas, como de iguais para iguais; queriam antes amigos que escravos, comerciavam em vez de escravizarem. Eis toda a sua diplomacia com os índios.

Não acontecia assim com os portugueses. Vinham para o Brasil aqueles que não tinham suficiente coragem para se lançarem sobre a Ásia e África, cujos campos, cujas cidades, cujos impérios tantas vezes repetiram com terror o nome português. Foi esta razão por que os reis de Portugal tiveram sempre os olhos cravados naquelas partes do Oriente, onde a sua glória se pleiteava, deixando por tanto tempo o Brasil à mercê dos seus deportados e dos seus aventureiros.

Para a Ásia e África mandava Portugal a flor da sua nobreza, para o Brasil vinha o rebute da sua população; havia exceções, mas estes vinham por engano, como veio Pedro Álvares Cabral. Os de lá adquiriam glória, os daqui lucravam fortuna; aqueles eram heróis, estes comerciantes. De volta à metrópole trocavam-se as partes: os primeiros, que só podiam mostrar cicatrizes, morriam nos hospitais; os segundos, que só tinham fortuna, construía palácios. Como pois não haviam de buscar o Oriente as almas grandes de Portugal, que as houve sempre, e muitas: e como não haviam as almas interesseiras de afluir para onde se descobriam minas de ouro e diamantes?

Eis por que as primeiras páginas da história do Brasil estão alastradas de sangue, mas de sangue inocente, vilmente derramado! O único motivo de quase todos os fatos que aqui se praticaram durante três grandes séculos foi a cobiça; cobiça infrene, insaciável, que não bastavam faltar os frutos de uma terra virgem, a produção abundantíssima do mais fértil clima do universo, as mais copiosas minas de metais e pedras preciosas.

Se vos perguntam por que tantos riscos se correram, por que se afrontaram tantos perigos, por que se subiram tantos montes, por que se exploraram tantos rios, por que se descobriram tantas terras, por que se avassalaram tantas tribos; digei-o, e não mentireis: – foi por cobiça.

Era por cobiça que os governadores vinham a estas terras tão remotas<sup>5</sup>, onde nenhuma glória os esperava; era por cobiça que os próprios missionários deixavam a frisa e a orla das roupetas nestas florestas sem caminho, por que tantas privações passavam, porque sofreram tantos martírios. Um deles escrevia a D. Afonso VI, encarecendo as obras da Companhia: “Assim que, Senhor, vamos tomando conta destas terras por Deus e para Deus.”

O primeiro tópico de que havemos de tratar na história do Brasil é dos índios. Eles pertencem tanto a esta terra como os seus rios, como os seus montes, e como as suas árvores; e porventura não foi sem motivo que Deus os constituiu tão distintos em índole e feições de todos os outros povos, como é distinto este clima de todo e qualquer outro clima do universo.

Não digamos, como Berredo, que era um povo bruto e feroz, nem os apreciemos pelos que hoje conhecemos. Não degeneraram ao contato da civilização, porque esta não pode envilecer; mas embruteceram à força de servir, perderam a dignidade, o caráter próprio, e o heroísmo selvagem, que tantos prodígios cometeu e perfez. Vede o que fizeram, e dizei se não há grandeza e magnanimidade nessa luta que sustentam há mais de três séculos, opondo a flecha à bala, e o tacape sem gume à espada de aço refinada.

Eles são o instrumento passivo de quanto aqui se praticou de útil ou de glorioso; são o princípio de todas as nossas coisas; são os que deram a base para o nosso caráter nacional, ainda mal desenvolvido e será a coroa da nossa prosperidade o dia da sua inteira reabilitação.

O índio primitivo, naquelas festas de sangue, que eram o enlevo de suas *tabas*<sup>6</sup>, quando prisioneiros entoavam com voz segura o seu canto de morte, e caíam impávidos e ameaçadores sob os golpes da *iverapema*<sup>7</sup>, eram verdadeiros heróis.

---

5 Não exageramos: o Padre Vieira escrevia ao rei de Portugal: “Peço a V. M. que os governadores e capitães-mores que vierem a este Estado sejam pessoas de consciência, e porque estes não costumam a vir cá, etc.” (*Cart. de 20 de abril de 1657*).

6 Aldeias.

7 Maça do sacrifício. (Hans Stadte – *Varhaflige heshreibung eyner Landschaftt der wilden Nackten, grimmigigen menschenfresser Leuthen, in der neuen Well America gelegen, etc.*



Quando no meio das matas procuravam debalde alimento para matar a fome, quando depois das fadigas talvez de três dias consecutivos desesperavam do sucesso da sua empresa, deitavam-se tranquilos à sombra de alguma árvore, esperando resignados que Tupã lhes mandasse ali o de que careciam.

Quando prisioneiros, manietados, arrebanhados – são conduzidos para as cidades, quando os querem forçar a mudar de vida, quando lhes não dão os alimentos a que estão acostumados, quando lhes não permitem os exercícios a que estão afeitos, quando lhes prendem os membros nestes nossos prosaicos vestidos tão mesquinamente talhados, quando os encerram entre as paredes de uma casa, a eles, cuja vida e desejos cifram-se todos no gozo de uma liberdade incircunscrita, tornam-se indiferentes aos carinhos e às ameaças, aos mimos e aos maus-tratos – resignam-se e morrem!

Imprevidência, resignação e heroicidade, eis o índio.

E ao nosso povo que lhe importa a vida? Se estendem o braço, encontram frutos com que matar a fome; se dão um passo, encontram regatos onde matem a sede; para que pois curar do dia de amanhã? As fontes não secam nunca, e os frutos são de todo o ano. São por isso imprevidentes.

Se olhando para cima vêem que os que lhes estão superiores abusam; se olhando para baixo vêem que os que lhes são inferiores sofrem, não murmuram de uns, nem defendem os outros, e todavia conhecem o que é bem, e o que é mal. Mas que lhes importa isso? Se a sua vida é miserável, se a sua condição é triste, se os vexam, se os perseguem, se os maltratam, mesmo se os desprezam, sofrem, e procuram esquecer-se, portanto resignam-se.

Se, porém, a esses homens, tão descuidados, tão resignados, tão imprevidentes, podeis dar um motivo de ação, um incentivo qualquer, se nessas almas, que tão facilmente se afinam, se inflamam, se eletrizam, transbordando os mais generosos sentimentos, podeis derramar uma faísca de entusiasmo, vereis o que são, o que fazem, o de que são capazes: serão corajosos e infatigáveis, pertinazes no seu propósito, atilados na sua execução, quase sempre poetas, heróis algumas vezes.

Tudo isto é índio, tudo isto é nosso: e tudo isto está como perdido para muitos anos.

Sim, a escravidão dos índios foi um grande erro, e a sua destruição foi e será grande calamidade. Convinha que alguém nos revelasse até que ponto este erro foi injusto e monstruoso, até onde chegaram essas calamidades no passado, até onde chegarão no futuro; eis a história.

Convinha também que nos descrevesse os seus costumes, que nos instruisse nos seus usos e na sua religião, que nos reconstruísse todo esse mundo perdido, que nos iniciasse nos mistérios do passado como caminho do futuro, para que saibamos donde viemos e para onde vamos; convinha enfim que o poeta se lembrasse de tudo isto, porque tudo isto é poesia; e a poesia é a vida do povo, como a política é o seu organismo.

Que imenso trabalho não seria este! Mas também quantas lições para a política, quantas verdades para a história, quantas belezas para a poesia!

Em primeiro lugar, devia ver qual tinha sido a Judéia desta parte do Novo Mundo: o seu berço devia ser abundante de caça e de pesca, como para homens que careciam de toda a indústria; devia por fim ser coberto de árvores que lhes servissem de abrigo. Será ainda preciso que indiquemos o Amazonas? A tribo mãe, que deveria ter vindo da América setentrional pelo istmo de Panamá, havia de ter-se estabelecido nas florestas, porque – para que era ir mais longe?

Estes foram os tupis, o seu bem o indica; ou porque eles se julgassem descendentes de Tupã, ou porque lhe tomassem o nome de agradecidos por os ter guiado ao través de tantas vicissitudes a estas novas terras de promessa. Assim foi que o povo hebraico se chamou povo de Deus. Mas talvez há outra etimologia. A palavra – tupi – formada da palavra – *ypy* – que quer dizer – cabeça de geração, princípio, primeiro, origem, etc. – Pará não é senão abreviatura de Paraná<sup>8</sup>, nome que os índios deveriam ter dado ao Amazonas; e, porém, soubéssemos qual o nome por que lhes indicava aquela província, ou os lugares que habitavam, talvez os pudesse isto esclarecer sobre tão importante questão. Mas que os tupis são filhos do Norte, prova-o a sua linguagem doce e harmoniosa, toda intercalada de

---

8 Na língua indígena quer dizer – mar.

vogais, e exprimindo musicalmente todas as afeições agradáveis<sup>9</sup>, prova-o a sua imaginação ardente e colorida, e as suas crenças todas – poesia, todas do coração.

A população, graças à amenidade do clima, devia crescer rapidamente, e foi mister que houvesse uma grande cisão. Eis os *tupinambás* e os *tupiniquins* que conservando no seu nome a raiz tupi, aparecem bem longe do Amazonas. Eles ressurgem em Pernambuco, caminhando para o sul.

Alguns deles, ou por mais aventureiros, ou por que ainda fosse mister nova cisão, caminharam ainda mais para o sul e aí fundaram as suas *tabas*. São os *tamoios*<sup>10</sup>. Eles falavam a língua tupi, e o seu nome, que indica serem eles o tronco de todas as tribos, não serviria senão para designar a tribo primitiva vinda das partes do norte. Aparecem já no Rio de Janeiro e levam a mesma direção.

Mas outras nações, descidas dos Andes, aqui se vinham estabelecer, fugindo ao domínio dos Incas. Testemunha da civilização nascente do Peru, admiradores, malgrado seu, dos progressos que lá tinha feito a civilização, com saudades das terras onde tinham nascido, e donde só a força os tinha desalojado, vem deles sem dúvida a tradição indiana de que o paraíso ficava além dos Andes. – São estes os coitazases (coitacazes), cujo nome tanto vale como se disséssemos – homens que vêm das florestas. Encontrados com os tamoios e talvez já então com os tupinambás, foram recalçados para as florestas, e daí vem que nunca perderam o nome: – homens que vêm das florestas ou que vivem nas florestas – isto é longe das praias – podia entre eles exprimir a mesma coisa.

Novas levas de índios partiram daquele viveiro do Amazonas; estabeleceram-se no Ibiapaba e daí passaram a Pernambuco. São os tobajaras. Os potiguaras são tribos desta grande família. – Encontrando os tupinambás em Pernambuco, foi-lhes mister conquistar para se estabelecerem, – e daí o nome que tomaram de – senhores das aldeias, ou também de senhores do resto da terra ou da beira-mar, como quer o Padre Simão de Vasconcelos.

---

9 Di-lo o Padre Anchieta no prólogo do seu *Dicionário Brasiliano*. *O Novo Orbe* diz: – “Facilis est copiosa, neque insuavis”.

10 *Tamuya* – quer dizer avós.

Os tupinambás, expulsados de Pernambuco, deveriam procurar novas terras onde vivessem: estavam cortados pelo norte, e assim caminharam para o sul, até contestar com os tamoios, ou melhor – tamuyas, cujos costumes se haveriam alterado com o insolamento em que viviam, com a mudança de clima e com o diferente aspecto da natureza. – De tamuyas fizeram os tupinambás – tapuias, isto é – bárbaros, inimigos.

Eis pois as raças do Brasil: –

*Tupis*, tamoios, tupinambás, tipiniquins, timbiras, tobajaras, etc.: descendem todas do mesmo tronco, falavam dialetos da mesma língua – e viviam à beira-mar.

*Goitazases*, aimorés, cramecrãs, on botocudos – eram talvez outras tantas raças, vieram do Peru e habitavam os sertões. Goitazases já sabemos o que exprime, – os aimorés tinham medo d’água, o que prova quão pouco afeitos estavam à vista do mar. – Os cramecrãs são duros, asselvajados e como que envilecidos por continuados reveses.

Quando os portugueses, envidando todos os seus esforços, quiseram assentar na Bahia a cabeça do novo estado, os índios foram, por assim dizer, cortados violentamente em duas partes. Os que ficaram ao sul da Bahia recuaram ainda mais para o sul, até que por fim, com a criação de novas capitânicas, houveram de se embrenhar também como os goitazases, e foram pleitear com estes povos os sertões de que tantos anos havia se achavam de posse. Os que ficaram para o outro lado foram recuando ainda mais para o norte em procura daquelas selvas do Maranhão e Amazonas, de que lhes teria ficado a tradição<sup>11</sup>. Ali tinham maior cópia de alimentos, sítios mais defensáveis, mais segurança de vida. Foram todos indistintamente, porque para ali os guiava o instinto da conservação, e

---

11 Quando os portugueses conquistaram as terras de Pernambuco, desenganados os índios tupinambás que não podiam prevalecer contra as nossas armas, uns deles se sujeitaram ficando em suas terras; outros com mais generosa resolução, e determinados a não servir, se meteram pelo sertão, onde ficaram muitos: outros caindo para a parte do mar, vieram sair às terras do Maranhão, e ali como soldados tão exercitados com mais poderoso inimigo fizeram facilmente a seus habitantes o que nós lhes tínhamos feito.

estabeleceram-se onde foi depois o Estado do Maranhão então desocupado de portugueses e inulto muitos anos depois.

Ao primeiro rebate deste retrocesso de população, os tupis pacíficos, inofensivos e pouco aguerridos, sobretudo contra os homens que se haviam acabado de ensaiar em novas artes de guerra, renderam-se e desmembraram-se. Começaram então a sua lenta peregrinação por entre todas as tribos desta grande porção da América, porque, não podendo viver como nação, careceram de viver como cantores – classe respeitada por todos os indígenas: tinham conservado a língua primitiva em toda a sua pureza, eram o depósito das suas tradições, dos seus ritos, da sua religião, eram, por assim dizer, poetas por nascimento, e deste único privilégio se valiam.

O Estado do Maranhão, que então compreendia Ceará, Maranhão, Pará e Piauí, foi onde se reuniram os fragmentos e todas as tribos dispersas – e foi este o lugar das suas últimas trincheiras. Encontramos no Ceará os tobajaras, em Maranhão os tupinambás, os potiguaras nos Tocantins, e os tupis em todo o Brasil. E tudo isto se destruiu e se aniquilou! Só duas nações resistiram por muito tempo, – os tobajaras, de que já tratamos, – e os *nheengabás*, assim chamados por falarem mal a sua língua, que era a geral.

Graças à topografia dos seus territórios, os tobajaras se tinham recolhido e viviam seguros nas serras fragosas, e então quase que inacessíveis do Ibiapaba. Para mostrar de que ânimo estavam, e qual a confiança que tinham das suas forças, basta dizermos que cerca de 1650 os padres da Companhia acharam entre eles esta tradição: – que Deus havia de dar uma volta a este mundo, fazendo que o céu ficasse para baixo e a terra para cima, e que os índios haviam de dominar os brancos, assim como então os brancos dominavam os índios<sup>12</sup>.

Os *nheengabás* habitavam a ilha de Marajó, e também resistiam pela natureza do terreno onde se haviam entrincheirado. Eis o que diz uma testemunha ocular:

---

12 *Vozes Saudosas* do Padre A. Vieira impressa pelo biógrafo André de Barros.

“...As nações *nheengaitbas* eram inconquistáveis, pela ousadia, pela cautela, pela astúcia e pela constância da gente, e mais que tudo pelo sítio inexpugnável com que as defendeu e fortificou a mesma natureza.

“É a ilha toda composta de um confuso e inextricável labirinto de rios e bosques espessos, aqueles com infinitas entradas e saídas, estes sem entrada nem saída alguma; onde não é possível cercar, nem achar, nem seguir, nem ainda ver o inimigo, estando ele no mesmo tempo debaixo da trincheira das árvores, apontando e empregando as suas frechas.

“E porque este modo de guerra volante e invisível não tivesse o estorvo natural da casa – mulheres e filhos, a primeira coisa que fizeram os *nheengaitbas*, tanto que se resolveram à guerra com os portugueses, foi desfazer e como desatar as povoações em que viviam, dividindo as casas pelas terras dentro a grandes distâncias, para que em qualquer perigo pudesse uma avisar as outras, e nunca ser acometidos juntos.

“Destas sorte ficaram habitando toda a ilha sem habitarem nenhuma parte dela, servindo-lhes porém em todas, os bosques de muro, os rios de fosso, as casas de atalaia, e cada *nheengaitba* de sentinela, e as suas trombetas de rebate<sup>13</sup>”.

Todos foram vencidos, desbaratados, e escravizados: quando o não podiam com as armas, mandavam-lhes um padre da Companhia com um crucifixo e palavras de paz, que os traziam sujeitos e cativos para definhar e morrer nas nossas plantações; quando faltavam escravos, levantavam bandeiras, juntavam homens, e iam ao que chamavam resgate, em escárnio de todas as leis divinas e humanas.

Os resgates foram ao princípio permitidos, porque se supunha que só se resgatariam índios condenados à morte. – Não obstante a grande latitude da lei, permitindo que estes miseráveis, comprados por um ferro qualquer, por uma fita encarnada ou por um fio de miçangas, servissem por toda a vida, violaram-na bem depressa, porque, mesmo por preço tão ridículo, era mais cômodo havê-los de graça, além de que não haveriam prisioneiros que lhes bastassem.

Se pois na vizinhança de um estabelecimento agrícola havia alguma tribo fácil de ser apreendida, embora aliada, embora descansassem na

---

13 Carta do Padre Vieira a D. Afonso VI – de 11 de fevereiro de 1660.

fé portuguesa, os colonos, com ou sem licença dos governadores e capitães-mores, que na maior parte dos casos a podiam dispensar, levantavam gente e saíam ao resgate. Como já se não podia dizer que resgatavam prisioneiros da morte, os padres, que sempre tiveram sutilezas para tudo, diziam que eram resgatados do Inferno.

Ia esta força com todo o maior silêncio; paravam nas circunvizinhanças das tribos que procuravam, e alta noite assaltavam as aldeias descuidadas com aquele aparato da guerra indiana de gritos e clamores, e, conquanto maior estrépito podiam para que os aterrassem antes de os vencer. Punham os índios em cerco, incendiavam-lhes as palhoças, matavam quantos lhes resistiam e aprisionavam o resto. Velhos decrépitos, mulheres inofensivas, homens inocentes, meninos e crianças antes da idade de conceberem o mal, nada lhes escapava. Voltavam triunfantes, planeando novas crueldades, por meio de novos assaltos.

Se estes índios os repeliam, se, incitados pela injúria recebida, queimavam alguma plantação, se atacavam uma canoa onde fosse um missionário com cinqüenta ou cem daqueles que os tinham agredido, se mesmo os não socorriam quando atacados por outros gentios – a lei era clara<sup>14</sup>: – impediam o comércio dos homens com as suas fazendas, – obstavam a pregação do Sagrado Evangelho, – ou não defendiam as vidas dos súditos de S. M. F., que os perseguíam e vexavam. Eram escravizados, e com razão!...

Assim pois esta lei bárbara, que todavia se diz feita em benefício dos índios, para que eles não fossem injustamente escravizados, como se o pudessem ser de outra maneira, negava-lhes até o direito de resistência, e cometia aos seus agressores o direito de se vingarem por suas próprias mãos nos pais, nos filhos, nos netos e em toda uma descendência, já não de uma ação, mas de uma simples omissão. As ofensas traziam as represálias, – e as represálias eram motivo de novas ofensas.

Por este meio as nações foram vencidas, as tribos dispersas, e os indivíduos escravizados. Mas para que saibamos até que ponto foi bárbara esta destruição, citaremos uma autoridade que os portugueses nos não

---

14 Provisão em forma da lei de 17 de outubro de 1653. §§ 1º, 2º e 3º.

recusarão por suspeita. – Eis um trecho da – “Voz política” – do padre Antônio Vieira<sup>15</sup>:

“Sendo o Maranhão conquistado no ano de 1615, havendo achado os portugueses desta cidade de S. Luís até ao Curupá mais de quinhentas povoações de índios, todas mui numerosas, e algumas delas tanto que deitavam quatro e cinco mil arcos; quando eu cheguei a Maranhão, que foi no ano 1652, tudo isto estava despovoado, consumido e reduzido a mui poucas aldeotas, de todas as quais não pôde André Vidal ajuntar oitocentos índios de armas e toda aquela imensidade de gente acabou ou nós a acabamos em pouco mais de trinta anos, sendo constante estimação dos mesmos conquistadores, que – depois de sua entrada até aquele tempo eram mortos dos ditos índios mais de dois milhões d’almas; donde se deve notar muito duas coisas. A primeira, que todos estes índios eram naturais daquelas mesmas terras, onde os achamos, com que se não pode atribuir tanta mortandade à mudança e diferença de clima, senão ao excessivo e desacostumado trabalho, e à opressão com que eram tratados.

“A segunda... que foram infinitos os cativos... e tudo se consumiu em tão poucos anos!

“Seja a última máxima a causa única e toda esta destruição e miséria, a qual não foi nem é outra que a insaciável cobiça e impiedade daqueles moradores, e dos que lá os vão governar, e ainda de muitos eclesiásticos que sem ciência nem consciência – ou julgam lícitas estas tiranias ou as executam como se o fossem, não valendo a muitos dos tristes índios o serem já cristãos ou vassalos do mesmo rei para não assaltarem suas aldeias, e os trazerem inteiramente cativos, sem mais direito (como eu o ouvi aos mesmos capitães daquelas tropas) que o de poderem mais que eles. E nem era possível, e nem parece o será, que a justiça divina não acuda por sua providência, e que o castigo de um estado fundado em tanto sangue inocente pare só na presente miséria.”

Mas se algum erro se podia ter introduzido nestes fragmentos, que foram depois impressos e coligidos pelo seu biógrafo – André de Bar-

---

15 *Vozes saudosas* do Padre A. Vieira.



ros, – não foi senão com toda a circunspecção e verdade que o Padre Vieira escrevia a D. Afonso VI sobre as coisas do Maranhão<sup>16</sup>.

“As injustiças e tirania que se têm executado nos naturais destas terras excedem muito as que se fizeram na África: em espaço de quarenta anos se mataram e se destruíram por esta costa e sertões mais de dois milhões de índios, e mais de quinhentas povoações, como grandes cidades, e dito nunca se viu castigo. Proximamente, no ano de 1655, se cativaram no rio das Amazonas dois mil índios, entre os quais muitos eram amigos e aliados dos portugueses, e vassalos de V. M., tudo contra a disposição da lei, que veio naquele ano a este Estado, e tudo mandado obrar pelos mesmos, que tinham maior obrigação de fazer observar a mesma lei e também não houve castigo, e não só se requereu diante de V. M. a impunidade destes delitos, senão licença para os continuar.

“...Dirão por ventura (como dizem) que destes cativeiros, na forma em que se faziam, depende a conservação e aumento do Estado do Maranhão; e isto, Senhor, é heresia. Se por não fazer um pecado venial

---

16 *Carta do Padre Vieira de 20 de abril de 1657. A Bulla Immensa pastorum principis* – dada por Benedito XVI a 20 de dezembro de 1741 – diz assim: “Da mesma sorte vos é bem manifesto, com quantas dádivas, com quantos benefícios, com quantos privilégios, com quantas prerrogativas se procurou sempre sucessivamente aliciar os infiéis para que abraçassem a religião cristã, e para que permanecendo nela com boas obras de piedade, consigam a salvação eterna. Por isso não podemos ouvir sem dor gravíssima de nosso paternal ânimo que depois de tantas admoestações da apostólica providência, dos romanos pontífices nossos predecessores, e depois da publicação das constituições em que ordenaram que se devia socorrer os infiéis no melhor modo; proibindo debaixo de severíssimas penas e censuras eclesiásticas, que se lhes fizessem injúrias, que se lhes dessem açoites, que fossem metidos em cárceres, que os sujeitassem à escravidão, e que se lhes maquinasse ou fosse dada morte, tudo o referido, não obstante, se acham ainda agora (principalmente nessas regiões do Brasil) homens que fazendo alarde da fé católica vivem tão inteiramente esquecidos pela caridade infusa pelo Espírito Santo nos nossos corações e sentidos que reduzem a cativo vendem como escravos, e privam de todos os seus bens não só os miseráveis índios que ainda não alumiou a luz do Evangelho, mas até aos mesmos que já se acham batizados, e habitam nos sertões do mesmo Brasil... atrevendo-se a tratá-los com uma desumanidade tal, que apartando-os de vierem buscar a fé de Cristo, os fazem antes endurecer no ódio que contra ela concebem por aqueles motivos.

(Tradução do Desembargador Seabra – *Ded. Crôn.*)

se houver de perder Portugal, perca-o V. M. e dê por bem empregado tão gloriosa perda; mas digo que é heresia ainda politicamente falando, porque sobre os fundamentos da injustiça nenhuma coisa é segura nem permanente; e a experiência o tem neste mesmo Estado do Maranhão, em que muitos governadores adquiriram grandes riquezas, e nem um deles a logrou, nem eles as lograrão, nem há coisa adquirida nesta terra que permaneça, como os moradores dela confessam, nem ainda que vá por diante, nem negócio que aproveite, nem navio que aqui se faça que tenha bom fim, porque tudo vai misturado com o sangue dos pobres, que está sempre proclamando ao Céu.”<sup>17</sup>

Foi considerando todos estes fatos, foi vendo quão grande era a injustiça que com os índios se praticava, foi presenciando a sua miséria e ruína, que ao Padre Vasconcelos escapou aquela, não confessada, mas reconhecida verdade, que uma só vez lemos em suas obras: – A nossa real cobiça! – escrevia ele em letras maiúsculas. E não era tanto o sentimento evangélico do sacerdote que lhe arrancava esta sentida exclamação; era antes o patriotismo português que se indignava de ver quantas e quão grandes coisas tão desastrosamente se perdiam por inércia de todos em proveito de tão poucos.

Era isto o que deveríamos estudar, porque, nós o repetimos, a história e a poesia estão nos índios.

Depois, pesando os nossos sucessos, veríamos qual tem sido o nosso infortúnio, e que nenhum azar nos tem acontecido, que nenhum passo temos dado que não seja novo infortúnio e nova miséria. Veríamos como de estado passamos a capitania secundária, e como de capitania secundária fomos reduzidos a ínfima província. – Veríamos como todos estes fatos se têm encadeado – o naufrágio do armamento do João de Barros, que afundou tantos recursos, a expulsão dos franceses que levou consigo tantas esperanças, e a invasão dos holandeses que estragou tantas fortunas. – Assistiríamos à criação do estanco, ou ao monopólio do

---

17 Tal era modo com que eram tratados, que ali não havia nem podia haver ou propagação da fé, ou comunicação das gentes, ou administração das justiças, ou agricultura, ou comércio ou coisa que fosse útil à religião, ao reino, aos mesmos estados e seus habitantes ou ainda à convocação da humanidade daqueles infelizes vassallos da coroa e de Portugal. – (*Deduç. Crôn.* Tom. 1, pág. 507). – A. H. L.

comércio de importação e de exportação – à introdução de africanos ou ao tráfico da carne humana e à expulsão dos jesuítas, ou à proscrição de todos os sentimentos religiosos; e diremos então com o grande pregador do século XVII que também foi um grande político: “Não é possível que o castigo de um Estado fundado em tanto sangue inocente pare só na presente miséria”.

.....

## Capítulo II

### RESPOSTA À RELIGIÃO<sup>18</sup>

**E**SCREVEMOS um artigo sobre os *Anais Históricos do Maranhão* por Berredo, que vem impresso nos primeiros números do *Guanabara*. Censuramos o trabalho do autor português, e tocando na questão das raças indígenas, sem a qual é impossível compreendermos a primeira página da nossa história, fizemos ao correr da pena algumas breves reflexões de como nos parecia possível em uma vasta síntese, e – apresentar debaixo de um só ponto de vista – quantas e quais foram as raças que ocuparam o litoral e que ainda hoje habitam em parte o sertão do Brasil. Por incidente falamos nos jesuítas e ainda por maior incidente, na censura religiosa. O nosso artigo mereceu a atenção dos redatores da *Religião*, que depois de alguns elogios ao pensamento, que os havia guiado nesta tarefa, declaram que o nosso artigo não pode passar sem censura em uma cidade onde existe um periódico religioso, e pretendem refutar o que nele lhes pareceu errôneo e ofensivo a ouvidos pios. Lisonjeamo-nos não tanto das expressões benévolas de que se usou para conosco; como principalmente porque refutar somente duas idéias que incidentemente apresentamos, deixando intacto

---

18 Jornal católico ultramontano redigido pelo revd<sup>o</sup> Padre P. Moniz e outros sacerdotes.

o principal do artigo, é de alguma forma confessar que acertamos no que mais importava.

A censura e os jesuítas – são os dois pontos sobre que principalmente versa o artigo, a que agora respondemos; mas quer em um, quer em outro ponto não tivemos a fortuna de sermos compreendidos pelos ilustres redatores da *Religião*, o que por certo não podemos deixar de atribuir à nossa má redação.

“Em que se funda o Sr. Gonçalves Dias para acusar o fanatismo da *censura fradesca* da crítica acanhada de um escritor? Não teremos nós imensos fatos para provar ao Sr. Gonçalves Dias, que salvo alguns casos muito raros, a censura em matéria de religião, nunca condenou a opinião livre que se elevava acima dos prejuízos do seu século?”

Longe de nós o atribuímos à influência eclesiástica o modo por que encara um escritor português este ou aquele fato. Berredo era português, escrevemos nós, e só escrevia para portugueses: daí o seu principal defeito. Que lhe importava, com efeito, a terra onde habitaria por alguns anos somente? Que lhe importavam os *Brasis*, se deles não carecia a literatura, nem a história portuguesa? Demais, votados ao extermínio os senhores do solo, careciam os portugueses de tachá-los de selvagens, de indômitos, de intratáveis para que não revertesse sobre eles a acusação de fereza e barbaridade, que aos indígenas se fazia; daqui, dissemos nós, provém o seu principal defeito. Certo, isto não é acusar a influência eclesiástica do modo por que um escritor considera um fato particular; é definir um fato geral e dar-lhe uma causa genérica e determinar-lhe efeitos também genéricos.

Depois passando a tratar da invasão holandesa no Maranhão, vimos o historiador atribuir a milagre o fato de rebentar uma peça, matando os artilheiros, quando antes nos quisera fazer persuadir que os holandeses expunham as imagens sagradas de alvo às suas baterias: demos como causa principal desta opinião querer-se naquele tempo derramar-se a cizânia entre os dois contendores, e encher de brios os portugueses para vingarem dos hereges o desacato que o seu culto sofrera.

Mas não querendo ainda assim acoimar de injustiça um escritor, verídico tantas vezes, acrescentamos “mas digamos *como hoje se diz*, que eram prejuízos de então, e que Berredo, escrevendo sob a imediata censura dos frades não podia deixar de render tributo ao fanatismo da época”.

O ilustre crítico, tão versado como é na língua portuguesa, deverá sem dúvida ter percebido que esta fórmula não envolve afirmação: deveria ter percebido que alguma diferença vai em dizer-se censura dos frades ou censura fradesca: diríamos censura dos frades por menosprezo, e censura fradesca por escárnio, por mofa; e Deus nos livre de escrevermos sorrindo e zombando sobre fatos de tão tristes conseqüências como foi a censura – a censura dos frades, a censura religiosa.

Assim, bem se vê que das nossas palavras não se pode tirar as conseqüências, que delas quis tirar o ilustre crítico; mas essas e outras que tais, nós a aceitamos; e se não estivéssemos convencidos de sobejo da ilustração dos redatores da *Religião*; e que eles tendo melhor pensado, já deverão ter riscado de sua consciência a opinião que emitiram acerca da censura religiosa, nós lhes diríamos também pela nossa vez, que tal opinião não passaria sem reparo em uma cidade, onde existem tantos periódicos literários; far-lhes-íamos ver, se isso fosse preciso, que a censura religiosa, foi a censura em todas as matérias, citar-lhes-íamos exemplos de haver ela milhares de vezes condenado a opinião livre que se elevava acima dos prejuízos do século. Mas para que censurarmos o que se acha rebatido e rejeitado pela civilização moderna que os redatores da *Religião* tão dignamente representam? Para que citarmos outros exemplos, quando aos olhos dos ilustres literatos já se mostrou o semblante severo de Galileu, que por baixo dos membros desconjuntados pelo cavalete da censura eclesiástica sentia o movimento da Terra, de que naquele tempo, como de tudo, se fez uma questão de teologia? Mas quando mesmo quiséssemos admitir a utilidade e ilustração da censura religiosa, na pátria de Vico e de Bossuet, estaríamos bem longe de lhe atribuímos os mesmos efeitos na península européia, e menos em Portugal, cuja literatura era sem dúvida melhor do que os frades a fizeram. Travar-nos-ia a consciência de a chamarmos esclarecida, de acharmos em nossa alma uma frase de louvor para ela quando nos recordássemos dessa longa procissão de bons engenhos portugueses, esterilizados, martirizados por ela; – Garção morto em uma enxovia por ter escrito uma carta em inglês – Antônio José queimado em vida, menos por seu judeu que por escarnecer dos frades, e Filinto Elísio expatriado por ter traduzido uma comédia de Molière, e obrigado a refugiar-se onde aos restos do grande cômico se negou um lugar sagrado, porque o seu clero

esquecido dos princípios de caridade cristã, em vez de consultar o livro por excelência, abriu o *Digesto* das leis romanas e ali achou que os mímicos eram pessoas infames, indignos por tanto de fazerem em terra bendita. Travar-nos-ia por amor dos jesuítas, quando sabemos da condenação do Padre Vieira, a quem se atribuem as profecias do Bandarra, e algumas verdades como esta – “que o juízo dos homens é mais severo que o juízo de Deus”. Travar-nos-ia enfim, porque de nenhuma outra censura sabemos tão ignorante que no último verso de um soneto riscasse a palavra – beijo – que era imoral, substituindo-a por esta outra – ósculo –, que lhe parecia mais decente, nem tão descuidado que havendo ali proibido o *Espírito das leis* de Montesquieu consentisse, todavia a importação da obra, porque no frontispício se lia – *Sermões do Mtº Revº Pe. F*

Sabendo destes fatos, não me atreveria nunca a comparar a crítica de Portugal com as de outras nações: sabendo mais que uma obra qualquer, para ser publicada, sofria não uma senão muitas censuras, não de uma ordem senão de muitas, poderíamos ser positivo e avançarmos sem escrúpulo algum, que a tendência para atribuir a milagres os acontecimentos mais comesinhos da vida tinha a sua origem na censura dos frades. Não acreditavam por certo os autores no que escreviam, ao menos é esta a nossa opinião; mas transigindo covardemente com um poder inexorável, ofereciam o único corretivo que podiam, e imploravam indulgência para algum assomo de independência de espírito, para alguma frase menos devota – com protesto de uma sujeição que lhes pesava, e com a máscara de uma piedade que fingiam. Como haveriam os consultores do Santo Ofício, os ilustrados consultores, de reprovar uma obra, onde se lesse que no anzol lançado ao mar pelas próprias mãos do segundo governador que veio ao Brasil, mordeu uma cabeça de peixe fresco, se essa cabeça milagrosa teria de provar ao digno governador a sanidade da Companhia de Jesus? Era isto uma fraude piedosa, como então se diria, era a conseqüência do princípio – de que os fins justificam os meios.

É justamente porque o autor dos *Primeiros Cantos* se preza de ser religioso, é porque não confunde a palavra de Deus com os inventos dos homens; e deixando de parte o estado que a Igreja sempre considerou como um dos graus mais subidos da perfeição cristã, pode, não lhes reconhecendo o dom da infalibilidade, achar em alguns deles – normas falsas,

princípios menos consentâneos, com o fim das suas instituições, e aplicações perigosas de tais princípios; pode, enfim, reprovar desassombradamente a censura religiosa, como faria de outra qualquer censura, e aplaudir a sua extinção com os homens do século em que felizmente vive.

Sobre os jesuítas talvez que as nossas palavras careçam de menos desenvolvimento que sobre a parte relativa à censura.

À sua expulsão, escrevemos nós, corresponde no Maranhão o esquecimento de todos os princípios religiosos. Se nisto não há toda a verdade, há pelo menos uma opinião bem explícita da conta em que temos os primeiros jesuítas, e dispensam-nos de responder que por baixo de sua história não escreveríamos hipocrisia e especulação.

Continua a *Religião*: “Um pequeno número de missionários de uma Companhia nascente, gozando na Europa de um conceito geral, vem para o Brasil depois de fazer imensos esforços para que os deixem vir<sup>19</sup>; vêm para o Brasil sem fazerem causa comum com nenhum dos seus compatriotas que cá encontram; vêm sacrificar às nossas brenhas as suas comodidades... não me engano, essas não; porque já de lá eles traziam os cilícios e as disciplinas... vêm sacrificar aquilo a que eles na Europa não podiam renunciar: a vida que lhes impunha, e o nome que lhes reservava a posteridade. E o Sr. Gonçalves Dias não vê nisto senão a cobiça! Cobiça de quê?...”

Não somos estranhos à história dos jesuítas a ponto de não sabermos que de nenhuma outra regra se contam exemplos de abnegação mais completa, de uma obediência mais perfeita; os sujeitos desta ordem, como dizia o provincial Aquaviva, e como a sua própria constituição lhes determinava, eram nas mãos de seus superiores – o cadáver nas mãos do coeiro, o bordão nas mãos do viandante: ficaram sendo o tipo da obedi-

---

19 Na *Crônica* do Padre S. de Vasconcelos lemos o contrário: “Despertou Deus o coração alto e generoso do venerável Padre Simão Rodrigues de Azevedo, que neste tempo assistia em Portugal, para que tratasse do bem destas almas. Comunicou a coisa à Alteza D. João III que então vivia, príncipe tão pio e resolvido a propagar a fé que se lhe ouvira muitas vezes, que desejava mais a conversão das almas que a dilatação de seu império. E com esta disposição da parte do rei e obrigação do nosso instituto, foi fácil ajustar os intentos e concluir que se expedisse uma gloriosa missão às partes tão necessitadas. “L. 1 – 4.” Onde estão pois os imensos esforços que fizeram para que os deixassem vir ao Brasil?



ência cega, passiva e ilimitada. Os indivíduos nada queriam para si, porém a ordem queria tudo. Se alguns deles escreviam: “Quis Deus que se criasse uma nova ordem ao passo em que se descobria um novo mundo”; se os missionários do Brasil escreviam o rei de Portugal: “vamos tomando conta destas terras por Deus e para Deus!” – não podiam por um momento os ilustrados redatores da *Religião* formular a resposta que nos pediam, quando nos perguntam triunfantemente; cobiça de quê? Cobiça de poder aumentar a Companhia, cobiça de pôr um pé na América como já o tinham posto na Índia, cobiça de infiltrar-se na população nascente com o leite da sua doutrina, cobiça enfim de conquistar um mundo.

– Não era pouco.

Depois, querendo ver quais as causas por que os holandeses foram aqui vencidos, quando em outras partes venciam os portugueses; porque não fundaram colônias duradouras, que em outras partes as criaram; procurando descobrir as causas, porque os franceses, se não puderam estabelecer no Brasil, quando eram tanto da simpatia dos indígenas – porque os portugueses mais fracos, repelidos com mais força pelos índios, lograram todavia os seus desejos; demos como causa única deste fato a influência dos jesuítas e fizemos ver que os homens que mais se interessavam pela sua sorte foram a causa mais poderosa de sua total ruína. Não diremos que era a arma da hipocrisia empregada por um governo que tinha perdido a esperança de vencer pela força; não, dissemos antes que marcado no livro eterno o último período para a quase total extinção da raça americana no Brasil, foram os jesuítas o piedoso instrumento da Providência para que sobre os cadáveres de tal raça, dizimada pela fome e pelos trabalhos, envilecida pelo cativo e pelas injúrias, deteriorada pelos padecimentos físicos e morais, se erguesse outra raça mais nova, mais forte, mais bela, mais própria para receber as luzes da civilização moderna, mais suscetível de emparelhar com a Europa em menos tempo, mais chegada, enfim ao culto do verdadeiro Deus, com a inteligência mais preparada para compreender os mistérios sublimes da nossa religião, sem os quais a revelação deixa de ser o candelabro do tabernáculo para converter-se no fogo errátil que alumia a superfície dos pântanos.

Vendo, pois, que eles foram malogrados em uma empresa que no nosso século ninguém teria ânimo de tentar; que não puderam, como

tinham em vista, criar uma civilização nas condições do caráter americano, apesar de toda a sua coragem e boa vontade; sabendo que reduzidos os índios à obediência com a pregação do Evangelho, vinham os capitães-mores aos seus aldeamentos procurá-los às centenas para o serviço d’el-Rei – e que expulsos os padres, ficaram todas as suas populosas missões em poder dos colonos, de modo que os neófitos se aniquilaram, apertados de um lado da cobiça portuguesa, repelidos do outro pelos indígenas, que os consideravam como inimigos, e como tais os tratavam; – dobrada razão teremos para avançar que eles foram, não a arma dos portugueses para acabar com os costumes americanos, que esses já estavam acabados havia muito; mas instrumento de Deus para extinguir a raça que talvez contrariava seus altos desígnios. Nem sempre, nem em todos os acontecimentos descobrimos a mão da Providência; mas quando um povo se retira da comunhão dos homens, quando desaparece da face da Terra, não podemos deixar de levantar os olhos ao céu, e de reconhecer a Onipotência Divina, curvando-nos aos seus decretos sem, todavia, adorar o flagelo que nos manda, nem o instrumento de que serve para a obra da regeneração.

Assim, não podemos considerar o índio no estado de catequese senão como ente de transição; nesse estado não achamos poesia, pelo menos aquela poesia característica que é a flor de uma civilização. Nesse estado o índio não era nem selvagem nem civilizado, nem pagão, nem católico; mas passando, sem preparatório, instantaneamente de um para outro estado, tornar-se igualmente incapaz de ambos – de viver nas cidades com os homens que chamamos civilizados ou de viver nas selvas entre os que chamamos bárbaros. Eram modelos de obediência, o exemplo da habilidade jesuítica, um extremo de piedade, se o quiserem; mas daqui à heroicidade vai a distância de um mundo. Sabiam morrer, porque essa virtude ao menos se reconhece nos índios, morreram efetivamente debaixo das ruínas do Paraguai, mas é duvidoso que eles soubessem quais eram os inimigos da pátria, e que pátria era essa, pela qual morriam.

Os ilustrados redatores da *Religião* descobrem, dizem eles, as falsidades nas nossas idéias, nas contradições do nosso artigo – “Confunde os jesuítas dizem eles a nosso respeito, na acusação geral feita aos primeiros descobridores, e entretanto quando quer achar alguma acusação feita à cobiça dos portugueses não tem de recorrer senão a algum jesuíta!”

Sabem muito bem os ilustres redatores que não são os mais religiosos aqueles que sempre trazem sobre os lábios palavras cheias de unção, que não são os mais bem morigerados aqueles que de contínuo dissertam sobre a moral; e que os jesuítas, reprovando a cobiça portuguesa, podiam ser tanto ou mais cobiçosos que eles. Mas o que é de notar-se no nosso artigo, não é apoiarmo-nos na autoridade dos jesuítas, mas de citarmos conjuntamente com ela a do desembargador Seabra. Os jesuítas e o desembargador Seabra – vale o mesmo que se disséssemos os jesuítas e o marquês de Pombal; se pois o citamos para comprovar as nossas proposições, deveriam ter percebido os ilustres redatores da *Religião* (e certamente o perceberam) que não foi senão muito de propósito que o fizemos, entendendo que os pontos em que estas duas opiniões extremas e rancorosas se topam, estavam fora de toda a dúvida.

Extinguiram-se os índios; este fato é atribuído pelo desembargador Seabra à cobiça dos jesuítas, os jesuítas o atribuíram à cobiça de seus compatriotas; se não queremos indagar qual deles foram mais cobiçosos, ao menos claramente resulta do dizer de ambos que foi a cobiça, a ganância – a causa do extermínio dos indígenas.

Então, nas obras do Padre Vasconcelos, fomos procurar um termo que exprimisse semelhante conclusão e ali encontramos estigmatizada a real cobiça portuguesa. Certo, que algumas vezes achamos nas obras deste bom padre a censura da cobiça, como a achamos nos mandamentos da Santa Madre Igreja, ou segundo diz o povo, como vemos Pilatos no Credo; mas o que queríamos não era a condenação moral da cobiça, mas sua condenação política; não queríamos a opinião do padre, mas a do filósofo, não a do cronista, mas a do historiador. E esta, perdoem-nos os ilustres redatores, não se encontra duas vezes na *Crônica da Companhia de Jesus* pelo Padre S. de Vasconcelos.

Querem também os ilustrados redatores que se diga dos jesuítas que eles foram os primeiros que souberam achar poesia na natureza americana.

“Vejam-se”, dizem eles, “as belas pinturas que faz o mesmo Padre Vasconcelos até dos nossos mangues!” Com mais verdade se diria – *principalmente* – em vez de – *até*; – mas dando de barato que os jesuítas compreendessem bem a natureza americana, porque um deles soube descrever a

verdura e as laçarias dos nossos mangues, não deveriam os ilustres literatos esquecerem-se que antes do Padre Vasconcelos, as cartas de Colombo, as relações de Vespúcio, e os discursos de Las Casas tinham feito compreender a natureza americana, e se não queremos sair do Brasil, Abbeville, Léry e Hans Staden, que todavia não eram jesuítas, tinham traçado algumas páginas, não tão belas no estilo, mas ricas de imagens, e mais cheias de entusiasmo e de poesia.

Lembrem-se também os ilustrados críticos que a expulsão dos holandeses, e a guerra da independência, se não é americana, como dizem, é brasileira e não só porque teve o Brasil por teatro, mas principalmente porque teve brasileiros por atores, porque desfrutamos os seus resultados, e porque enfim é nossa.

Concluindo este artigo, diremos que estimamos em muito os trabalhos da Companhia no Brasil; não renegaram dos seus princípios na Europa, porque eram os mesmos homens, com o mesmo instituto, mas parece-me que esses mesmos princípios aplicados ao Brasil, como eram diversas as circunstâncias, produziram aqui bons resultados, isto dissemos da verdadeira Companhia de Jesus, e o dissemos tão-somente em relação ao Brasil; mas se outra se instaurasse agora, faltando-lhes circunstâncias do tempo e da novidade, que lhe asseguravam o triunfo que obteve, não auxiliada pelos reis e príncipes, não aceita pelo povo, não defendida pelas supremas inteligências da época, como foi a primeira, não poderíamos deixar de ver nela um arremedo tão triste como inútil, e desde já lhe prognosticaríamos os fins que têm os institutos, que revivem, quando improvisados Licurgos, porque se deixaram ficar atrás no caminho do progresso, se persuadem que a inteligência humana ficou estacionada com eles. O povo bem como o indivíduo tem saudades, porém jamais desejoso de voltar ao passado: fazê-lo retrogradar é contra a natureza. Deus mesmo quando o quer fazer voltar a este estado, faz com que ele se mova à semelhança de um ponteiro de relógio, que por meio do progresso torna ao ponto donde partira: é neste caso como o viajante que sobe a encosta de uma montanha e há de necessariamente descer pela outra: podem ser semelhantes as encostas, porém os caminhos são sempre diferentes.

Terminamos aqui a nossa resposta, já bastante extensa: respondemos ao artigo da *Religião* sem querermos ver em suas palavras senão o

que elas literalmente soam, e todavia cabe-nos fazer uma declaração por último. Quando escrevendo para o público caímos em erro, ou avançamos alguma falsidade, admitimos em todos o direito de combater as nossas opiniões, porque são errôneas e falsas, ou somente porque isso lhes agrada, e não porque, possuídos de vaidade, nos passamos uma hora persuadir que temos a infelicidade de dar com as nossas palavras a força de um prejuízo a alguns desbotados pensamentos.

A. GONÇALVES DIAS.

.....

## *Capítulo II*

### AMAZONAS<sup>20</sup>

**A** NOSSA HISTÓRIA não resolveu ainda, nem mesmo tem tratado com seriedade de saber se em algum tempo existiram amazonas no Brasil. Este ponto pode ser ventilado pela crítica; para o tentar, foi-me preciso comparar os historiadores, confrontar as relações dos viajantes antigos e modernos, quer citando-os, quer extratando-os. Deles, portanto, é o presente trabalho, que a minha tarefa só foi de combiná-los.

Não pretendo, pois, senão apresentar um esboço, imperfeito, sem dúvida, do que a tal respeito se tem escrito; e se a este resumo houver de acrescentar algumas observações, ou de aventar alguma opinião, que me seja própria, tanto folgarei de que aquelas possam parecer judiciosas, como que esta não seja inteiramente inverossímil.

A simples leitura do programa, que deixo transcrito, em cujo desenvolvimento me cabe agora a honra de ocupar a atenção deste Instituto: indica, no meu entender, que se dá como certo, ou pelo menos como

---

20 É este assunto um programa dado por S.M.I. ao autor e por este desenvolvido em uma das sessões do Instituto: saiu publicado no Tomo XVIII; pág. 5, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, 1855. – A. H. L.

presumível, a existência de amazonas na Cítia e na Líbia; e ainda mais, parece que se admite não só a probabilidade da sua existência, como a possibilidade de virem de países tão remotos implantar na América seus usos, costumes e forma de governo, estabelecendo, em vez de colônias, gineceus políticos.

Ora, admitido que em algum país ou tempo se tivesse dado a existência de uma república, exclusivamente composta de mulheres, que tivessem achado meios de se conservar e progredir sem que as fatigasse o exercício das armas, nem o estado violento em que se achariam colocadas, já meio resolvido estaria o programa; porque, suposto haja um grande intervalo a percorrer-se entre a possibilidade e a efetividade ou realidade de um fato, neste caso contudo ficariam previamente rejeitados muitos e os mais fortes dos argumentos em que a opinião contrária se baseia.

Esta consideração me induz a dar uma nova colocação às proposições do programa sobre que me cabe dissertar. Tratarei pois em primeiro lugar das amazonas do Velho Mundo, e do que a seu respeito pensaram ou acreditaram os antigos: e ocupar-me hei depois com as que alguns descobridores supuseram ter encontrado na América. Nem deixarei em silêncio as razões e autoridades com que uns e outros argumentam: porque, suposto não cheguem a estabelecer irrecusavelmente o fato, servirá isso contudo para justificar o programa.

Assim que, não oculto o meu pensamento. Creio que alguns haverá íntima e por assim dizer instintivamente convencidos de que o desenvolvimento do presente programa não poderá trazer em resultado mais do que uma dissertação, que seria, ainda tratado por outros quando muito, curiosa. Para estes pois não entendo que seja desnecessária a citação de autores, que são reputados fidedignos, de viajantes que passam por verídicos, e a apresentação de provas que, se não *são* concludentes, bastam, era todo o caso, para demonstrar a necessidade de um exame sobre este ponto, mais sério do que à primeira vista se poderia pensar.

O resumo destas provas apresenta-se como um todo que não é indigno de atenção.

Colombo teve notícia nas Antilhas da existência das amazonas, Raleigh a espalhou na Inglaterra. Orellana na Espanha: diz-se qual era a nação com quem elas tratavam, e de que tribo descendiam. Hernando Ri-

bera ouviu-o no Paraguai. La Condamine no Amazonas, enquanto Ríbera que impugnava a veracidade do fato verificou a existência da tradição com o testemunho dos próprios indígenas. Humboldt mesmo, à vista de tantas provas, não se recusa a admitir a sua existência, ainda que só temporariamente e de certo modo.

Estas provas adunam-se e precipitam-se, como se queira com a aglomeração de todas elas disfarçar a fraqueza de cada uma de *per se*; mas ainda assim uma consideração de algum modo as corrobora. De dois únicos autores sei que especialmente se ocuparam deste assunto: é um deles Pedro Petit na sua obra *Dissertatio de Amazonibus*, e o segundo o abade Guyon na sua *Histoire des Amazones anciennes a modernes*, – e ambos concluem que existiram amazonas. Todavia, seria esta consideração de mais peso, se não soubéssemos a inclinação que mostram os eruditos para sustentarem paradoxos, aproveitando-se para isso das obscuridades e discrepâncias que de necessidade se notam nas obras de homens, que escreveram em tempos e lugares diversos, sob a influência de idéias opostas, e sobre assuntos diferentes. Se bem lhes parecer, virão gravemente apresentar-nos testemunhos e provas do maior momento, sustentando, no seu desenvolvimento, que Napoleão é um mito da Antiguidade e a república das Amazonas um fato dos tempos modernos.

Porém ainda mesmo depois da autoridade destes eruditos, será curioso de notar-se que assim como bastou entre os romanos para transmitir o nome das amazonas até ao tempo de Augusto a segure de um só fio, oposta a bipene, que tinha dois, e que se chamava *Amazonica* (*Amazonia securi*, diz Horácio)<sup>21</sup> tenha a mesma tradição, quando não existisse o rio de igual nome, de ser perpetuada entre os modernos pela pedra de acha *Beilstein*, que por algum tempo se confundiu com a que é conhecida pela denominação, mais significativa para o caso de *Amazonenstein* ou de pedra das amazonas.

Originou-se esta opinião da poesia, introduziu-se no vulgo pelo amor do maravilhoso, – os historiadores, se a não improvisaram, aceitaram-na sem critério foi como muitas outras, recebida nos tempos moder-

---

21 Horat. Liv. 4. *Od.* 4.



nos como um depósito venerando pela sua antiguidade e talvez só diário de fé pelos idiomas em que nos foi transmitido.

Quase três séculos antes da nossa era, Apolônio cantava a expedição dos argonautas. Este feito, que os gregos reputaram heróico e de um esforço quase divino, era apesar disso mal escolhido assunto para ação de um poema épico por ser para ela, como todas as navegações, de uma extrema e extrema simplicidade. Das costas da Tessália ao Ponto Euxino não era muito dilatada a viagem: seriam raros os incidentes, e não tão grandes e tantos os perigos que com eles se pudesse, ou encher o quadro do poema, ou justificar a glória e veneração de que entre os antigos fruía os argonautas. Apolônio teve de recorrer ao maravilhoso e de sobrecarregar o seu poema de episódios: para isso povoou a terra de gigantes ferozes e de perigosas feiticeiras, – encheu o mar de escolhos temerosíssimos, e valeu-se da tradição das amazonas, que na ilha de Lemnos aparecem tão fora do carácter que se lhes atribui, e tão tratáveis aos navegantes de Argos como as habitantes das ilhas dos Amores aos companheiros do Gama.

Eis o que se lê no primeiro dos quatro cantos da Expedição dos argonautas ou a conquista do Tosão de ouro de Apolônio<sup>22</sup>.

“Sobre a manhã descobrimos o monte Atos. Bem que afastado da ilha de Lemnos o caminho que pode fazer um navio ligeiro desde o romper do sol até ao meio-dia, todavia a sombra de seu píncaro cobre uma parte da ilha, e se projeta até a cidade de Merina. O vento que tinha soprado todo o dia e a noite seguinte, escasseou ao romper do sol. Chegaram à força de remos à ilha de Lemnos, habitação dos antigos sítios.

“Ali tinha perecido miseravelmente todos os homens no ano precedente, vítimas do furor das mulheres. Muito tempo havia que elas não apresentavam oferenda alguma a Vênus. A deusa irritada as tornou aborrecidas a seus maridos, que, abandonando-as, procuraram novos prazeres nos braços das escravas que cativavam, desolando a Trácia. Mas a que atentados nos não conduz o ciúme? As mulheres de Lemnos assassinaram na mesma noite a seus maridos e rivais, e exterminaram até o último dos varões para que nenhum sobrevivesse que algum dia lhes pudesse impor o castigo merecido pelo seu delito. Hipsipila só, a filha do rei Toas, poupou

---

22 Apolônio. C 1. Trad. de Caussin.

o sangue de seu pai, já maduro em anos. Fechou-o em um cofre, e abandonou-o assim à mercê das ondas, na esperança de que algum feliz acaso lhe salvasse a vida. E assim aconteceu de feito. Viram-no alguns pescadores e o recolheram na ilha *Enoe*, chamada depois *Sicinus* – do nome de um filho que Toas teve da ninfa *Enoe*, uma das naiades.

“As mulheres de Lemnos, quando se viram as únicas habitantes da ilha, abandonaram as obras de Minerva, de que até então se tinham exclusivamente ocupado, sem dificuldade se acostumaram a manejar as armas, a guardar rebanhos, e a lavrar a terra. Contudo voltavam sempre para o mar os olhos inquietos, temendo de contínuo que os trácios as acometessem.”

Seguiram-se a Apolônio outros poetas que, aproveitando-se da mesma tradição, tiveram contudo de a reduzir às proporções da verossimilhança. Ninguém há versado nas literaturas latina e italiana, que não conheça os nomes de Camila e de Clorinda: mas, nem mesmo no cantar dos poetas, Camila ou Clorinda eram verdadeiras amazonas. Tornadas tais por circunstâncias extraordinárias, que as deveram ter afastado das ocupações pacíficas e dos hábitos sedentários e naturalmente compassivos do seu sexo, e apesar de terem no caráter alguma coisa de fero e sanguinário que o encanto da poesia de tão grandes mestres não disfarça inteiramente, nem uma, nem outra, contudo poderia simpatizar com a selvagem ferocidade das mulheres amazonas da Trácia, que começando pela própria mutilação, rematavam pelo homicídio constante e sistemático da metade da espécie humana. Camila, rainha dos volscos, comandava uma ala do exército latino, cercada de mulheres, que eram seu braço na ação, e sua alma nos conselhos. *Virginis ala Camiloe*, diz-nos Virgílio. E Clorinda, única e solitária no exército dos sarracenos demonstrava que não era naquele lugar senão uma figura excepcional pela singularidade, como era entre as do seu sexo pelo teor da vida. Os criadores de tão poéticas imagens tiveram de nos explicar longamente o motivo porque tais seres se achavam como colocados fora das leis da natureza, e dos povos com os quais conviviam. Camila educada na dura escola da adversidade e da imperiosa necessidade, – Clorinda amamentada por feras, longe do comércio humano.

Assim que, as operações da fábula se iam reduzindo ao passo que mingua a credulidade humana. No poeta grego as amazonas compu-

nham uma cidade, no latino uma ala do exército, no italiano não passavam da unidade.

É todavia notável que ao passo que os poetas por amor da lei da verossimilhança se viam constringidos a cercar a tela dos seus quadros, os seguissem bem de perto os historiadores, que sem respeito à crítica, sem amor à verdade, os ampliassem e exagerassem admitindo nas lições severas da história as ficções caprichosas da imaginação, temos Teopompo para Apolônio, Justino para Virgílio, Sívio Enéias para Tasso.

A seu tempo nos ocuparemos destes autores; por agora cabe-nos expor o que acerca das amazonas pensaram os antigos.

Começo por dar a devida preferência às letras sagradas. A história antiga nos oferece um exemplo notável da extinção do ramo masculino em todo um povo. Lemos no Êxodo<sup>23</sup>, que Faraó, irritado com a retirada de Moisés e dos israelitas, tomara consigo todo o seu povo para os perseguir, e que na passagem do Mar Vermelho, as águas, divididas pela vara de Moisés, tornaram-se a ajuntar sobre o exército de Faraó, e, diz o historiador sagrado – *sem que deles escapasse nem sequer um*.

Alguns escritores menos refletidos, ou querendo conciliar a total destruição do exército de Faraó com a persistência da raça egípcia, tomaram deste fato ocasião para improvisarem um reinado de mulheres que se não eram verdadeiras amazonas, nem por isso seriam menos dignas da atenção dos historiadores: porque, se é pouco verossímil que um grande número de mulheres se tenha completamente segregado da convivência com os homens, é ainda menos verossímil, ou antes, mais pasmoso que a energia viril se tenha podido sujeitar ao império das mulheres.

“Quando estas reinam”, diz um escritor moderno, “os homens governam.” Seria pois bem notável que todos os homens se curvassem, sem relutância, como sem resistência, a servi-las, quando elas se lembrassem de usurpar o mundo.

Diz-nos pois o Padre Atanásio Hircher, no seu *Tratado dos Reis do Egito*, ter extraído de um escritor árabe (Ben Lehiaja) que depois da submersão de Faraó e de todo o seu exército no Mar Vermelho, onde pereceram tudo quanto no Egito havia de homens ilustres, príncipes e grãos-senhores,

---

23 Cap. 14 v. 6 a 82.

não restando senão escravos e libertos, reuniram-se as viúvas dos magnatas e escolheram para sua rainha a uma filha de Zabú, de nome Dalisca, afamada por sua prudência e habilidade nos negócios, ilustre por seu nascimento e família, macróbria respeitável que já contava 160 anos de idade!

Algumas circunstâncias, quanto a mim, escaparam a este autor: em primeiro lugar que os escravos dos egípcios eram os israelitas, e estes haviam acompanhado a Moisés; depois, que um exército se não pode comportar nem das crianças nem dos velhos, nem dos enfermos, de forma que, ainda extintos todos os guerreiros, sobrariam anciãos para o governo, e haveria jovens para esperança do futuro.

Mais explícitos e noticiosos são os antigos escritores gregos e latinos. Começamos por Justino, não porque lhe seja devida a preferência em razão da antiguidade, nem porque o repute autoridade mais segura; mas porque sendo certo, como se tem escrito, e ele próprio o confessa, que a sua obra não é senão um resumo da de Trogno Pompeu, parece também fora de dúvida pelas pacientes investigações da crítica que Trogno Pompeu, no trecho que vou citar de Justino, baseou-se na autoridade de Teopompo: completando os dados deste historiador com os que lhe forneciam Heródoto, Ctesias e os mitógrafos, veremos como Justino ou quem quer que seja a quem ele reproduz, dá largas à imaginação com a facilidade de quem se não sente tolhido pelas peias da versificação, nem da rima, deixando muito atrás de si aos poetas no campo do improviso.

Dois príncipes citas Ilinos e Escolopito<sup>24</sup>, expulsos da pátria pela facção dos nobres, arrastaram consigo grande número de mancebos. (*An. Mund.* 1808) e se estabeleceram nos confins da Capadócia perto do rio Termodonte, sujeitando e ocupando os campos Temiscírios. Ali viveram por muitos anos no costume de depredarem os seus vizinhos, até que por fim morreram nas emboscadas que lhes armaram os povos conspirados contra eles. Suas mulheres, viúvas além de exiladas, tomam as armas, defendendo ao princípio as suas fronteiras, e logo depois atacando as dos contrários; renunciam ao casamento que chamam antes servidão que matrimônio; – e ousando um feito sem exemplo em século algum, consolidam sem homens a sua república, e deles se defendem ao passo que os desprezam. E para que

---

24 *Just. Hist.* L. 2. E. 4.

umas não parecessem mais felizes do que outras, matam os poucos homens que restavam entre elas, e logram vingar a morte dos cônjuges com a dos seus confinantes. Depois, quando com as armas já tinham conseguido paz, facilitam aos vizinhos os seus leitos.

Matavam os filhos varões (acrescenta Justino) e as filhas as educavam a seu modo, não no ócio e em ocupações mulheris: mas no tráfego das armas, da equitação e a caça, – queimando-lhes na infância o peito direito para que tivessem mais facilidade no tiro da seta, donde lhes veio o nome de amazonas.

Houve entre elas duas rainhas: Marpezia e Lampedas, as quais, dividindo entre si a nação, que já tinha crescido em forças, faziam alternadamente a guerra; e bastava cada uma *de per si* para conter os adversários. Diziam-se descendentes de Marte para realçar o mérito de suas vitórias com a autoridade da religião.

Depois de subjugada a maior parte da Europa, apoderaram-se também de algumas cidades de Ásia. Ali edificam Éfeso, e muitas outras cidades, e licenciam uma parte do seu exército, que volta para a pátria carregado de despojos. A outra parte, que tinha ficado na Ásia para defesa de suas conquistas, foi aniquilada com a morte da rainha Marpezia por uma erupção de bárbaros.

A Marpezia sucedeu no reino sua filha Orítia, que com singulares conhecimentos da guerra foi a admiração do seu tempo por uma constante virgindade. Com o seu valor tanto se aumentou a glória e a fama das amazonas, que o rei a quem Hércules devia doze tributos, lhe ordenou por julgá-lo impossível, que lhe trouxesse as armas da rainha das amazonas (A. M. 2750). Partiu Hércules com a flor da mocidade grega em nove navios, e deu inesperadamente sobre as amazonas. As duas irmãs Antíope e Orítia as governavam então; mas Orítia achava-se ausente em uma expedição, e Antíope à chegada de Hércules tinha poucas tropas, nem previa acometimento algum. O inesperado do ataque, a excitação do tumulto com que correm às armas, proporcionam ao inimigo uma vitória mal disputada. Morreram muitas, outras ficaram prisioneiras, e entre estas contaram-se duas irmãs de Antíope: Menalippe de Hércules, e Hipólita de Teseu. Teseu tomou por mulher a sua cativa, e dela teve a Hipólita; Hércules, porém,

entregou à irmã a que lhe tocara, recebendo-lhe as armas por preço do resgate, e voltou cumprida a sua missão.

Apenas Orítia sabe da guerra feita a suas irmãs por um príncipe ateniense, exorta as suas companheiras, lembrando-lhes que de balde teria subjugado o Ponto e Ásia, se o seu próprio país ainda se via exposto aos ataques e depredações dos gregos. Depois pede auxílio a Sagilo, rei da Cítia. Eram as amazonas descendentes dos citas (dizia ela) que a morte dos cônjuges e a própria defesa haviam forçado a recorrer às armas com o valor acostumado das mulheres da Cítia. O rei movido pela glória nacional mandou-lhe em auxílio Panaxágoras à frente de numerosa cavalaria; mas antes da batalha, introduzindo-se a discórdia nos dois exércitos, as amazonas sofrem uma derrota pelo abandono dos seus aliados; acham, porém, guardada em seus quartéis e sob a sua proteção voltam à Cítia, sem receber dano das outras nações.

A Orítia sucedeu Pentésiléia (A. M. 2800) que partindo entre valentes soldados em auxílio de Tróia contra os gregos, deu ali claríssimos testemunhos do seu valor. Morta enfim Pentésiléia e destruído o seu exército, as poucas amazonas, que tinham ficado na Cítia, chegaram até ao tempo de Alexandre Magno, defendendo-se com dificuldade dos vizinhos. Minitia ou Talestris, sua rainha, obteve compartilhar por treze noites o leito deste herói a fim de ter dele um filho; mas voltando ao seu reino, morreu pouco tempo depois, e com ela se acabou o nome das amazonas.

Citamos por extenso esta passagem de Justino; porque é nela que se funda, e é essa que extrata um autor moderno, procurando comprovar a existência destas celebradas heroínas. Canseco, autor espanhol, no seu *Dicionário das mulheres ilustres* publicado em Madri, ainda não há dez anos (em 1844) cita e como que apóia o autor do dicionário histórico, publicado em Barcelona em 1830, que dá como muito provável hoje em dia a existência das amazonas. No entretanto, do modo por que se exprime aquele autor, quando se ocupa de tal assunto, seria antes de supor, e para esta opinião me inclino, não que ele escreva seriamente, mas que por gracejo e simulando uma seriedade de que está bem longe, dá como provado aquilo em que nem ele crê, nem com facilidade se pode acreditar, procurando por esta forma tornar verossímil a sua tese com a negação de circunstâncias características, e invocando, como que lhe fossem favoráveis, autores que antes o desabonariam.

Tratarei de o demonstrar, confrontando a opinião de Canseco com a de Justino.

Independente de considerações gerais com que a seu tempo procurarei mostrar a inverossimilhança desta fábula, que muitos não julgam digna de uma discussão séria, o autor latino reveste o fato de tais circunstâncias, que o tornam por demais suspeito.

Em primeiro lugar começa ele por dizer-nos pouco antes do trecho que citamos, que por espaço de 1500 anos a Ásia pagara aos citas um tributo que cessou no tempo de Nino, isto é, segundo o seu cômputo no ano 1800 da criação do mundo. Ora, como também nos diz este autor, foi por meado (*medio tempore*) do período em que a Ásia se achava tributária aos citas, que se deu a cisão deste povo e o subsequente aparecimento das amazonas.

O império destas mulheres deveria portanto ter começado no ano 1100, pouco mais ou menos, para concluir-se, suponhamos em Pentasiléia, que foi aliada de Príamo na guerra de Tróia, isto é, no ano do mundo 2800. Assim deveriam ter subsistido por espaço de 1700 anos, duração pouco provável em uma época de guerras, rapinas e conquistas; e menos provável ainda em um império de mulheres, que, a ter existido, não podia deixar de ser tão precário quanto era excepcional.

A segunda circunstância pouco provável, ou antes tão inverossímil como a primeira, é a vastidão das suas conquistas. Justino trata somente das amazonas asiáticas, e essas no seu dizer conquistaram toda a Europa, e alguns estados da Ásia. Os que tratam das amazonas da Líbia, não querendo que as suas heroínas parecessem menos esforçadas, quando comparadas às primeiras, fazem-nas vencedoras dos atlantes, númeridas e etíopes, e senhoras das costas setentrionais da África. Sendo elas, porém, contemporâneas uma das outras segue-se que subjugaram quase todo o mundo então conhecido, todas as zonas que reputavam habitáveis e habitadas e por assim dizer todos os povos.

Vem aqui a pelo uma reflexão de Estrabão:

“Quem acreditará”, diz ele,<sup>25</sup> “que tenha jamais existido exército, cidade ou nação, composta só de mulheres, que de mais a mais invadiam países estranhos, conseguindo não só bater os seus vizinhos, como

---

25 Sirab. *Geogr.* L. 11.

também passar à Jônia, chegando a enviar exércitos além do Ponto Euxino até no país da Ática? É a mesma coisa que se alguém dissesse que os homens eram mulheres e as mulheres homens!”

Além destes, há em Justino e outros fatos de menos alcance, mas igualmente dignos de reparo: são aquelas duas rainhas que subdividem e repartem entre si a nação, e a governam independentes, se bem que ao mesmo tempo, conjuntamente e na melhor harmonia, coisa que não aconteceu nunca, nem mesmo aos dois irmãos fundadores de Roma: são os contos de Hércules e Teseu que se prendem a este novo conto: é Pentésiléia que socorre Tróia, e Talestris que suplica ao vencedor da Índia a honra de ser por treze noites consecutivas admitida a compartilhar o seu leito!

Se confrontamos Justino com Apolônio, o historiador com o poeta, vemos que nenhum fundamento teve Canseco para avançar que os poetas, e especialmente os da Antiguidade, ao passo que se immortalizaram com as suas belas inspirações, causaram grande dano às ciências históricas por entretecerem ficções com verdades.

Pelo contrário, é justamente aos historiadores gregos e latinos, a que podem ser aplicáveis as suas palavras, de que nem só ele, como todas as pessoas de mediano critério, não podem, logo à primeira vista, deixar de reputar exagerada a maior parte do que acerca das amazonas se conta, como seja – matarem os filhos varões, queimarem um peito, etc., o que contudo são costumes característicos destas mulheres e se acha consignado em Justino, e ainda em outros que rejeitam o fato. Canseco reputa impossível a primeira circunstância por se opor às leis da natureza, e assevera que houve equívoco na segunda; pois que as amazonas não queimavam, mas atrofiavam por meio da pressão o peito direito, reduzindo o seu tamanho natural para com mais facilidade atirarem o arco.

Contudo tem por verdadeira a sua existência; mas reduzida a questão a seus justos limites, e separando da sua história o que nela introduziram de fabuloso, como em quase todas as outras, os poetas da antiguidade. Dá como certo ter ido Pentésiléia em auxílio dos troianos, pois não julga que se possa crer na destruição de Tróia, e não nas amazonas que auxiliaram a Príamo quando não supõe mais razão para uma do que para outra coisa. No entanto, Homero que goza dos foros de historiador, e tão minucioso em numerar as tropas e ainda mesmo em descrever as armas de



cada combatente, não fala em tais amazonas, devendo o seu silêncio ser tomado como um argumento em contrário de muita consideração.

Nada importa a asserção de Pausânias de ter visto no templo de Júpiter Olímpico uma pintura representando Pentésiléia aos pés de Aquiles. *Pictoribus atque poetis quoelibet audendo semper fuit aequa protestas*. Nem era preciso que Horácio o tivesse escrito para sabermos que procurando os pintores assunto para as suas composições, onde o encontram, que não somente nas crônicas timbradas pela crítica, o efeito do belo os dispensa da prova da verdade.

Canseco reputa também fidedigno o que se conta de Talestris, negando, porém, que fosse verdadeira amazonas, – não obstante a autoridade de Justino, que a chama não só amazona como rainha delas.

“Por que se há de acreditar (diz ele) em tudo quanto nos refere a história antiga acerca de Alexandre Magno, e negar que a descendente das amazonas, Talestris, se apresentou na Ásia ao herói macedônio, quando a relata o severo Quinto Cúrsio, e outros? Não sei a que outros alude o autor espanhol; mas é pouco de presumir que seriamente se atribua a Quinto Cúrsio o caráter de historiador severo. Não admiro, nem creio por ser escrito em latim neste conto insípido (lei nas investigações filosóficas sobre os americanos<sup>26</sup> que nos narra Quinto Cúrsio de ter vindo Talestris dos confins da Hircânia impetrar de Alexandre Magno a honra de dormir três noites (treze diz Justino) em seu leito<sup>27</sup>.)

Para não ter de voltar alguma vez mais a ocupar-me com este autor, apontarei algumas inexatidões que são para notar-se neste seu artigo. Em primeiro lugar, entre as armas que lhes deu a Antiguidade não se conta a bipene que tinha dois gumes, mas uma segure chamada do seu nome, que tinha um só fio. *Una tantum parte secans*, comentam os anotadores de Horácio. Note-se também que nem em Platão se pode achar argumento em

26 *Recherches philosophiques sur les Américains*. Berlim, 1770. 52, pág. 106.

27 Os próprios autores que nos asseveram a existência das amazonas rejeitam esta fábula de procurar Talestris o herói macedônio, argumentando que elas já não existiam no tempo de Alexandre, porque Xenofonte, mais antigo do que ele, não trata delas ainda que descreva os países que se diz terem elas habitado. Acha que há razão para duvidar da fidelidade de Ariano, que é quem nos refere este fato; porque Ptolomeu e Aristóbulo que todavia acompanharam Alexandre o não relatam.

favor da existência das antigas amazonas, nem a respeito das modernas se exprime Humboldt da maneira categórica e terminante que o autor espanhol parece indicar. No dizer de Canseco, Platão assevera que pouco antes de sua época (sendo ele quase contemporâneo de Alexandre), floresciaam as amazonas, Humboldt apóia esta parte a relação do Padre d'Evreux.

Platão não trata propriamente de amazonas, mas de Sauromátides, que quer dizer olhos cor de pele de lagarto, – ou como lêem outros – Saurópatides como lagartos, ou ainda Sauromatas como escreve Hipócrates. Com estas expressões eram então designadas as pessoas de um e outro sexo que habitavam a Cítia Sauromátia. Platão recomenda às mulheres da sua nação os exercícios ginásticos, de que cobriam tanta honra como os homens; porque (diz ele)<sup>28</sup> assim o aprendi das velhas fábulas. Estas velhas histórias ou fábulas, segundo entendo, contariam casos de mulheres que se houvessem tornado célebres em tais exercícios ganhando coroas nos jogos públicos da Grécia; e tanto mais que as mulheres com que esta parte do seu diálogo se ocupa Platão não podem ser propriamente consideradas como amazonas. “Eu não ignoro (diz ele) que ainda no meu tempo havia nas circunvizinhanças do Ponto Euxino um número considerável de mulheres chamadas Auromátides, às quais incumbia, assim como aos homens, aprender não só a montar a cavalo, mas a atirar o arco, e a se servir de outras armas.”

Vê-se, pois, que se não pode invocar a autoridade de Platão, como que venha muito a pelo para o caso ou que seja decisiva. Vejamos, porém, se há outros, em cujos testemunhos se pudesse Canseco basear.

Jerônimo Mercuriali<sup>29</sup> assevera que Hipócrates provou claramente que a nação das amazonas, que alguns têm reputado fabulosa, existiu realmente, posto que não com o costume de deslocar as juntas aos rapazes, a fim de por este modo os tornar coxos e mais fracos. Não sei a que obra de Hipócrates se refere este autor: o que é certo é que só em outra parte<sup>30</sup> lemos o costume de deslocarem as amazonas as juntas aos filhos;

---

28 7 dial. das leis.

29 Jerôme Mercuriali I. III, cap. 7. *Diverses Leçons*.

30 *In Argonautica* – apud Diodorum.

– circunstância que parece inventada para resolver a eterna dificuldade de combinar a piedade materna com a descarável crueldade das amazonas.

No entanto, se Jerônimo Mercuriali se refere à obra que se intitula – *Dos Ares, Águas e Lugares*<sup>31</sup> – na qual o médico grego nos descreve os costumes das sauromatas, a sua asserção vem a carecer absolutamente de fundamento. Da maneira por que a respeito das sauromatas se exprime Hipócrates na obra citada, vê-se que ele compreende nesse termo todas as pessoas de um e de outro sexo. Diz que as sauromatas se casavam, mas acrescenta acerca de suas mulheres, que estas andavam a cavalo, atiravam setas, arremçavam dardos, e se batiam com os inimigos enquanto virgens; e que depois de se terem dado às armas era-lhes então permitido casarem – se, ficando desde logo dispensadas de montarem a cavalo, ou de irem à guerra, enquanto uma expedição comum as não obrigasse a isso. E logo em seguida ajunta que careciam do peito direito, porque sobre eles as mães aplicavam às filhas desde a sua primeira infância um instrumento de cobre feito de propósito para esse uso, de modo que, remata ele, davam por esta forma mais vigor ao braço com o acréscimo da substância que deveria alimentar aquele órgão no seu estado normal.

Se das palavras de Hipócrates, que deixei extratadas, se não pode concluir a existência das amazonas, há todavia uma frase de um dos santos padres, em que se poderia e talvez mesmo se tenha querido basear essa opinião. Tertuliano<sup>32</sup> diz das mulheres citas que elas queriam antes usar das armas do que casarem-se. No entanto para se lhe dar esta inteligência, é preciso tomar em outro sentido do que deve ter naquele lugar o vocábulo latino – *prius...quam*, ou *priusquam*, que tanto pode indicar preferência como prioridade. Tertuliano descreve-nos a extrema barbaria dos citas, mostrando-nos como as suas mulheres tomavam parte em seus banquetes, mais hediondos do que os dos nossos antropófagos! As mulheres mesmo (escreve ele) não se amenizam nem com o sexo, nem com o pudor... trabalham com achas... e acrescentando no mesmo período a frase que deixamos apontada, não pode ela oferecer outro sentido senão que essas mulheres usavam das armas antes de se casarem. Dessa forma se harmoniza a opinião de Tertuliano com o que

---

31 Cap.17. Hipócrates.

32 L. 1º contra Marcion.

outros autores nos referem das mulheres da Saromátia, que não podiam casar nem deixar de ser virgens antes de ter cativado a três inimigos.

Um autor que comparado a estes poderíamos chamar moderno, pretende explicar a seu modo a origem desta fábula. Palefatos, na sua obra *Histoires Incroyables*<sup>33</sup>, aventa a opinião de que as amazonas não eram senão homens bárbaros, chamados mulheres por seus inimigos por usarem vestidos compridos como as mulheres da Trácia, trazerem o cabelo em coifas e raparem a barba, ainda que esta opinião seja suscetível de melhor desenvolvimento, e que nem todos os fatos com que Palefatos a sustenta sejam absolutamente exatos, não me parece contudo improvável, nem que careça de fundamento.

Em primeiro lugar não é muito exato que todos os citas, em todas as circunstâncias usassem de vestidos talares ou compridos; pelo contrário, Hipócrates na obra citada, fala de uma espécie de calções ou ceroulas próprias dos povos da cítia, que sempre andavam a cavalo, e a que os gregos davam o nome de *anaxyrides*. Ora se as mulheres iam à guerra e andavam a cavalo era de supor que tivessem o mesmo vestuário dos homens. É também isto o que se colige de Heródoto quando nos diz que foi depois de um combate que os citas reconheceram as amazonas por mulheres, o que não deixaria de ter acontecido antes, se elas tivessem um traje particular e distinto.

Os citas usavam na guerra vestidos curtos e estreitos, mas Hipócrates<sup>34</sup> acrescenta, como com pouca diferença se diz de alguns dos americanos, que grande número deles se faziam eunucos, davam-se a ocupações mulheris, tomando vestidos compridos, falando como as mulheres, ado-

---

33 Cap. 33.

34 Hipócrates não fala propriamente de eunucos na obra que já citamos – *Dos Ares, Águas e Lugares*. Cap. 22. O que ele nos diz é que achavam-se entre os citas muitos homens impotentes que se condenavam a ocupações mulheris, falando e vivendo como elas, e que estes tais eram adorados pelos indígenas citas, que temiam que lhes sobreviesse tal aflição, e a atribuíam à cólera da divindade ofendida. Hipócrates atribui esta circunstância ao clima, ao costume de andarem os homens constantemente a cavalo, e de, no começo da enfermidade, sangrarem-se atrás de ambas as orelhas, onde, segundo a sua opinião, há veias que cortadas, privam aos que sofrem tal operação da faculdade reprodutiva.

tando as suas maneiras e o seu modo de vida. Donde se vê que na paz as mulheres e grande número de *citas* usavam os vestidos compridos.

Agora, se considerarmos a estranheza que naqueles tempos e entre os povos orientais e bárbaros, entre os quais o cabelo solto e livre era reputado, como foi em outros tempos e por outros povos, ornato viril e decente compostura, a estranheza, digo, que devia causar esses cabelos medidos em coifas, e as caras rapadas, – e ainda mais a confusão que resultaria de se verem mulheres *citas* na guerra, vestidas e obrando como homens, e homens na paz obrando e vestindo como se fossem mulheres; se a isto se adiciona a imaginação dos povos na sua infância, e a credulidade que os propende para o maravilhoso e extraordinário, fácil será de conceber como se originou e propagou a tradição de mulheres guerreiras, e de guerreiros mulheres, dando em resultado o conto das amazonas.

Passo agora a completar a narração de Justino com os dados de outros escritores acerca das antigas amazonas porque, se bem que duvide da sua existência não me julgo por isso dispensado de expor, ainda que sumariamente, o que a seu respeito se tem escrito.

Dizem os antigos escritores que as houve na Ásia e na África, e posto que mais particularmente se estendam acerca das primeiras, alguma coisa, contudo, chegou à nossa notícia a respeito das segundas. Das líbias escreve Aunio no liv. 5º de Berroso, que de uma filha de Japeto Atlante, chamada Palas, tiveram princípio as amazonas. A dita Palas, pela inclinação que teve às armas, escolheu várias mulheres moças e valorosas, com que fez um exército, e começou a senhorear-se de algumas pequenas terras junto da lagoa Tritonida, e crescendo assim em número como em reputação de guerreiras, se apoderaram de grande parte da África com tanta ordem e bom governo que foram mui tímidas de todos os reis daquele tempo. Vendo, pois que sem ajuntamento de varões se extinguiria a sua memória, ordenou segundo quer Dionísio, autor grego, que andassem solteiras as moças, e guardassem virgindade até certo tempo, exercitando-se nas armas e seguindo a bandeira de sua rainha, e o tal tempo acabado, tomassem marido, e o tivessem em casa só a efeito de haver filhos e de servi-las como criado; e havendo filho macho o aleijavam, e o faziam inábil para a guerra, guardando as filhas como sucessoras da sua glória; as quais faziam criar aos maridos com leite de cabras, ou de outros animais. Destas amazonas da Líbia foi rainha Mirina, que com um

exército de trinta mil infantes e dois mil cavalos acometeu e venceu a Hiarbas, rei da Líbia que primeiro lhe havia negado vassalagem. Outras notáveis empresas fizeram a dita Mirina com as suas amazonas no Egito.

Das asiáticas, porém nos diz Heródoto<sup>35</sup> que os *citas* as denominavam *oeorpartas*, que vale o mesmo que *androntonoi* ou *homicidas*, designação que Petit, autor que já citamos, quer que venha não do fato de terem assassinado os maridos, mas do costume de sacrificarem os filhos. Conjetura o historiador grego, que estas mulheres habitavam a Capadócia perto do Termodonte. Diz-nos que junto a este rio foram derrotadas por Hércules; – que, prisioneiras e cativas, foram conduzidas em três navios quantas se apanharam vivas; – que, levantando-se depois do meio da viagem, mataram a seus roubadores, e que vendo-se depois sós e sem entenderem de navegação, sem saberem ao menos dirigir o leme, abandonaram-se à mercê dos ventos e das vagas, sendo impelidas para as bordas escarpadas de Palus Meotides; que os povos livres das *Cítias* que então senhoreavam estes lugares, saíram-lhes ao encontro, e reconhecendo-as no combate por mulheres, resultou daí casarem-se, juntarem as tropas, e passarem por fim além do Tanais, indo-se todos estabelecer na Sarmatia.

Outros autores quiseram ver na Europa uma semelhança de república de amazonas, em tempos remotos, bem que não sejam de tão alta antiguidade. O Papa Pio II que sob o pseudônimo de *Aenes Silvius* escreveu a história da Boêmia<sup>36</sup>, conta-nos que outrora se vira neste país uma forma de república tal qual era a das amazonas, sob a direção da moça Valasca, e uma das damas de Libissa, filha de Crocus, rei de Boêmia.

Esta Libissa (é ainda o mesmo autor que o refere) depois da morte do rei, seu pai, governou o reino por muitos anos, apoiada no favor e na afeição do seu povo. Tiveram as mulheres muito poder durante o seu reinado, de sorte que este costume prevaleceu de que suas filhas se aplicassem aos mesmos exercícios que os homens; e como tivessem o corpo afeito à lida e trabalho, havia sempre entre elas um bom número de mulheres robustas e corajosas. Morta Libissa, Valasca, rapariga de grande alma e coragem, aproveitou-se da ocasião para reunir as suas companheiras, exor-

---

35 Liv. 4º

36 Cap. 7.

tando-as a se apoderarem do reino. Estas seguiram o seu conselho, tomaram as armas, e foram tão favorecidas da fortuna, que Valasca, tornando-se senhora absoluta do país, governou, segundo dizem, por 7 anos o reino da Boêmia, conjuntamente com as suas mulheres, quase com as mesmas leis que as amazonas tinham outrora estabelecido.

“Depois disto (ajunta Aeneas Silvius) diz-se que já senhoras de todo o país, estas escolheram maridos, e tiveram de seus casamentos descendência para sustentar a sua república: deram também uma lei pela qual foi ordenado que se guardassem cuidadosamente as filhas, e aos filhos se arrancasse o olho direito, cortando-se-lhes ao mesmo tempo o polegar para que, quando homens nem pudessem entesar o arco, nem servirem-se de outras armas. Isto foi praticado por algum tempo. A Boêmia (remata Aeneas Silvius) durante 7 anos assolada por esta peste, e viu-se quase toda tributária destas virgens.”

Bem que Alberto Krautz na sua *Crônica dos reis do norte*<sup>37</sup> cite uma ação corajosa de Valasca, e por mais fidedigno que o reputemos não se poderá concluir daí senão que é verdadeira a existência dessa heroína; mas ainda assim não será preciso grande esforço de inteligência para se ver que tais boêmias não eram, nem foram verdadeiras amazonas, só porque nos assevera Aeneas Silvius que a sua república era tal qual a daquelas.

Se quanto sabemos das antigas amazonas não basta para pôr fora de dúvida a sua existência, as provas que nos apresentam os antigos e modernos viajantes acerca de uma república semelhante que se diz ter existido no rio do seu nome talvez não sejam mais concludentes.

Assim como as antigas receberam as diferentes denominações de amazonas, sauomatides, e saurapatides, também as modernas foram chamadas na língua tamanaque *aikeambenano*<sup>38</sup>, e na dos tupis *cunhátese-cuyma*<sup>39</sup>, e *loniápuyara*<sup>40</sup> – mulheres que vivem sós, mulheres sem maridos, grandes senhoras.

37 Liv. 1. cap. 8.

38 Padre Gili.

39 La Condamine.

40 Fr. Gaspar de Cavajal – citado por Herrera. Doc. 6. liv. 9., cap. 2º *Hist. General de las Indias*, Anvers – 1728.

Como, porém, esteja intimamente ligada com a história destas célebres heroínas, a de uma pedra a que os mineralogistas deram o seu nome, pedra de maravilhosas virtudes, e cuja origem se procura achar no rio do seu nome, não me parece fora de propósito entrar nesta questão preliminar, da qual se têm deduzido argumentos em favor da existência das modernas amazonas, – argumentos que parecem de tanto maior peso, quanto invocam em seu apoio nomes ilustres ou conhecidos, e como que se baseiam na autoridade respeitável da ciência.

Uma pedra é atualmente conhecida nos gabinetes de história natural, com a denominação de pedra das amazonas (*Amazonen stein*). Buffon dá-lhe o nome de jade, pedra nefrítica, – Omalius<sup>41</sup> a classifica na família das silícidas, como a espécie de um subgênero a que conserva o nome de *feldspath*. Humboldt,<sup>42</sup> porém, diz que o que nos gabinetes se chama *amazonenstein*, não é jade, nem *feldspath* compacto, que é o de que trata Omalius, mas somente *feldspath* comum. Contudo, este mesmo naturalista diz ter visto uma dessas pedras, que era uma saussurite, verdadeiro jade, que orictognosticamente se aproxima do *feldspath* compacto e que forma uma das partes constituintes do *verde di Corsica* ou do *Gabbro*.

Ora, discordando tanto os autores na classificação desta pedra, que, sendo em extremo rara e dura, é apesar disso confundida com a pedra de acha (*Beil-stein de Werner*) muito menos tenaz, – não é muito que a descreva cada um a seu modo, e lhe atribua natureza e caracteres diferentes.

E assim é. Enquanto Omalius a classifica como uma silícide, Buffon a considera como uma matéria mista servindo de transição entre as pedras quartzosas, e as micáceas ou talcosas. Baseando-se nas experiências do químico d'Arcel, de que o jade se enrijece ainda mais ao fogo: persuade-se Buffon<sup>43</sup> que a pedra das amazonas não é produzida imediatamente pela natureza; mas que depois de trabalhada devera ter sido empregado o fogo para lhe dar a extrema dureza que a caracteriza: pois que estas pedras resistem às melhores limas, e só cedem ao diamante.

---

41 Omalius. *Introduction à la Géologie*, Bruxelles 1838. T. 1º. A. Humboldt, Paris, 1816. T. 8º.

42 *Voyage aux Régions Equinoxiales*, par

43 Buffon. *Histoire naturelle*. Minéraux. *Du Jade*.



Funda-se também este autor na autoridade de Seyfried<sup>44</sup>, segundo o qual existe junto ao rio Amazonas uma terra esverdeada que debaixo d'água é inteiramente mole; mas que adquire a consistência e rigidez do diamante exposto à ação do ar. Buffon argumenta que, se isto assim era e se por outro lado se considerava que os indígenas da América, que nem ao menos tinham instrumentos de ferro todavia as trabalhavam, seria para concluir-se, e ele o conclui, que elas deveriam ter sido uma matéria mole, que os americanos à mão lhe deram a forma de achas, ou de cilindros brocados ou de lâminas com inscrições, e que depois de dissecadas pelo ar, se tornaram pelo ação do fogo pedras tão duras como a conhecemos.

É isto uma presunção como ele pretende, mas insiste que tem em seu apoio, além de muitas razões e entre outros fatos – ter ele visto uma acha de jade azeitonado, trazida das terras vizinhas do Amazonas, a qual se podia cortar com um faca, – estado em que decerto não podia servir para o uso a que a sua forma demonstrava que era destinada, sendo para supor que só lhe faltava ser aquecida pelo fogo.

É notável que esta opinião do grande naturalista do século de XIV, se assemelhe com as dos rudes selvagens do Novo Mundo<sup>45</sup>. Estes também, não concebendo o meio nem a possibilidade de se cortar e talhar pedras duras – tais como a esmeralda, o jaspe, o *feldspath* compacto, o cristal de rocha e outras, imaginaram que a pedra verde como eles lhe chamam, é mole ao sair da terra e se enrijece depois de trabalhada à mão.

Humboldt<sup>46</sup> negando que semelhantes pedras sejam naturais do Amazonas, descreve-as como recebendo um brilhante polido, tomando a cor verde esmeralda, translúcidas nas bordas, extremamente tenazes e sonoras, e tanto que talhadas em tempos antigos pelos indígenas em lâminas muito delgadas, perfuradas no centro e suspensas a um fio, dão um som metálico quando percutidas por outro corpo duro, – motivo por que foram

44 Mem. da Acad. de Berlim 1747.

45 *C'est une opinion dénuée de tout fondement, quoique très-repandue à 'Angostura que cette pierre (Saussurite) est tirée, dans un état de ramollissement pâteux, du petit lac Amucu.* Humboldt *Ob. cit.* T. 8, pág. 207.

46 Ob. e log. citados.

por Brongniart comparadas às pedras sonoras que os chineses empregam nos seus instrumentos de música, a que chamam *King*.

“Dá-se-lhes (diz Humboldt), dá-se-lhes as mais das vezes a forma de cilindros persopolitanos, perfurados longitudinalmente e sobrecarregados de inscrições e de figuras. Mas não são os índios de hoje, esses indígenas do Amazonas e do oceano, que vemos no último grau do embrutecimento, os que brocaram substâncias tão duras, dando-lhes as formas de animais e de frutos.” – Daqui quer o autor alemão concluir a existência de uma civilização anterior.

Estas pedras, que por muito tempo se encontraram nas mãos dos indígenas do Amazonas, ainda com mais facilidade se achavam no rio Tapajós, não obstante serem raríssimas em toda a parte. Ora foi justamente junto ao rio Tapajós que Raleigh colocou as suas amazonas – ricas (diz ele) de baixela de ouro, que adquiriram em troca das famosas pedras verdes, ou *piedras hijadas (del Ligado)*; e foi ainda no mesmo rio que 148 anos depois, La Condamine as achou em mais abundância<sup>47</sup>. Os indígenas, seguindo uma antiga tradição, pretendem que estas pedras vinham do país das mulheres sem marido, ou das mulheres que viviam sós, dando como (*gisement*) leite primitivo deste mineral às cabeceiras do Oiapoque, Orenoco, ou rio Branco. Humboldt dizendo que viu algumas delas nas mãos dos índios do rio Negro<sup>48</sup>, e confirmando a notícia de que os índios do tapajós possuíam outrora grande quantidade delas, não sabe se eles as receberam do sul ou do país que se estende das montanhas de Caiena para as nascentes do Essequibo, Carony, Orenoco, e rio das Trombetas.

Estas pedras que já são raras tornam-se mais raras de dia em dia, já porque os índios que as estimam em muito as guardam como preciosidades, já pela exportação que delas se fez e se faz para a Europa<sup>49</sup>. Eram de mais disso muito procuradas e estimadas pelos colonos, tanto portugueses,

---

47 Os tapajós mostram certas pedras verdes, que dizem ter herdado de seus pais, e que estes as obtiveram das *Congnantain-secouima*, que quer dizer, na sua língua, mulheres sem marido, em cujo país abundam aquelas pedras. *La Cond.*, pág. 104, edic. de 1745.

48 *Voy. Aux. Reg. Equi.*, T. 8º, pág. 10

49 *Hist. Gen. des Voyages*, T. 14., pág. 42 e 43.

como espanhóis pela virtude que se lhes atribuía de curarem pedra, cólica nefrética, a epilepsia, as moléstias do fígado e outras.

Mas estas mesmas pretendidas virtudes talvez não sejam uma recordação da crença popular da Antiguidade acerca de outras que tais pedras verdes. Os antigos, gregos e romanos, compraziam-se com o verde brilhante da esmeralda, mais bela no dizer de Plínio<sup>50</sup> do que o verde da primavera, – pedra sempre brilhante (escreve ele), sempre acariciadora dos olhos, quer vista ao sol, quer à sombra, quer de noite ao reflexo das luzes. A elas também, além da beleza, atribuía-lhes inúmeras virtudes.

Se, porém, os antigos, Plínio e Teofrasto<sup>51</sup>, davam o nome genérico de esmeralda a todas as pedras verdes, – a mais estimada, a mais bela de todas, a verdadeira esmeralda era a pedra do país das amazonas – a esmeralda da Cítia. Quero crer, portanto, não só que a íntima correlação da história das pedras verdes com a das amazonas é uma recordação da Antiguidade, como que é desse fato que se originou a fé nos seus pretendidos milagres.

Sei que em cada amuleto ou patuá se encontrará sempre um fragmento de mineral. Sei que se escrevesse a história dos feitiços entre todos os povos, grande parte dela seria ocupada com a crença no pretendido poder de certas pedras. Assim, com o que levo dito, longe estou de negar a importância que na sua infância os povos têm dado às pedras, que se afastam do comum, como a todos os objetos que por alguma singularidade se destacam dentre as produções da natureza. Mesmo na América do Norte parece que a pedra verde foi venerada debaixo de uma significação religiosa.

Posto que (diz Humboldt)<sup>52</sup> quinhentas léguas de distância separam as margens do Amazonas e do Orenoco do planalto mexicano; posto que a história não faça menção de nenhum fato que ligue os povos selvagens da Guiana aos povos civilizados de Anahuac, diz o monge Bernardo de Sahugun em Cholula, que no começo da conquista, vira conservadas como relíquias pedras verdes que tinham pertencido a Quetzalcohuatl, o

50 Plin. lib. XXXVII, nº 16.

51 Lapid. et. Gemm. nº 44

52 *Voy aux. Rég. Equin.*, T. 8º.

Buda dos mexicanos, que no tempo dos tolteques fundara as primeiras congregações religiosas.

Convém todavia ponderar que se o estado em que encontramos os indígenas não basta para explicar como é que tais pedras foram lapidadas, atribuí-las às amazonas seria tornar menos aceitável a explicação, exceto se quiséssemos supor que nessa república, de sua natureza efêmera, se por um momento admitimos a sua existência, se pode apesar disso ter chegado a um grau de civilização a que os homens não teriam ainda atingido.

E ainda quando concedêssemos este novo ponto, faltaria investigar donde teriam vindo semelhantes pedras; porque não parece, segundo o opinião de Humboldt, que elas sejam originárias do Amazonas.

Vejamos, porém, o que a respeito das amazonas da América nos referem os historiadores.

“Se não existiam (inquire o nosso programa) que motivos tiveram Orellana e Cristóvão da Cunha, seu fiador, para nos asseverarem a sua existência.”

Deixando para ao depois tratar dos motivos que tiveram ou poderiam ter estes viajantes, e outros antes deles para reproduzirem nas suas narrações a fábula que nos legaram os escritores da Antiguidade, cabe-nos ver o que a tal respeito escreveram os modernos.

Acredito que desta exposição facilmente se poderá concluir se estas mulheres se assemelhavam ou indicavam originarem-se das da Cítia ou da Líbia.

Antes de tudo, poderia parecer que o nosso programa se ocupa, não de Orellana, companheiro de G. Pizarro; mas de Pizarro y Orellana, autor da obra *Varones ilustres del Nuevo Mundo*<sup>53</sup>, o qual na vida de Gonzalo Pizarro trata de amazonas, – “não as que descendiam de Orítia ou Pentasiléia, diz ele, mas de outras, que por serem mulheres, que pelejavam, foram chamadas assim”. Porém o programa, indicando ser a notícia desse Orellana confirmada por Cristóvão da Cunha, faz ver que se refere ao próprio descobridor.

---

53 Madri – 1639, pág. 352.

Geralmente se acredita, e é esta a opinião de Paw, que o aventureiro espanhol foi o inventor deste conto, bem que já antes dele Colombo julgasse ter ele encontrado amazonas nas Antilhas. Segundo Hakluyt disseram ao navegante florentino<sup>54</sup> que a pequena ilha de Madanino<sup>55</sup> (Montserrat) era habitada por mulheres guerreiras, que viviam a maior parte do ano afastadas do comércio dos homens. Pedro Martyr diz também ter-se afirmado a Colombo que mulheres sem homens habitavam a ilha da Matityma, defendendo-se com armas, e não recebendo comando senão de si mesmas, acrescentando que foi por esta ocasião que Colombo as chamara amazonas.

Orellana adornou esta história com outras particularidades, não tanto para a fazer mais digna de crédito, como para a tornar mais singular. Gonzalves Oviedo na sua relação ao cardeal Bembo, que é datada de 20 de janeiro de 1543, narrando a viagem de Orellana, escreve que ouvira a Gonzalo Pizarro ter aquele combatido com mulheres armadas, comandadas por uma rainha; que estas mulheres viviam sós, – que não matavam os filhos; mas os entregavam aos pais, – que eram enfim chamadas as amazonas, posto que tivessem ambos os peitos.

Quando Oviedo escrevia a sua carta ao Cardeal Bembo, não tinha por certo notícia da relação que Hernando Ribera<sup>56</sup> jurava na Assunção aos 3 de março de 1545, de que nos ocuparemos ainda.

Quase um século depois publicava o Padre Cristóvão da Cunha<sup>57</sup> que se sabia, por informações que a real audiência de Quito mandara tomar, serem as margens do Amazonas habitadas por mulheres guerreiras; mas a principal razão por que este autor nos assela o fato da sua existência, é porque há um rio com esse nome. É tão inconsistente este argumento, que o mesmo é expô-lo que destruí-lo. Fora coisa admirável, amplifica ele no estilo do tempo, que o rio sem graves fundamentos houvesse usurpado o nome das amazonas, – podendo qualquer lançar-lhe em rosto, que com

54 Coll. Lond. 1812, pág. 384.

55 Grindus, pág. 69.

56 Imprensa na Col. de Ternaux. V. 6, pág. 490.

57 *Nuevo descubrimiento del Gra Rio de las Am.* Madri. 1641. Col. de Barbosa.

ele se pretendia tornar famoso, sem mais razão do que de vestir-se com o alheio.

Além deste argumento, Cristóvão da Cunha desce também à consideração de fatos. “O que ouvi com os meus ouvidos (diz ele) e com grande cuidado averigui desde que pusemos os pés neste rio, é que não há geralmente coisa mais comum (ao menos ninguém o ignora) que é dizer-se que habitam nele estas mulheres, dando sinais tão particulares, que convido todos neles, não é crível que pudesse haver uma mentira introduzida em tais línguas, e em tais nações com tantas cores de verdade.”

O Padre Cunha se esquece somente, que a fé nos feitiços e agouros abusa do aparecimento de fantasmas, da existência de gigantes e pigmeus, são fatos que em todo o mundo se têm repetido, sem que da universalidade da opinião se possa deduzir coisa alguma em favor da credulidade de tais fatos.

Refere-nos o mesmo autor como em certa quadra do ano vinham ter uns índios com as amazonas. Elas ao vê-los se alvoroçavam, saíam fora de suas trincheiras, armadas em guerra, e depois de uma breve simulação de combate, corriam todas às canoas dos hóspedes bem-vindos, e cada qual desprendia uma das redes que estes índios traziam armadas nas canoas, e voltavam triunfantes para armá-las em suas habitações, onde vinham os donos procurá-las. Em festas e contentamento se passavam os dias<sup>58</sup> até que no tempo marcado se retiravam os hóspedes. Quanto à sorte dos filhos, diz-nos o mesmo autor que o que parece mais certo é que as mães os matavam em os reconhecendo como tais. É também isto o que nos afirma Nuno de Guzmán na sua relação a Carlos V.<sup>59</sup> Feijó pelo contrário no seu *Teatro Crítico*<sup>60</sup> dissertando sobre as amazonas, e escrevendo com tal precipitação que alega, não que se noticiava e existência, mas que as próprias amazonas haviam sido descobertas, não nega que a esta, que ele considera verdadeira história, se tenha ajuntado muitas inverossimilhanças; e neste número conta a absoluta separação dos sexos, bem como o dizer-se que as mães matavam os filhos. Não obstante a autoridade do Padre Cunha,

---

58 Cunha. Cap. 72.

59 La Condamine *Mem. da Ac. R. das Sc.* de Paris, 1745.

60 T. 1. Diss. 16, n<sup>os</sup> 45 e 46.

Oviedo que o escreve por tê-lo ouvido ao próprio Pizarro, de acordo com Feijó, diz que os filhos, longe de serem mortos, eram entregues aos pais.

Cunha leva a sua minuciosidade a ponto de nos designar qual era a tribo, que estava no privilégio de fornecer às amazonas estes maridos zangãos. Chama a Guacará ou Guacari. Anville fez notar a La Condamine que os das antigas amazonas eram chamados Gargari, no dizer de Estrabão<sup>61</sup>; semelhança que pareceu bastante curiosa a Carli<sup>62</sup>, o autor das *Cartas Americanas*.

Um ponto de semelhança, que não podemos passar em silêncio, entre as amazonas da Cítia e as da América, é este:

As citas que, diz-nos Justino, se haviam com tanta facilidade divorciado dos homens, e consideravam a virgindade como virtude de tão grande preço, que Orítia era por este motivo geralmente admirada entre elas; ainda assim mataram os vizinhos para se vingarem da morte de seus maridos; e acabaram depois com os que ainda existiam entre elas *ne feliciore aliae abis viderentur*, para que umas não fossem reputadas mais felizes do que outras. Foram também estas mesmas mulheres que não podendo suportar por oito anos a ausência dos homens da sua nação, se casaram com os próprios escravos, que tinham ficado para guarda dos rebanhos. Isto posto, não há razão para dizer-se que tais mulheres tivessem aversão aos homens.

O mesmo e mais deveria acontecer na América, porque se considera que elas habitavam debaixo do Equador, talvez se ache razão no desembargador Sampaio, que não descobre, nem pode imaginar que motivos bastante poderosos tiveram as amazonas para vencer a quase irresistível força do clima. O certo é (observa Montesquieu)<sup>63</sup> que o alvoroço com que elas recebiam os hóspedes, e que Cunha nos relata, mostra que lhes não era indiferente aquela união.

Voltemos, porém, ao nosso assunto.

Para aqueles que consideram a tradição das amazonas da América como uma reprodução da crença de outros tempos e de outros povos,

61 Liv. 9º.

62 *Lettres américaines*. Boston 1788. – Lett. 25, T. 1, pág. 430.

63 *Esprit des Lois*. L. 14, C. 2.

nenhuma maravilha que se assemelhem os costumes que a umas e outras se atribui. Humboldt observa judiciosamente que da leitura das obras de Colombo, de Geraldini, de Oviedo, de Pedro Martyr, de Anghierri se conhece a tendência dos escritores do século XVI para achar entre os povos descobertos no novo continente tudo quanto os gregos nos contam dos costumes da primeira idade do mundo, e dos costumes bárbaros dos citas e dos africanos. Daqui conclui ele que tanto o amor do maravilhoso, como o desejo de ornar as descrições do novo continente com alguns traços da antiguidade clássica contribuiriam para a grande importância que se deu às primeiras narrações de Orellana.

É certo que estes estudos deveram ter concorrido para que com mais facilidade se desse crédito a uma notícia de que havia exemplos nas antigas histórias; no entanto, convém observar que tratando, quer estes, quer nos modernos escritores, de povos mergulhados no estado de barbaria e selvaticidade, não é muito para admirar que sem se copiar se encontrem. O autor das – *Investigações filosóficas sobre os americanos*<sup>64</sup> –, explica-nos como aqueles que têm estudado os seus costumes, e sobretudo os dos americanos setentrionais, admirando-se de que eles, por assim dizer, fossem os mesmos que os dos antigos *citas*, foram levados a deduzir desta aparente similitude linhas de filiação e de extração de um para outro destes povos, sem ponderarem que, não oferecendo os costumes *citas* senão os caracteres distintivos da vida selvagem, era natural que tal semelhança se percebesse entre todos os selvagens do universo.

Vejamos pois que motivos puderam ter esses viajantes ou escritores para improvisarem semelhante república, ou para exagerarem a tal ponto o fato de mulheres combaterem; fato, que entre povos bárbaros frequentemente se repete.

Distinguem-se entre os que até aqui temos citado Orellana, Raleigh, e Oviedo. Cito a Oviedo com preferência ao Padre Cunha, porque a sua opinião foi divulgada um século antes da publicação do – *Nuevo Descubrimiento*.

Orellana ardendo em desejos de se tornar célebre por uma descoberta própria, formou o atrevido projeto de navegar o Amazonas, se-

---

64 *Recherches Philosophiques sur les Américains*. Berlim, 1770, T. 1, pág. 113.



guindo-o em todo o seu curso até encontrar-se com o oceano; — e ainda que interiormente sentisse quanto havia de obscurecer o seu nome a consideração das circunstâncias em que ele tomava sobre si tal empresa, confiava na sua boa fortuna, e esperava que o resultado atenuaria as justas censuras de que se tornava merecedor.

“Esta viagem (escreve W. Irving na vida de Cristóvão Colombo<sup>65</sup>) foi acompanhada de muitos perigos e fadigas. Orellana obrigado a desembarcar nas margens do rio, foi muitas vezes atacado por inimigos numerosos e aguerridos, contra os quais tinha de empregar força para obter provisões. Em alguns lugares as próprias mulheres carregaram contra os espanhóis: e esta circunstância deu lugar às fabulosas narrações, que se fizeram, acerca da pretendida ilha das amazonas.”

Todavia onde achamos a glória de Orellana, não é nem nos perigos, nem nas fadigas que passou; senão em ter feito uma navegação extensa, em um barco mal preparado, por entre nações desconhecidas e hostis, sendo o primeiro a revelar o imenso trato de terreno que medeia entre os Andes para o lado da nascente até chegar ao Atlântico.

Essa glória, porém, ao próprio Orellana no fim da sua viagem já não pareceu uma justificação bastante, uma garantia segura de impunidade ou motivo eficaz de recompensa, quando a comparava com as graves acusações que sobre a sua cabeça pesavam — de haver faltado ao seu dever desobedecendo ao seu comandante — de ter abandonado os seus companheiros de arma em um deserto, de os ter privado da única probabilidade de salvação que tinham no navio que lhes levava, — de haver-se sublevado enfim, fazendo-se eleger capitão de Sua Majestade sem dependência de Pizarro<sup>66</sup>.

A respeito de Orellana escreve Robertson na sua história da América<sup>67</sup>: “A vaidade natural aos viajantes que percorrem terras desconhecidas ao resto dos homens, e o artifício de um aventureiro, com sagacidade de engrandecer o seu próprio merecimento, concorreram para

65 Trad. de Defauconpret. T. 3, pág. 171.

66 Garcilaso de la Vega. *Hist. Gener. del Perú*. Madri, 1722. L. 3. Part. 2<sup>a</sup> Cap. 4, pág. 143-a.

67 Rob. *Works*. Lond. 1840 pág. 115.

dispô-lo a enxertar, em extraordinárias proporções, o maravilhoso à narrativa da sua viagem. Ele pretendeu ter descoberto nações tão ricas que o pavimento de seus templos era alastrado de placas de ouro; e descreveu uma república de mulheres guerreiras e belicosas que tinham avassalado considerável trato das férteis planícies por ele visitadas. Por mais extravagantes que fossem estes contos, bastaram para dar origem à opinião de que uma terra, abundante de ouro, famosa pela nome de *El Dorado*, e uma república de amazonas podiam ser vistas nesta parte do Novo Mundo; e tal é a propensão do gênero humano para dar crédito ao maravilhoso que só lentamente e com muita dificuldade é que a razão e a observação têm feito desprezar semelhante fábula. Esta viagem contudo, mesmo desbastada de embelezamentos românticos, merece ser lembrada, não somente como uma das mais memoráveis ocorrências daquela época aventureira, mas também como o primeiro sucesso que fez conceber algumas noções menos imperfeitas das terras extensas, que se prolongam para oriente desde os Andes até ao mar<sup>68</sup>.”

E tão perfeitamente conhecia ele o gênio da sua época e dos seus concidadãos, tanto contava com o efeito que sobre eles produziria a narração de suas aventuras assim exageradas, que, como nos conta o Padre Manuel Rodrigues<sup>69</sup> foi a terra das amazonas o que ele pediu ao Imperador Carlos V; e foi isso o que lhe mereceu o despacho que requeria, porque obteve “carta patente de governador generalíssimo do rio das Amazonas para o recompensar de as ter subjugado, em nome de Sua Majestade católica”<sup>70</sup>.

Apesar de ter sido Orellana geralmente acreditado, Gomara, seu contemporâneo, exprime-se por tal forma na *História Geral das Índias*<sup>71</sup>, que parece ressentido, tanto do grosseiro embuste de Orellana como da geral credulidade. Os outros escritores que a este se seguiram, Vega, Herrera e o mesmo Zárate, escritores de mais vulto, e os de mais conceito no que

---

68 Robertson cita Zárate L. 4, C. 4. Gom. *Hist.* Cap. 86. Voy. L. 3. Cap. 4. Herr. *Dec.* 6. L. 11. Cap. 25. Rodrigues. *El Maray.* y AM. L. 1. C. 3º.

69 *Marañon y Amazonas.* Madri, 1684. P. 9. L. 1. C. 3. Garcilaso – obra citada. V. Nota.

70 *Recherch. Philos.* T. 2, pág. 114.

71 Anvers 1554. C. 86, pág. 112.

respeita às Índias e descobrimento dos espanhóis, não prestaram fé alguma à tal sonhada república ainda que relate a tradição. Pelo contrário o que deles se poderá concluir, e o que parece certo é que opondo-se ao desembarque de Orellana, algumas mulheres, ou medrosas ou valentes, porque defendiam a casa e os filhos, tomou esta ocasião para exagerar as suas aventuras. É isto o que se lê em Gomara, Vega, Herrera e Manuel Rodrigues. Não obsta, que Orellana dissesse coisa diferente; porque a larga relação da sua viagem por ele apresentada ao Conselho das Índias, que então funcionava em Valadolid, poucos, e bem poucos anos depois, no tempo em que Gomara<sup>72</sup> escrevia a sua história, já passava por pouco digna de conceito.

Se confrontarmos os historiadores nas partes em que referem esta viagem, e observarmos o modo por que eles moralizam os fatos que escrevem, veremos que ainda quando fosse fora de toda a dúvida existirem amazonas no Maranhão, nem por isso se poderá concluir que Orellana as tenha encontrado e combatido.

No ano de 1540 saiu Gonzalo Pizarro do Peru ao descobrimento e conquista que então se chamou – da canela<sup>73</sup>. Aborrecido de não encontrar o que procurava, e cansado de o perguntar aos índios que ele se persuadia lhe ocultavam por malícia, não poucas vezes tentou arrancar-lhes por meio de tratos um segredo que os pobres selvagens ignoravam. Assim morreram alguns atormentados, e meio vivos consumidos pelas chamas, enquanto outros eram dilacerados e devorados pelos cães, que tinham sido industriados nesta caçada humana<sup>74</sup>. Foi então que destacou de si a Orellana para uma expedição, recomendando-lhe, que bem ou mal sucedido voltasse com o bergantim, que levava e do qual careciam para a volta e o esperasse na confluência do Napo com o Amazonas.

As vistas de Orellana eram outras: deixou-se vir pelo rio abaixo e quando a volta se tornara quase impossível, pela demora que teriam vencendo a corrente, continuou a seguir o curso do rio, tendo-se feito

---

72 *Hist. Gener. de las Indias*. Cit. Cap. 86, pág. 111 v. – entre *los disparates que dijo* (lê-se à pág. 112) *fue afirmar que avia en este río amazonas con quien el y sus compañeros pelearon*.

73 Gom. cit. Herr. *Dec.* 6. L.7. Cap. 6, pág. 365.

74 Herr. liv. cit.

eleger capitão em nome do rei católico. Tinha apenas passado o rio Negro, quando começou a encontrar notícia das amazonas. Era a elas, segundo supôs ter ouvido a um índio, que aquelas terras pertenciam. Fr. Gaspar de Carvajal<sup>75</sup> afirma ter sabido da existência destas mulheres pelos indígenas, e que esta notícia lhe fora confirmada por um chefe índio, o qual perguntando-lhe se iam ver as amazonas, que em as língua dizem – *Cunhápuyara* que é o mesmo que grandes senhoras, acrescentara que vissem bem que eram poucos e elas muitas. – Chegaram efetivamente a um lugar onde os índios se opuseram aos espanhóis com muita resolução, e corajosamente se defenderam. Então afirmou Fr. Gaspar que se estes índios se defenderam com tanto encarniçamento era por serem tributários das amazonas, e tanto que ele próprio e seus companheiros viram dez ou doze delas, que andavam pelejando adiante dos índios, como capitães, e tão animosamente que os índios não ousavam voltar as costas, porque se algum fugia ante os castelhanos elas o matavam a cacete. Estas mulheres pareceram-lhe muito altas, corpulentas e brancas, com o cabelo basto, trançado e enrolado na cabeça, em pelo, mas com um ligeiro sendal; – com arcos o flechas nas mãos. Sete ou oito delas foram mortas pelos castelhanos, e por este motivo, acrescenta o referido viajante, fugiram os índios que as acompanhavam.

Ora como estas mulheres combatiam conjuntamente com os homens, não é a elas por certo que se referem os autores quando nos afirmam que existiram amazonas. Os próprios espanhóis desta expedição, ao menos muitos deles, como nos diz Herrera<sup>76</sup>, julgaram que Orellana não devia dar semelhante nome a mulheres que pelejavam, nem com tão fracos fundamentos afirmar que havia amazonas; porque não é coisa nova nas Índias pelejarem as mulheres, e atirarem flechas, como se viu em algumas ilhas de Barlavento, Cartagena e Comarca, onde se mostraram tão animosas como os próprios homens.

“Isto”, acrescenta Herrera, “eu o refiro como acho nas memórias desta jornada, reservando ao crédito ao alvedrio de cada um: pois não acho, para serem estas mulheres amazonas, mais do que o nome que estes castelhanos lhes quiseram dar.”

---

75 Her. D. 6. L. 9. C. 4, pág. 377 cit.

76 D. 6. L. 9. Cap. 4, pág. 378.

Orellana, que parece ter previsto esta objeção, valeu-se mais uma vez do testemunho tão falível dos índios, dizendo, segundo Zárate<sup>77</sup> ter ouvido a um deles que ali havia um país unicamente habitado por mulheres, que sabiam combater e fazer guerra, e se defendiam muito bem dos seus vizinhos.

É, porém, para notar-se que Zárate não nos dá integralmente a notícia que nos foi transferida por Orellana, e que este descobridor embelezou com quantas maravilhas lhe sugeriu a fantasia. Segundo Orellana, viviam essas mulheres da mesma maneira que as antigas amazonas: eram riquíssimas, possuíam muito ouro e prata, tinham cinco casas do sol com pavimentos de ouro, com habitações de pedra e cidades muradas, e tantas outras particularidades, remata Herrera<sup>78</sup>, que não me atrevo a crê-las, nem a afirmá-las pela dificuldade em que me põe o saber que nestas coisas as relações dos índios são sempre incertas; e havendo o capitão Orellana confessado pouco antes que não entendia a estes índios, não parece que em tão poucos dias podia ser o seu vocabulário tão copioso e certo, que tantas particularidades se pudessem entender a estes índios. Assim creia cada um o que lhe parecer. Vê-se pois bem claramente que nem só Herrera duvida da veracidade dos índios, como da boa fé dos aventureiros espanhóis.

Resulta de quanto temos dito que um só fato se apresenta – o de ter Orellana combatido com mulheres que, diz ele, batiam com paus nos que fugiam. A asserção pode ser verdadeira, ainda que o fato pudesse ter sido mal observado. Contam-nos Léry<sup>79</sup>, e aqueles que nos primeiros tempos da descoberta viajaram pelo Brasil, que as mulheres indígenas acompanhavam os maridos à guerra, e lhes apanhavam e ministravam durante a ação as setas disparadas pelos contrários. Ora durante a ação os índios a que faltavam as setas vinham tomá-las das mãos das mulheres para voltar ao combate, e no ato de lhes ministrarem armas, acompanhado das pantomimas que empregavam para ameaçar os inimigos, veriam os espanhóis a ação de os espancarem, de matarem-nos mesmo, se com a vivacidade da carreira faltasse o pé a algum dos índios apanhando as setas caídas.

77 *Hist. de la Découverte et de la conquête du Peru*. Paris, 1742. L.4. C.4. T.1, pág 248.

78 D. 6. L. 9. C. 2.

79 *Mock. Hist. De l'Am*. Bruxelles, 1847, pág. 59.

Algumas vezes mesmo combatiam as mulheres por necessidade, e principalmente nas tribos menos nobres, nas quais, como em outra memória fizemos observar, já não era tão forte o sentimento da dignidade própria do guerreiro, que ele se pejasse de combater ao lado das mulheres. Entre os caraíbas houve exemplos disso. Os marujos de Colombo deram caça a uma canoa tripulada por oito guerreiros e outras tantas mulheres: os selvagens caraíbas se defenderam até a última extremidade; as mulheres armadas de arcos mostraram a mesma coragem, e depois de virada a canoa, salvaram-se a nado para um dos rochedos vizinhos, donde não cessaram de combater. Mas também deste fato nada se pode concluir em favor da existência das amazonas, sob pena de ser tal conclusão classificada como um disparate, como a classificou Gomara a respeito das amazonas de Orellana. “Que as mulheres andam ali com armas e pelejem não é muito, pois que em Paria (golfo na ilha da Trindade, onde aportou Colombo) que não é muito longe, e em muitas outras partes das Índias, o têm por costume; nem julgo nem que nenhuma corte ou queime o peito direito para poder atirar setas, pois que com ele as atiram muito bem; nem creio que matem ou enjeitem os próprios filhos, nem que vivam sem maridos, pois são luxuriosíssimas. Outros, independe de Orellana, têm levantado semelhante balela de amazonas, depois que foram descobertas as Índias, e nunca tal se viu, nem se há de ver tampouco neste rio.”<sup>80</sup> Para confirmar esta asserção do historiador espanhol, que por muito arriscado no tempo em que ele a publicava (em 1554) só lhe podia ser arrancada por força da convicção, – mais de um século depois (isto é, em 1684) dizia o Padre Manuel Rodrigues<sup>81</sup> que tais mulheres não existiam naquele rio.

Se pois, como julgo ter demonstrado, a relação de Orellana é de pura imaginação, ainda quando se não pudesse atinar com o motivo da sua invenção, nem por isso ficaria provada a sua veracidade. Mas esses motivos já os deixei referidos – era a vaidade do navegante que pretendia inculcar o merecimento da sua viagem, e da sua pessoa, que tinha visto coisas tão extraordinárias, e corrido riscos tão imprevistos, – o arдил do criminoso que

---

80 Gomara, *ob. cit.*

81 L. I. C. 5, *ob. cit.* “Y no las hay por el Marañón arriba”.

procura dar vulto e maiores proporções às razões com que se justificava, – a manha enfim do pretendente, que requeria uma graça do seu monarca.

Aqueles, porém, que assoalharam as suas fantasias, deveriam ter, e tiveram por certo motivos diferentes. Oviedo, por exemplo, narrando a primeira navegação do Amazonas, e dirigindo as suas cartas ao Cardeal Bembo, julgou dever lisonjear o gosto de um homem tão familiar com o estudo da antiguidade clássica, como nos revela a pureza da sua latinidade.

W. Raleigh não quis senão despertar a curiosidade e estimular a cobiça dos seus contemporâneos. Referia ele que um irmão de Atabalipa, se evadira depois da destruição do Império dos Incas, – tomando consigo tão considerável exército de índios oryones que havia conseguido conquistar todo o interior da Guiana. Mas nota-se que, devendo ter passado a história que ele nos legou, no tempo de Diego de Ordas, vinha ela a tornar-se impossível, ainda só cronologicamente falando; porque Pizarro conquistava o Peru, no mesmo ano em que Ordas subia o Orenoco.

Raleigh queria também chamar a atenção da Rainha Isabel para o grande Império da Guiana, cuja aquisição propunha ao seu governo, e não se esqueceu do duplicado fim a que visava. Para o vulgo o maravilhoso, – para o governo o interesse – e para a rainha a lisonja.

Descreveu pois, criaturas extraordinárias, seres monstruosamente fantásticos, tais como os ewaipanomas, nação de acéfalos que tinham os olhos nas espáduas e a boca nos peitos; – e relatou como em um dos templos no sol do Peru se havia achado a tradição de que o Império dos Incas, destruído pelos espanhóis, seria restabelecido pelos ingleses. Para contentamento da cobiça descreveu o levantar do Rei El Dorado ao qual os seus camaristas armados de compridas sarabatanas sopravam todas as manhãs ouro em pó no corpo umedecido por óleos e essências aromáticas; e para satisfação da lisonja afirmava o cortesão valido que as amazonas ouviriam o nome da rainha virgem. É certo, como observa Humboldt, que nada deveria ferir tanto a imaginação de Isabel, como a belicosa república das mulheres sem marido, como era ela, e que de mais a mais se encontravam com ela na resistência que opunham com feliz sucesso aos heróis castelhanos. O fim que Raleigh teve em vista manifesta-se palpavelmente do modo por que ele

conclui: “Fiar em Deus”, escreve ele<sup>82</sup>, “que é o rei dos reis e o senhor dos senhores, que ele porá no ânimo daquela que é senhora das senhoras a conquista do El Dorado.”

Tampoucos autores temos que se ocupem extensamente de W. Raleigh que não resistirei à tentação de dar aqui um ligeiro esboço do seu famoso descobrimento.

“Quando Diego de Ordas empreendia a conquista do Orenoco, e tendo já subido rio acima cerca de três mil milhas até ao lugar chamado Mariquito, achou consumida toda a sua provisão de pólvora. Irritado por tal negligência, condenou a morte o seu quartel-mestre, ou como então o chamavam os espanhóis, o seu mestre de fornecimentos, cujo nome era João Martínez. Suplicaram-lhe os seus companheiros que poupasse a vida ao quartel-mestre, e o mais que puderam conseguir da misericórdia de Ordas, foi ser abandonado Martínez em uma canoa sem alimento algum. A corrente o arrastou pelo rio abaixo até que sobre a tarde deu com uma tropa de goianos, que não tendo visto nunca homem branco, como apanhassem a este, puseram-lhe uma venda, e o conduziram terras adentro, fazendo uma jornada de quatorze ou quinze dias, para ser mostrado de cidade em cidade, até que chegaram a Manoa, a grande capital do Inca. Tiraram-lhe a venda à entrada da cidade, onde eles chegaram já de noite. Caminharam através das ruas toda essa noite e o dia seguinte até o sol-posto, primeiro que chegassem ao palácio. Nesta cidade foi Martínez detido sete meses; mas sem que lhe fosse lícito sair fora das muralhas. No fim desse tempo lhe foi concedido voltar; e um troço de goianos carregados com quanto ouro podiam, com que fora presenteado, teve ordem de o conduzir ao Orenoco. Chegados que foram a este rio, os selvagens o acometem, despojam-no de todos os seus tesouros, exceto de duas cabaças cheias de contas de ouro, que lhe deixaram por suporem-nas cheias de alimento. Chegou Martínez à Trindade, e dali se dirigiu a S. João de Porto Rico, onde morreu, e por ocasião da morte cedeu tais contas à igreja para os sufrágios da sua alma, e deixou esta narrativa do seu descobrimento. O vestuário da corte como

---

82 Hakluyt – *ob. cit.* 3, 6 e 86.



ele dizia, era de ouro em pó grudado no corpo, segundo a sabida fábula do *El Dorado*.<sup>83</sup>

O século em que Raleigh escrevia tais portentos do rei que se vestia de ouro em pó como os jaus se pintavam de amarelo, de mulheres sem homens, e de homens sem cabeça, era singularmente propenso a prestar uma fé implícita a tudo quanto era extraordinário, e isto explica a voga que tiveram no seu tempo, empregando-se dentro em pouco em toda a Europa os nomes de Potosi e El Dorado (nome do rei que depois erradamente se aplicou ao país) para significar na linguagem do vulgo e a dos sábios a acumulação de grandes tesouros, e assim também a de riquezas fabulosas.

Esta razão, porém, não basta para explicar a propagação da notícia das amazonas entre os indivíduos da América; porque não são só os habitantes deste rio, mas índios de muitas línguas e de lugares bem remotos os que atestam a sua existência.

Hernando Ribera<sup>84</sup> declarou debaixo de juramento (ano de 1545), que nas suas explorações do interior do Paraguai, estes índios unanimemente, e sem discrepar nas suas respostas, lhe afirmaram que a dez dias do lugar em que estavam e na direção do nordeste existiam mulheres, que possuíam grandes cidades, e tinham considerável cópia de metal amarelo e branco; mas que os seus utensílios eram todos de metal amarelo. Acrescentava que era o seu chefe uma mulher da mesma nação, que eram todas guerreiras e temidas dos naturais, que antes de chegar ao seu país existia uma nação de índios muitos pequenos, aos quais elas faziam guerra, – e do outro lado nações considerabilíssimas de negros; – que enfim os seus antepassados as tinham visto, e eles o ouviram a nações vizinhas delas.

Não são estes unicamente os testemunhos, embora imperfeitos, da existência destas mulheres; porque, como disse, semelhante tradição se espalhou mais ao largo de que o pudéramos supor.

Ulrich Schmidt<sup>85</sup> trata também das amazonas, as quais, segundo nos diz ter ouvido, habitavam numa ilha; – tinham um só peito, recebiam homens três ou quatro vezes por ano; e se davam filhos à luz, os entrega-

---

83 Southey. *Hist. of Bra. Notas*. T. 1, pág. 652.

84 Ternaux. *Voyages, Relations*. etc. T. 6. pág. 490.

85 Cap. 37. (Ternaux). Tom. 5º.

vam aos pais; e se filhas, guardavam-nas, e queimavam-lhes o seio direito para que pudessem encurvar o arco com mais facilidade.

Como em todas as relações de viagens daquele tempo, na de Schmidt abundam as inverossimilhanças. Não é crível, por exemplo, o que ele nos conta dos *Xarruas* ou *Sherues*, segundo a sua ortografia, cujo rei se banqueteara ao som de instrumento, – que os fora receber em um caminho limpo, aplanado e coberto de flores, fazendo ao mesmo tempo bater o mato, de forma que se achou a caça presa no caminho entre os europeus que chegavam e os índios que vinham a recebê-los, – e assim se mataram (diz-nos ele) trinta veados, vinte emas e não sei quantos outros animais<sup>86</sup>. Este rei magnífico deu-lhes de presente uma coroa de ouro, que tinha adquirido em uma guerra contra as amazonas.

Há ainda uma outra autoridade respeitável pelo caráter sacerdotal e apostólico de que se revestira.

O Padre Cipriano Baraze, como se lê na sua biografia que o bispo da paz mandou imprimir<sup>87</sup>, dizia que os tapacures (ramo da tribo dos moxos), dando-lhe notícia do país das amazonas, afirmavam sem discórdância, nem exceção, haver para o lado do Oriente uma nação de mulheres belicosas, que em certo tempo do ano recebiam homens em suas moradas, e que estas mulheres, matando os filhos, tinham grande cuidado com a educação das filhas, que desde crianças se exercitavam nos trabalhos da guerra.

A tradição, porém, deverá ter sido propagada por dois canais diferentes – pelos conquistadores e pelos mesmos índios.

Os conquistadores, crendo firmemente na possibilidade, e ainda mesmo na existência de tal república, viram, como Orellana, amazonas nas mulheres que tinham por costume seguir os maridos à guerra, – ou nas que defendiam seus filhos e cabanas na ausência dos maridos<sup>88</sup>, – ou já como Colombo, não quiseram dar a essa palavra outra significação, que não fosse simplesmente a de mulheres que sabiam combater, o que era excepcional nos costumes da Europa, – ou por fim, o que era sobretudo indesculpável,

---

86 Cap. 36.

87 *Lettr. edific.* Oaris, 1732, T. 10, pág 241.

88 Fray. Pedro Simon. N. 6, cap. 26.

davam esse nome a congregações religiosas, a conventos de virgens mexicanas que viviam na maior austeridade e reclusão, longe de receberem homens em qualquer quadra que fosse do ano.

Quanto aos índios, estes também, pelo que imagino, não contribuíram pouco para assoalhar tal opinião. Crédulos, e ao mesmo tempo mentirosos, amigos de contos e de maravilhas, é preciso não lhes mostrar muita curiosidade, nem muito interesse no que se lhes pergunta. Como crianças respondem muitas vezes no sentido em que supõem que desejamos a resposta, e prestam facilmente o seu testemunho a coisas que nunca viram. Era mais geral entre eles a crença nos gigantes, nos pigmeus, nos homens de pés virados; e nem por isso se pretende argumentar que tais entes existiram, só porque era geral entre os indígenas a tradição da sua existência.

Noto em primeiro lugar que apesar de tudo, nenhum índio assevera ter visto as amazonas, sendo que o testemunho isolado de um só bem pouco faria para o caso.

Noto mais – que essa tradição predomina nos lugares por onde andam espanhóis, – e quer me parecer que eles desejando verificar a narração de Orellana, eram os que aos índios davam idéia de semelhante fato, ao passo de que ingenuamente se persuadiam deverem-se dar por convencidos com o apoio que neles encontravam.

Entre os escritores portugueses há a este respeito menos credulidade. Brito Freire<sup>89</sup>, tratando das consideráveis nações que habitavam o amazonas, tem por fabulosas as dos *montujus*, que nascem e andam com os pés às avessas, – dos pigmeus *goajazis*, – dos gigantes *curinquiãs*, – e das amazonas que lhes deram o nome; e o ouvidor Sampaio, não obstante ouviu aos índios, não pôde nunca acabar consigo em crer no que eles lhe diziam, talvez por conhecê-los de bem perto.

Noto por fim que não havendo entre as tribos indígenas nenhum comércio ou comunicação, conhecendo-se apenas aquelas com que confinavam, e com as quais se achavam em estado de hostilidade permanente, é força – ou que consideremos a fábula das amazonas como um daqueles erros e prejuízos comuns à infância de todos os povos – ou que

---

89 *Nova Lusitânia*. Lisboa, 1675. pág. 7. 21. nota.

essa tradição lhes terá sido transmitida por uma raça que esteve em contato com todos eles – com os europeus. Há também uma outra explicação; mas essa é apenas verossímil, e eu a reservo para outro lugar.

La Condamine, autor cuja opinião nos reservamos a expor ainda mais por extenso, como que argumenta que se deve crer na existência das amazonas porque os índios o relatam, sem que, de certo, tenham nenhum conhecimento de Justino ou Diodoro. Todavia pouco antes desta proposição nos diz o mesmo escritor que alguns dos costumes que a estas mulheres se atribuem, tal como o de amputarem o peito direito às filhas, são circunstâncias acessórias, adulteradas ou acrescentadas pelos europeus, e que o amor do maravilhoso as teria feito adotar pelos índios.

Não pondera este autor que o mesmo canal por onde se puderam vulgarizar entre os indígenas os ornatos com que Justino e Diodoro julgaram ter aformoseado esta fábula, basta para explicar o conhecimento que da própria fábula tinham os indígenas; pois que aquela circunstância da deficiência do peito é tão geralmente noticiada, que se constituiu como caráter essencial das amazonas, como distintivo dos seus costumes – ou pelo menos como parte integrante da tradição. Não pondera, sobretudo que se o amor do maravilhoso é o que fez aos índios adotar semelhante circunstância, era, nas suas idéias, mas admirável a formação de uma república de mulheres, do que seria – para eles, acostumados a suportar sofrimentos para se endurecerem nas fadigas da guerra – a cauterização ou amputação do seio, operação cujos perigos mal poderiam eles suspeitar, e que o próprio Cunha refere de um modo tão singelo e simples como se se tratasse de aparar as unhas ou de cortar o cabelo. Pouco versado também nos costumes dos indígenas, o Europeu não enxergava que essa circunstância, que torna incrível o fato para os habitantes da Europa, era exatamente o que o torna verossímil para o selvagem da América meridional, que não poderiam conceber, sem uma dolorosa iniciação guerreira, uma república forte e armada, como seria de necessidade a das amazonas, a terem algum tempo existido.

Se, além disto, se considera que o Amazonas foi explorado logo nos primeiros tempos da descoberta do Brasil – que foi navegado em todo o seu curso – em primeiro lugar por Orellana, depois e em sentido contrário por Pedro Teixeira, em cuja companhia foi Cristóvão da Cunha,

– que os demarcadores portugueses e espanhóis por ali andaram diferentes vezes, em épocas diversas, por lugares distantes, e em exames que não raro levaram anos; – que essas tribos, como em outro escrito procuramos demonstrar<sup>90</sup>, haviam sido recalçadas do litoral para as margens e vale do Amazonas; se, por fim, a isto se acrescenta a curiosidade que teriam os europeus de verificarem as relações de Orellana, Oviedo, Raleigh e Cunha – com facilidade se poderá supor que desta multiplicidade de informações pedidas deverá resultar a vulgaridade da notícia encontrada – notícia que apesar de tudo não era lá muito vulgar.

Depois destas considerações tem lugar o seguinte trecho de La Condamine<sup>91</sup>.

Poder-se-á acreditar, (diz ele), que selvagens de países tão remotos se tenham combinado para imaginar, sem fundamento, o mesmo fato? – e que esta pretendida fábula tenha sido adotada com tanta uniformidade e tão universalmente em Minas, Pará, Caiena e Venezuela – entre tantas nações que se não compreendem, e que nenhuma comunicação têm entre si?

Creio que estas objeções já ficam respondidas – e principalmente se atendermos que todos aqueles lugares eram freqüentados por caraíbas, ou ramos bem próximos da mesma tribo, e que todos eles se deviam mais ou menos ter ressentido do retrocesso da população indígena, que se amalgamava e confundia na sua reemigração do sul para o norte.

Se quisermos saber em que parte do Amazonas se estabelecera esta república feminina, até nisto encontraremos não pequena diversidade de opiniões.

Raleigh as faz habitantes do sul do Amazonas, junto ao rio Tapajós: foi nesse mesmo rio que La Condamine, século e meio depois, encontrou as afamadas pedras verdes, de que Raleigh assevera que eram ricas. Nessa margem lhe foi comunicada a tradição dos indígenas acerca dessas guerreiras que ele supõe ter atravessado o Amazonas entre o Tefé e o Purus. Foi ainda nesse mesmo rio que o português Ribeiro percorrendo os seus

90 Vejam-se neste volume as *Reflexões aos Anais Históricos* de Berredo.

91 La C. *Relation d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique Méridionale* par Mr. de la C. Paris 1745.

afluentes do norte, achou a mesma tradição, que fora revelada a La Condamine.

Há, portanto, duas opiniões a respeito do lugar onde se supõe que se estabeleceram as amazonas, colocando-as uns ao norte, outros ao sul deste rio. Raleigh e Condamine as colocam ao sul, e assim também Orellana, que chegando ao Amazonas, segundo se crê pelo Coca e o Napo, parece ter combatido-as, que não eram, mas que ele denominou amazonas entre a foz do rio Negro e a do Xingu.

Outros, porém, as colocam ao norte, e, conforme as informações transmitidas pelos índios de Caiena e do Pará – em diferentes lugares – umas vezes a oeste das grandes quedas do Oiapoque, além dos índios amicuanes – também chamados *orelludos*, orelhas compridas, e que são os mesmos *oryones*, de que fala Raleigh; – outras vezes a oeste do rio Arijó ou Irijó, que deságua no Amazonas um pouco ao sul do Araguari; – outras por fim – junto às cabeceiras do Cuchivaro.

Quanto a este último rio deverei observar que o Padre Gili, missionário que acredita na existência das amazonas, patenteia a opinião de que não será inteiramente accidental a grande semelhança que nota entre os nomes de Cuchivaro, afluente do Amazonas, junto ao qual deverão elas ter passado este rio, e Cuchivero, afluente do Orenoco. Pretende o missionário que os *aikeambenanos*, descendentes das amazonas do Maranhão, deram à sua nova habitação o nome da anterior ou primitiva. O sábio Humboldt duvida, com razão, de semelhante fato e de semelhante genealogia.

No entanto, como modernamente se tem querido argumentar com a opinião a este respeito apresentada por La Condamine, geralmente se crê, ou pelo menos se diz que as amazonas originais dos lagos, dali se passaram às montanhas do interior da Guiana, onde por certo não terão, nem julga o autor francês que tenham de ser descobertas nunca.

Sendo, porém, tempo de passarmos a expor a opinião de La Condamine, a cuja viagem se deve nestes últimos tempos o reaparecimento nas cenas literárias das já quase deslembreadas amazonas, eis o que para o caso nos parece digno de ser extratado da relação da sua viagem ao interior da América meridional<sup>92</sup>.

---

92 Ob. cit., pág. 101.

“No decurso da nossa viagem (escreve ele) questionamos por toda a parte aos índios das diversas nações, e deles nos informamos com grande cuidado se tinham algum conhecimento daquelas mulheres belicosas, que Orellana pretendia ter encontrado e combatido; e se era verdade que elas vivessem fora do comércio dos homens, não os recebendo entre si senão uma só vez por ano...

“Todos nos disseram tê-los assim ouvido a seus pais, ajuntando mil particularidades, muitas longas de se repetirem, todas tendentes a confirmar que houve neste continente uma república de mulheres que viviam sós, sem homens, e que se retiraram para o interior das terras do lado do norte, pelo rio Negro ou por um dos que pelo mesmo lado correm para o rio Maranhão.

“Um índio de *S. Joaquim de Omaguas* nos disse que porventura encontraríamos ainda em Coari, um velho, cujo pai vira as amazonas. Sabemos em *Coari* que o índio, que nos tinha sido indicado havia falecido; mas falamos a seu filho, homem de 70 anos, e comandante de outros da mesma tribo. Este nos assegurou que seu pai tinha-as visto passar na entrada do Cuchiuara, vindas do Cayamé, que deságua no Amazonas do lado do sul entre Tefé e Coari: – que tinha falado a quatro dentre elas, que uma trazia um filho ao peito... – que, deixando o Cuchiuara, atravessaram o Grande Rio, e tomaram o caminho do rio Negro. Omito certas minudências (diz La Condamine) pouco verossímeis; mas que nada importam ao essencial do assunto.

“Abaixo do Coari nos disseram os índios a mesma coisa, variando só em algumas circunstâncias; porém quanto ao ponto principal estavam todos de acordo.

“Um índio de Mortigura, missão vizinha do Pará (continua o mesmo autor) ofereceu-se para mostrar-me um rio, pelo qual, segundo entendia, se podia subir até a pequena distância do país em que naquela atualidade se encontrariam amazonas. Era este rio o Irijó; e dizia o mesmo índio, que quando tal rio deixava de ser navegável por causa das cachoeiras, era preciso, para se penetrar no país das amazonas, caminhar muitos dias pelos matos para a banda de oeste, e atravessar um país montanhoso.

“Um veterano da guarnição de Caiena, assegurou que, sendo enviado em um destacamento para reconhecer o país em 1726, havia pe-

netrado entre os *amicuanes*, nação de orelhas compridas, que habita além das cabeceiras do Oiapoque, e junto às de um outro rio, que deságua no Amazonas – e que ali vira ao pescoço das mulheres as tais pedras verdes: e que, perguntando aos índios donde as tiravam, responderam estes que lhes vinham do país das mulheres que não tinham marido, país que ficava a sete ou oito léguas de distância para o lado do ocidente.”

La Condamine observa que a nação dos *amicuanes* habita longe do mar, em um país elevado, onde os rios não são ainda navegáveis; e que assim, não era verossímil que eles tivessem recebido esta tradição dos índios do Amazonas, com os quais não tinham relação de comércio.

O que merece atenção (é ainda o mesmo autor quem fala)<sup>93</sup>, é que enquanto as diversas relações designam o lugar da residência das amazonas – umas para o oriente – outras para o norte, e outras enfim para o ocidente – todas estas direções diferentes concorrem em colocar o centro comum nas montanhas do interior de Guiana, e em um recanto onde ainda não penetraram os portugueses do Pará, nem os franceses de Caiena.

“Apesar de tudo, confesso que me seria bem difícil acreditar que as nossas amazonas ali estejam atualmente estabelecidas, sem notícias mais positivas...”

Para desvanecer a dúvida que poderá suscitar esta ingênua confissão da parte do seu mais acalorado defensor, La Condamine pondera que a nação ambulante das amazonas poderá muito bem ter mudado de habitação.

“E o que mais que tudo me parece verossímil (diz ele), é que elas tenham com o tempo perdido os seus antigos costumes, quer fossem subjugadas por outra nação, quer aborrecidas da sua soledade, as filhas esquecessem a aversão das mães para os homens. – Assim (conclui ele), quando hoje não deparássemos com vestígios dessa república feminil, não seria isto bastante para afirmar que elas não tenham existido nunca.”

O que deste extrato se conclui é que La Condamine, em princípios deste século, achou no Amazonas a tradição dessas mulheres que ninguém vira, e somente lhe asseverava um índio de 70 anos que isso acontecera a seu pai. Note-se agora, que, segundo a própria relação de La Con-



damine, quem devera ter visto as amazonas era o avô deste índio, como seu pai afirmava; mas morto este último, já o neto dizia que não era o avô, mas o próprio pai que as vira.

O escritor português Ribeiro, chegou na sua viagem ao Amazonas à povoação já então destruída de Cuchuiara (que ficava na boca do Purus), onde perguntando pelo índio, que transmitira tais informações a La Condamine, verificou ter sido o sargento-mor da ordenança José da Costa Punilha, já então falecido. “Porém”, acrescenta ele, “outro índio do dito lugar, chamado José Manuel, alferes de ordenança, homem já de 70 anos para cima, e de bom propósito, natural da dita antiga povoação de Cuchuiara, me assegurou ter ouvido dizer muitas vezes ao nomeado sargento-mor, o que este disse ao Sr. de La Condamine, assegurando-me além disso que era neste rio constante entre os índios a tradição da existência das mulheres amazonas, do qual se retiraram, entranhando-se nas terras do norte dele, da boca do rio Negro para baixo.”

É certo que esta tradição correu entre os indígenas do Amazonas, e correrá talvez ainda hoje; mas quanto a mim não fica explicado – se foram os europeus os que a receberam dos índios – ou se pelo contrário, como creio, foram eles os que lhe transmitiram. Confirmo-me nesta opinião quando às particularidades que La Codamine acha pouco verossímeis não eram senão o acessório da fábula do Velho Mundo.

A mesma conclusão podia Ribeiro tirar do dito índio para a existência das amazonas, e contudo decidiu-se pela negativa, talvez porque melhor conhecedor do caráter dos indígenas, sabia quão pouco verdadeiros costumam ser, sendo homens crédulos no que ouvem, e exagerados no que narram.

Desta parte da sua viagem fez La Condamine uma memória, que foi lida na Academia Real das Ciências de Paris; mas entre os seus contemporâneos (como é bem de supor, e Humboldt no-lo assevera), não se julgou que ele tivesse tomado a defesa das amazonas senão para cativar a atenção do seu auditório com um fato, que era pelo menos admirável.

Não nega contudo o viajante francês que se possa alegar contra a verossimilhança de tal república (são palavras suas) a impossibilidade de se estabelecer e subsistir; mas pretende que se em alguma parte puderam ter existido amazonas, não foi senão na América: – e que a vida errante das

mulheres, seguindo os maridos nas suas expedições, e por outro lado a sua infelicidade doméstica lhes despertaria a idéia, assim como lhes proporcionaria ocasião de se esquivarem de um jugo não incomportável.

La Condamine não previa por certo quantas objeções sofre semelhante hipótese. Como todas ou o maior número das mulheres de uma tribo se puderam coligar e fugir, quando quase diariamente acompanhavam seus maridos? Como em tribos resumidas se reuniram em número bastante para formar uma república ou um corpo que fosse respeitado das nações por cujo território passasse, e em cuja vizinhança se estabelecessem? Como abandonar os filhos? Como subsistir por fim? De mais disso não era tão desesperada a condição das mulheres entre as tribos indígenas da América meridional, que alguns autores modernos, que atentamente estudaram os seus costumes, não a repute preferível à das mulheres da classe inferior nos países mais civilizados e nas capitais mais populosas da Europa. Este dito de d’Orbigny é confirmado e generalizado por um naturalista, a quem se não nega perspicácia, e cujas observações são de ordinário agudas, e não destituídas de profundidade. “No extremo de barbaridade (diz Virey)<sup>94</sup> não é o sexo feminino tão oprimido, como se poderá supor: porque se torna necessário como o centro da família e esperança da nação, – enquanto os homens se ocupam por fora da caça e da pesca.”

Ainda no tempo em que o mundo científico e literário se ocupava com a dissertação de La Condamine, perguntou-se a Humboldt se ele seguia a mesma opinião do viajante francês. Humboldt que por si nada tinha podido verificar, porque não compreendia a linguagem dos indígenas, julgou que se não devia rejeitar uma tradição tão geral, bem que perfeitamente aventasse quais os motivos que puderam ter levado à exageração os escritores que deram mais voga às amazonas. Apresenta contudo um testemunho que ele reputa de algum peso, e dá uma explicação que supõe satisfatória. O testemunho é do Padre Gili, e a explicação é com pouca e bem pouca diferença a mesma de La Condamine.

“Perguntando (escreve o Padre Gili)<sup>95</sup> a um índio *quaquá*, que nações habitavam o rio Chuchivero, ele nomeou-me... e os *aikambeano*.

---

94 *Hist. nat. du Gen. Humain*. Paris, 1854. T. 3. pág. 350.

95 Humboldt, *ob. cit.*

Sabendo bem a língua tamanaque, compreendi sem dificuldade o sentido desta palavra que é composta, e significa – mulheres vivendo sós. O índio confirmou a minha observação, e contou-me que os *aikeambenanos* era uma reunião de mulheres que fabricam longas sarabatanas e outros instrumentos de guerra... e que matam de pequena idade os filhos varões.

Quer Humboldt que esta história se ressinta das tradições dos índios do Maranhão e dos caraíbas; mas o mesmo autor acrescenta que o índio de que fala o Padre Gili ignorava o castelhano, não tinha estado em contato com os brancos, e não sabia de certo que ao sul do Orenoco existia um rio que se chama dos *aikeambenanos*, ou das mulheres que vivem sós.

Humboldt conclui então: “as mulheres fatigadas do estado de escravidão, em que eram tidas pelos homens, se reuniram, como negros fugidos, em algum palenque, onde o desejo de conservar a sua independência as tornaria mais guerreiras. – e receberiam depois visitas de algumas tribos vizinhas e amigas, talvez menos metodicamente do que o refere a tradição. Basta que esta sociedade tenha algum vulto em qualquer parte da Guayana para que acontecimentos muito símplices, que se poderão ter repetido em diferentes lugares, tenham sido pintados de uma maneira uniforme e exagerada”.

La Condamine trouxera também para exemplo da possibilidade de uma república de mulheres os mocambos dos pretos; não julgando, ao que parece, que fosse um destes fatos mais admirável do que o outro. Fogem os pretos é certo, e coisa bem comum; mas as pretas já não fogem na mesma proporção, nem em parte alguma formam quilombos só compostos de mulheres, pois isso lhes obsta a fraqueza, a irresolução da maior parte, o amor materno, e a natural dependência do sexo.

Se além disto se atende a que La Condamine parece supor que as suas heroínas subsistem desde Orellana até o seu tempo, isto é, – por espaço de dois séculos e meio, ver-se-á que nenhuma paridade se pode realmente descobrir entre uma república de mulheres guerreiras, e um mocambo de pretos fugidos.

Inclinar-me-ei também para a opinião de Humboldt de que não devemos rejeitar inteiramente uma tradição tão vulgarizada: é mesmo possível que ela tenha algum fundamento na história da aniquilação dos nossos indígenas, mas por outro lado ser-me-á permitido estabelecer ao mesmo

tempo com o autor das *Investigações Filosóficas*<sup>96</sup> não ser possível que em tempo algum tenha havido nem no Novo Mundo, nem em qualquer outra parte, uma verdadeira república de mulheres confederadas e unidas por um pacto social, por leis e constituições particulares, que tenham propagado a sua descendência e o seu império durante muitas idades, não admitindo homens em sua companhia senão uma só vez por ano.

E pois que só com as da América nos ocupamos, vejamos se poderão ter existido verdadeiras amazonas.

As verdadeiras amazonas deveram ter vivido em uma completa separação do outro sexo. Contudo Orellana afirma tê-las visto em companhia de homens, a quem elas dirigiam no combate, impondo-lhes mesmo no campo da batalha a pena dos cobardes. Segundo em antigo historiadores se lê, exemplos há de povos entre os quais predominava o sexo feminino. A este propósito Virey<sup>97</sup> apela para o testemunho de Diodoro o Sículo, e da obra que se intitula *Embaixada ao Tibete*. Ainda em tempos posteriores, como nos afirma um viajante moderno (Rienzi)<sup>98</sup>, as mulheres das Marianas exerciam em tudo e por tudo o comando, exceto na guerra e na manobra de uma canoa. Mas sendo verossímil, como pretende Carli<sup>99</sup>, que Diodoro Sículo se tenha deixado iludir, quando refere que as amazonas tinham império sobre os homens do seu país, parece também certo que entre os marianeses deu-se o mesmo fato que nos tempos feudais e cavaleirosos da Europa, em que os homens mostravam extrema deferência para com as mulheres, sem que daí se possa deduzir que elas tenham exercido império em tempo algum.

Por outro lado não é possível crer, que os homens de uma nação, se deixassem avassalar e subjugar completamente pelas mulheres, porque seria preciso para isso que fossem todos eles muito poltrões; e todas elas muito resolutas, e que de um momento para outro se achassem todas com a consciência de uma superioridade que bem se lhes pode contestar, – enquanto os homens se sentissem aniquilados pela revelação fulminante de

---

96 *Rech. Filosófico*, p. 110.

97 *Ob. cit.*

98 *Oc.* – T. 1, p. 395, b. *L'Univers*.

99 *Litt. Am.* T. 2. litt. 25.

sua inferioridade – coisa que os próprios bárbaros seriam os primeiros a não admitir.

Nada importa (como diz Virey)<sup>100</sup> que entre povos belicosos e nas extremidades da guerra as mulheres tomam armas. Há fatos destes na história de todos os povos, e na nossa mesmo que é ainda bem recente mais do que um exemplo glorioso se aponta.

Mas que as mulheres façam no manejo das armas a norma da vida, pretende Paws que é esse um ato contra a natureza, e um fato inadmissível. Sustenta este autor (e a sua proposição nos parece um axioma) que podem os homens submeter-se ao império de uma mulher; mas não à aristocracia oligárquica do sexo feminino. De fato, se conveniências de alta política reclamam às vezes a derrogação da lei sálica da humanidade, nunca as mulheres ou por força ou por astúcia poderiam chegar a idênticos resultados.

Pois, para que essas mulheres se não deixassem subjugar pelos homens, deveriam viver sós. Mas admitida a hipótese, como se constituiu essa república? – Se vieram da Cítia como o indicam os costumes que se lhes atribui, como puderam concluir semelhante viagem? Se se organizaram no seio das tribos indígenas, como se combinaram, se evadiram e se encontraram todas nas mesmas posições descaroadáveis de abandonarem, ou, o que ainda menos admissível seria, de sacrificarem seus filhos e maridos? – Depois de estabelecidas, como se puderam sustentar no meio de tribos belicosas e aguerridas, e acostumadas a procurar nas tribos vizinhas escravas e mulheres, para se dispensarem do presente que deviam à família da noiva que tomavam?

Dada a existência da semelhante república, seria preciso admitir-se a reunião, conveniência e boa harmonia de alguns milhares ou centenas de mulheres ao mesmo tempo insensatas, homicidas, infanticidas e guerreiras; e o caráter do sexo, como pondera o autor das *Investigações Filosóficas*<sup>101</sup>, não poderia desmentir-se ao ponto de cometer regularmente, de comum acordo e ânimo tranqüilo, crimes que só raramente se perpetram, e por indivíduos agitados pela raiva, pelo temor ou desespero.

---

100 Ob. e log. cit.

101 Tom. 2º pág. 206.

Admitamos, porém, que essas mulheres se tinham podido combinar para a fuga, estabelecerem-se, e subsistirem na vizinhança e em combates repetidos com as tribos aguerridas dos vizinhos.

Quais eram os seus costumes? – Dizem-nos que cortavam um peito para poderem despedir as setas; mas esta asserção é dolorisíssima, e mais perigosa ainda do que dolorosa, e, sobretudo seria inútil; por isto, os autores rejeitam esta circunstância como inverossímil, e Gomara escreve das mulheres indígenas que elas atiravam setas perfeitamente bem com ambos os peitos. – Então vieram outros que disseram: não, não cortavam o peito, – cauterizavam-no só, queimavam-no na infância. – Mas nem a infância talvez pudesse resistir a essa dor, nem as mães teriam a coragem de impô-la às filhas por amor de um sistema, e só por fim, não fica por essa forma explicada a necessidade da operação.

Outros depois emendaram que não cortavam, nem cauterizavam, mas somente atrofiavam aquele órgão por meio da pressão. E com que fim? – Para atirarem os seus projéteis? mas se os podiam atirar com ele? Hipócrates melhor pensador apresentava outra razão: as amazonas o teriam feito para darem mais força e vigor ao braço. Mas observa Virey, ainda que uma educação mais viril, e acompanhada de mais e de maiores exercícios possam às mulheres aumentar-lhes as forças, é no entanto incontestável que neste particular não poderão nunca ser equiparadas aos homens.

Admitamos também que as amazonas encontrassem homens, que se prestassem a fecundá-las, sendo inimigas encarniçadas, e com a certeza de que seriam dentro em pouco enxotados como os zangões pelas abelhas. Quantas vezes receberiam homens? – Uma, dizem alguns; mas outros, atendendo à influência do clima, à sua própria natureza, ao açoitamento e festa com que recebiam os almejados hóspedes, asseveram que eram quatro as vezes. As mulheres indígenas a quem se confiava a guarda dos prisioneiros fugiam freqüentemente com eles; e eram inimigos aqueles com quem assim fugiam, – o seu sacrifício era ocasião de uma festa nacional, – e a sua fuga considerada como uma ignomínia para sua família e para a própria tribo. Ora, se, apesar de todas estas circunstâncias, essas mulheres fugiam, como não fugiriam também as amazonas com aqueles que hospedavam em vez de amigos, – ou como pelo menos no fim de tempos e de relações continuadas se não amalgamavam as tribos?

Isto, porém, será mais concludente. O que faziam estas mulheres dos filhos? – Uns e a maior parte dizem que matavam. Mas onde aí fica o coração materno? O infanticídio é um ato que repugna à natureza, e a que poucas mães são levadas por força da necessidade, do medo ou do mais intenso desespero. Não basta dizer-se que as amazonas não seriam tão mães como as outras. – Não é assim; porque nem só o sentimento do amor materno é de todas as mães, como as americanas os amavam tão extremosamente como em todos os países, onde reina a poligamia, nos quais a afeição materna, única e exclusivamente se concentra em uma só vida. As amazonas eram também americanas.

Mas respondem outros: não os matavam, entregavam-nos aos pais. Seja; mas quando os entregavam? No ano próximo, diz o Padre Cunha; mas no ano próximo o filho teria três meses apenas. Seria o pai mais amável que o viesse buscar; por que era possível ter entre elas um filho ignorado? E se o fosse, convém poderar também que o período da alimentação entre os selvagens era de três. Já se vê que nada podia fazer de uma criança de três meses, de um ano, de dois ou de mais, um selvagem que vive dos recursos da caça, e sem ter onde fosse buscar amas.

Se a mãe os alimentava e educava durante a infância, mais inverossímil se torna que não sentisse em favor deles o estremecimento de amor e de piedade, que sente a mercenária a quem se confia um destes entes desgraçados órfãos de mãe e de amor?!

Mas deixando ainda de parte estas circunstâncias, há outras de maior ponderação.

Entre os indígenas eram escassos os meios de subsistência; por este motivo não havia grandes focos de população, – e apenas pequenas aldeias de algumas mil almas, – e todavia não se distraíam homens para a lavoura, que era ocupação quase privativa das mulheres. A república das amazonas devia ser igualmente muito limitada, e mais escassos os seus meios de subsistência, por não haver classe alguma incumbida especialmente da agricultura. Ora, da mais populosa aldeia tupinambá, deduzidas as velhas e as muito jovens, apenas se poderiam extrair mil mulheres com ânimo e disposição bastantes para tentarem semelhante aventura. Supondo que estas logo depois de estabelecidas encontrassem gargaris com os

quais se aliassem, haveria contudo causas para que fosse espantoso decréscimo da sua população.

Em primeiro lugar, nem todas seriam fecundas, nem todas conceberiam logo: por outro lado demonstra a estatística, que nascem mais homens do que mulheres; – além disso, a experiência confirma a observação do vulgo de que nos primeiros anos do matrimônio nascem quase exclusivamente homens: as amazonas, variando anualmente de maridos, teriam mais filhos, do que filhas, que unicamente aproveitavam. Depois, concebendo todas ao mesmo tempo estavam pouco aptas para resistirem à agressão dos inimigos, que não deixariam de se aproveitar de tão favorável ensejo. Devendo pois nestes tempos críticos velar nas armas com mais assiduidade, e ocuparem-se da própria subsistência, esses exercícios violentos deveriam ocasionar maior quantidade de abortos.

Se enfim considerarmos que a raça americana era e é a menos prolífica de todas, – que as mães gastavam três anos com um filho, antes de se poderem ocupar com o segundo, concluiremos porventura que é impossível que em tais circunstâncias subsista uma república de mulheres.

Ainda mais claramente: de 1.000 mulheres ficariam grávidas 800; e a proporção lhes é excessivamente favorável: destas 800, abortaria a quarta parte, e seria maravilha que não abortassem todas; temos, porém 600; – os filhos da maior parte destas serão homens, porque nascem mais homens do que mulheres, – temos 350 homens; nascem porém, nos primeiros tempos do matrimônio quase exclusivamente varões, – temos em resultado de mil mulheres quando muito 150 filhas. Ocupando-se a mãe com uma só filha por três anos, porque sendo gêmeas, uma delas, como dos filhos, tenha de ser sacrificada, – vemos que a reprodução não podia deixar de ser trienal. Deduzidas as que morressem até a idade de 15 anos, as amazonas que sucumbissem de enfermidades, por acidentes ou nos combates, – temos que antes que as primeiras filhas chegassem à idade de poder encurvar um arco, já deixaria de ter existido semelhante república.

Nem nos podem dizer que sejam por este cálculo desfavorecidas as amazonas, se excetuarmos o postulado de que cada uma delas gastaria três anos com a alimentação de um filho, e este não nos pode ser negado, porque é a imperiosa necessidade da vida selvagem. Digo que não é o cálculo exagerado contra as amazonas, porque é preciso que as circunstâncias



sejam antes mais do que menos favoráveis para que uma população se possa duplicar no espaço de trinta anos, atendidas as naturais quantidades do sexo e da idade. Ora seria isto o que acontecera quando em qualquer povo de 1.000 mulheres núbeis nascessem 150 filhas que passassem dos 15 anos. Tornemos mais claro o exemplo. Em uma população regularmente constituída, de 5.000.000 de almas, – mais de metade, isto é, mais de 2.500.000 são mulheres; porque suposto nasçam mais filhos do que filhas, como estes na primeira idade morrem em maior número do que aquelas, chegam à idade púbere mais mulheres do que homens. Destas 2.500.000 mulheres (calculamos pelo mínimo) tirando-se as demasiadamente jovens e as que teriam passado a idade da concepção, podemos calcular que ficariam 1.000.000 de mulheres de idade de 12 a 40 anos. Ora, se 1.000 mulheres produzem 150 filhos, 1.000.000 produzirá 150.000 ou 4.500.000 (perto de 5.000.000 no espaço de 30 anos).

Dever-se-ia ainda duplicar este número, pois se atendermos a que as amazonas teriam enjeitado os filhos varões, dobrariam por esta forma a sua população em 15 anos.

Se atendermos por fim a que consideramos que quase toda a população das amazonas era prolífica, sem velhos, nem crianças, nem mulheres que não estivessem em idade de ter filhos, concluiríamos que se pode dar o caso de dobrar uma população em cerca de três anos: o que por certo seria mais estupendo que a própria existência das amazonas. Foi isto o que dissemos: que 1.000 amazonas poderiam ter 500 filhos por ano, ou 1.500 em 3 anos!

Ainda assim dissemos: não poderiam subsistir por muito tempo; porque as guerras, as moléstias, as fadigas demasiadamente ásperas para o sexo, os abortos provenientes de tais excessos, – o incentivo que teriam os vizinhos para tomarem dentre elas escravas e mulheres, todas essas causas concorreriam para diminuir rapidamente semelhante população, – e enfraquecendo-a agravariam mais a sua condição com tornar mais precária a sua sorte. Com a total aniquilação de tais insensatas, se vingaria a lei eterna da Providência, que criou os homens para viverem em família.

Se nos repugna admitir a existência de verdadeiras amazonas em qualquer parte do mundo, se depõe em alto grau contra a sua existência o fato incontestável de não terem sido vistas nunca, nem por europeus,

nem por indígena algum; porque de nenhum deles leio que fosse testemunha ocular, embora pouco digna de fé, ainda que no-lo jurassem; se tudo isto assim é: poderemos mais por deferência para com a autoridade de Humboldt, do que por consciência admitir a suficiência da razão que este autor alega, de que não devemos rejeitar inteiramente uma tradição tão vulgarizada.

É possível também, ainda que não seja muito provável, como já disse, que semelhante hipótese tenha algum fundamento na história da América. Algumas induções históricas poderiam prestar-se à hipótese de muitas mulheres, que se vissem quase simultaneamente privadas dos maridos, e ainda em grande parte dos filhos. Desta forma se guardaria a tradição explicando-a, e se respeitaria a autoridade de escritores que, como o Padre Gili, parecem possuídos de boa fé.

Disse um índio a este missionário que o rio Cuchivero era habitado pelos índios da nação aikeambenano, palavra que na língua dos tamanques, quer dizer – mulheres que vivem sós. Estas mulheres eram conhecidas como possuidoras das famosas pedras verdes, que elas por certo não poderiam ter lavrado. Ora o Padre Ives de Evreux<sup>102</sup> que Ferdinand Denis cita como tendo recebido comunicações muito positivas sobre estas mulheres, as reputa descendentes dos tupinambás, e é certo que estes indígenas possuíam grande número destas pedras, e as tinham apesar disso em grande estimação.

Assim como os botocudos usavam trazer no beijo inferior placas cilíndricas de barriguda, Maximiliano Newied<sup>103</sup> diz-nos que os tupinambás traziam esse ornato, não de madeira, mas de pedras nefríticas verdes. De acordo com essa asserção, Ferdinand Denis<sup>104</sup>, acrescenta que alguns tupinambás, como referem os primeiros exploradores e viajantes que visitaram o Brasil, traziam até quatorze de semelhantes pedras em diferentes partes do rosto, e Azara o escreve também dos habitantes do Paraguai, que eram um ramo da língua geral.

---

102 *L'Univers. Brésil*, pág. 300.

103 T. 2, pág. 108.

104 Pág. 13, *ob. cit.*

Lemos na notícia da viagem do capitão Pedro Álvares<sup>105</sup> que alguns dos tupinambás usavam trazer no beijo uma pedra azul ou verde; e em Léry<sup>106</sup> – que os guerreiros, enquanto mancebos usavam um osso branco, e quando homens uma pedra verde; e que outros dentre eles não se contentando de os trazer nos lábios, furavam as faces e ali punham igualmente. Léry as qualifica de falsas esmeraldas.

Estas pedras eram tão estimadas que um francês, querendo negociar uma delas com um selvagem, este recusou-se a isso, afirmando que a não daria nem pelo seu navio com todo o carregamento.

As achas eram de um mineral tão semelhante que Buffon e outros mineralogistas as confundiram.

Vê-se pois que os tupinambás ou eram os possuidores originários de semelhantes pedras, ou pelo menos eram entre eles de um uso quase geral.

Sabemos que os tupinambás, ou melhor a raça tupi se espalhava, e ocupava todo o litoral do Brasil, – e que com a chegada dos europeus, e depois de vencidos por eles, procuraram recolher-se nas margens do Amazonas e nas terras do Norte, e foi nesse mesmo período que os caraíbas das ilhas começaram a devastar o continente.

Não são ignorados os costumes dos caraíbas: implacáveis com os prisioneiros, abstinham-se de dar morte às mulheres as quais eram reservadas para escravas. Era isso o que já haviam praticado quando invadiram as Antilhas. Contavam os selvagens de S. Domingos que aquelas ilhas eram habitadas por uma nação de aruages, que os caraíbas destruíram completamente, com a exceção das mulheres.

Caíram os tupinambás vítimas deles, e em seu poder as pedras verdes. Não usando os caraíbas deste ornato, e não o reputando dotado das propriedades maravilhosas, que depois lhes atribuíram os europeus, tomaram-nas como moeda para servirem de meio circulante nas suas transações recíprocas ou com os colonos. Datará desde então, e não desde muitos séculos como pretende Humboldt, serem elas objeto de comércio entre os índios ao norte e ao sul do Orenoco. Diz-nos o mesmo autor que foram

---

105 C. 2º – Not. para a Hist. e Geogr. das N. ultr. – T. 3º

106 Pág. 98.

os caraíbas os que fizeram tais pedras conhecidas nas costas da Guiana, – e assevera-nos que corriam com dinheiro, e se vendiam por altos preços, mesmo entre os colonos espanhóis.

Vencidos e aniquilados os tupinambás, o que seria das suas mulheres? Conduzidas pelo resto dos guerreiros da tribo, a maior parte dos quais seriam provavelmente velhos e crianças, retrocederiam na sua emigração; e como os velhos e crianças sucumbiriam mais facilmente aos incômodos e fadigas da jornada chegariam de volta ao Amazonas, quase sem homens, donde, na linguagem figurada dos índios, lhe poderá ter vindo a designação – de aikeambenano, ou de mulheres que viviam sem homens.

Os caraíbas, porém, eram inimigos terríveis, que pela maior parte das vezes não deixariam escapar as mulheres dos vencidos. Neste caso, o que fariam elas? Se algumas de sua própria nação preferiram fugir a tão desumanos senhores para se reunirem as quilombolas de ilha de S. Vicente, não será fora de probabilidade supormos que outras, ressentidas da morte dos maridos, filhos e parentes, se conluíassem em maior número procurando as tribos aliadas e amigas através das quais teriam passado na sua emigração para o norte.

Achar-se-iam possuidoras de tais pedras por tirarem-nas do rosto aos que morressem no combate, a que era costume seu assistirem, – ou dos velhos que se esmeravam em trazê-las em grande número, e sucumbissem durante a jornada. Nem é muito de crer que se descuidassem disso sendo tais objetos de tanta estimação.

Por outro lado, ou roubando na sua fuga armas com que se defendessem, ou herdando-as – armas que lhe seriam de pouco préstimo apenas se aliassem a outras tribos, – pode daqui originar-se a tradição – das mulheres fabricantes de excelentes armas, e de possuidoras das famosas pedras verdes.

Repito que não passa isto de uma hipótese que eu já me contento que seja a explicação plausível de uma tradição existente. Mas se se trata de verdadeiras amazonas, conluo que nem na Europa, nem na América existiram; e que ainda dada como provável ou somente com possível a sua existência, não encontro nem nos antigos escritores, nem nos modernos viajantes razoável fundamento para me decidir pela afirmativa.

NOTAS

Lê-se na obra *El Marañon y Amazonas* – do Padre Manuel Rodrigues. – 1648. Madri. L. 1 cap. 3º – “hallando ya algunos moradores en las riberas del río con quines tuvo algunas rofriegas, y se mostraron muy feroces; y en algunas partes salían las mesmas mugeres a pelear con ellos. Por lo qual y por engrandecer Orellana su jornada, dixeo que aquella era tierra de Amazonas, y en la conquista que pedio a S. M. llama, assi:”

Garcilaso diz quase pelas mesmas palavras: “F. Orellana tuvo por el río abajo algunas refriegas, con los indios, moradores de aquella ribera, que se mostraron mui fieros, donde en algunas partes salieron las mugeres à pelear, juntamente con sus maridos. Por lo qual por engrandecer Orellana su jornada, dijo que era tierra de Amaçonas; y assi pedio a S. M. la conquista de ellas. *Historia General del Perú*. Madri. 1722. Liv. 3º Parte 2º cap. 4º

.....

### *Capítulo III*

## O DESCOBRIMENTO DO BRASIL POR PEDRO ÁLVARES CABRAL FOI DEVIDO A UM MERO ACASO?

REFLEXÕES ACERCA DA MEMÓRIA DO ILUSTRE MEMBRO O SR.  
JOAQUIM NORBERTO DE SOUSA E SILVA\*

O DESCOBRIMENTO do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido a um mero acaso, ou teve ele alguns indícios para isso? – Deste ponto dado para a discussão numa das nossas últimas sessões do ano pretérito já tinha tratado o nosso ilustre consórcio, o Sr. Norberto, em uma memória lida neste *Instituto*, por ele aprovada, impressa em um dos números da sua *Revista*<sup>107</sup>, e geralmente aplaudida. Credor de elogios pela maneira cheia de erudição e ciência com que o desenvolveu, o autor da *Memória* não se poupou, nem a investigações, nem a estudos para o cabal desempenho da sua tarefa: o seu trabalho foi, e devia ser elogiado. Assim que, a escolha deste ponto, sendo o primeiro apresentado para os debates desta ilustre corpora-

---

\* Saiu publicada esta memória, lida na sessão do Instituto Histórico a 26 de maio de 1854 na augusta presença de S. M. o Imperador na *Revista do Instituto*, vol. 18, pág. 289 – 1855.

107 *Revista Trimensal*. Tom. XV. nº 6.

ção, era por um lado a demonstração evidente do interesse de que julgamos credora a primeira e singela página da nossa história, e por outra a manifestação do apreço em que se tem a *Memória* do nosso ilustre consócio.

Abalancei-me a tomar parte nesta discussão; mas falando em sentido contrário à conclusão da *Memória*, não lhe neguei, e nem que o quisesse lhe poderia negar o incontestável merecimento que tem: pelo contrário, apressei-me logo em princípio a cumprir com esse dever, não tanto de amizade, como de consciência; porque era de mim reclamado pela cordial simpatia que voto ao autor da *Memória*; porém, mais particularmente por amor da justiça, que aliás, e por diferentes vezes, lhe tem feito este *Instituto*, aprovando os seus importantes trabalhos com demonstrações de não equívoco apreço.

A razão, porém, por que fui obrigado a tomar nesta discussão, ainda que o *Instituto* a saiba, não me julgo dispensado de a consignar novamente aqui. Em um trabalho, de que também tive a honra de ser incumbido, e que está bem longe de ser, como o de que se trata, homogêneo, e, segundo a maneira de ver do seu autor, completo, toquei por incidente neste fato. Falei do descobrimento do Brasil, e a este respeito escrevi palavras que passo a transcrever<sup>108</sup>.

Colombo acrescentava um mundo ao mundo conhecido, e Pedro Álvares, afastado da sua derrota e arrastado pelas grandes torrentes do oceano Atlântico, viria aportar às terras de Santa Cruz: e com a sua descoberta provar à humanidade orgulhosa de suas anteriores conquistas – com esta que não é de todas a somenos – que o “destino, o acaso, a fatalidade valem mais muitas vezes do que as forças todas da inteligência combinadas com os esforços da perseverança e da magnanimidade”.

O autor da *Memória*, que foi também o relator do parecer apresentado acerca deste meu trabalho, notou a minha opinião que ia de encontro à sua, e sem se fazer cargo de refutar, o que bem poderia supor escusado depois da publicação da sua *Memória*, não pôde e não devia talvez passar em silêncio a asserção, ou antes contradição, que nas minhas palavras se continha. Desta maneira me achei sustentando uma opinião, que ainda me parece verdadeira, a qual porém é impossível que não tenha em seu abono

---

108 Brasil e Oceania, p. 1ª cap. 13. *Memória inédita do autor*.

senão o assentimento da maior parte; mas nem seguir a opinião do maior número é ter razão, nem o haver consultado a história é fiador seguro de termos acertado com a verdade.

Estarei em erro: e dele me convenceria o nosso ilustre consócio, autor da *Memória*, se para isso bastasse a consciência que tenho de quando estudou ele esta matéria, e de quão largamente a meditou antes de pôr a limpo a sua curiosa e erudita dissertação.

Pode-se dissentir do seu parecer, ter uma opinião em contrário firmemente estabelecida; mas concordando em que será bem difícil sustentar a sua tese – melhor do que ele o fez – folgo ao mesmo tempo de confessar que nessa *Memória* se acha expendido, ou pelo menos apontado, tudo quanto de mais importantes se pode dizer – pró ou contra esta matéria.

Não me parece pois que lhe será desagradável argumentar eu com as suas próprias palavras, abonando a fidelidade das suas citações com o servir-me delas em me sendo necessárias, e deixando de parte os argumentos de que ele julgou não se dever aproveitar.

Por esta forma, a falta de lógica ficará sendo privativamente minha; e essa falta agora se tornará sem dúvida mais saliente, quando em cumprimento do honroso encargo que me foi imposto por este *Instituto*, tendo de reduzir a escrito as observações acerca deste assunto, com que tive o arrojo de solicitar a sua atenção, e a mal esperada ventura de cativar por alguns instantes.

Entro em matéria.

Para que o descobrimento do Brasil por Cabral não fosse obra de mero acaso, seria preciso que antes da sua viagem este navegante tivesse ou pudesse ter tido conhecimento das terras da América. Certo que elas haviam sido anteriormente descobertas e visitadas, se podem ser considerados verdadeiros descobrimentos os que se circunscrevem nos limites dum país pouco frequentado por estrangeiros, e não passam do conhecimento de alguns poucos de sábios ou curiosos; contudo, nem a notícia de terras da América foi o que induziu a Colombo a procurá-las; nem a tal motivo parece que se possa razoavelmente atribuir o descobrimento do Brasil.



Em algumas partes da América setentrional foram visitadas<sup>109</sup> no ano 986 por Bjarne, filho de Herjulf; que quatorze anos depois, no último século X da nossa era, Leif, filho de Erico o ruivo, partindo das extremidades boreais da Europa, reconheceu alguns lugares dela, podendo datar-se desta expedição a descoberta da América; – que estes intrépidos navegantes ocupavam o país denominado por Leif “do bom vinho” – território que compreendia todo o espaço do litoral entre Boston e New York: – fatos são que parecem ter atingido o grau da certeza histórica; depois das profundas e pacientes investigações da sociedade dos antiquários do norte de Copenhague; mas que, apesar de tudo, em nada empanam a glória de Colombo.

É certo que este hábil mareante tinha visitado a Islândia em 1477, como ele próprio o confessa na sua obra “*das cinco zonas habitáveis na Terra*” – obra tão rara<sup>110</sup>, que me não pejo de declarar que só pelo título a conheço; mas esse título mesmo envolve uma proposição, que ainda no seu tempo tinha alguma coisa de paradoxal. E tanto isto assim é, que o cardeal Pedro d’Aily, chamado – “a águia dos doutores de França”, e cuja autoridade Colombo muito respeitava – na sua obra *Imago mundi*, escrita em 1410, qualifica de inabitável a região situada ao sul do monte Atlas. Em um mapa-múndi do começo do século XV, mas que pertenceu ao Cardeal Borgia, lê-se, segundo diz o visconde de Santarém<sup>111</sup>, que a zona tórrida era inabitável por causa do calor do sol. Em outro, desenhado em 1488 por Bartolomeu Colombo para o rei de Inglaterra Henrique VIII, notam-se os três seguintes versos:

109 Rafn. *Antiquitates Americance*. 4.845. *Revista do Instituto* T. 2. pág. 208. e seg. Humboldt *Cosmos*. Bruxelles 1.852. T. 2º cap. 6º.

110 Humboldt (“Examen critique de l’histoire de la Géographie du Nouveau Continent”. Paris 1.836 T. 1. pág. 80) diz-nos que é a D. Fernando. Colombo a quem devemos um extrato desta obra do Almirante; e reproduz as seguintes expressões de Barcia. *Hist. primit.* Tom. 1, pág. 4, 6. “Memória ó anotación que hizo el almirante, mostrando ser habitables todas las cinco zonas con a la experiencia de la navegación”.

111 Recherches su la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d’Afrique etc. par V. de Santarém. Introduç, pág. XCVIII. *Pars terrae, torridae zonae submissa, inhabitabilis nimio calori solis.*

*Pingitur hic etiam nuper sulcata carinis  
Hispanis, zona illa, prius incognita genti,  
Torrída, quae tandem nunc est notíssima multis.*

Voltemos, porém, ao assunto de que nos vínhamos ocupando. Apesar da viagem de Colombo à Islândia, há bons fundamentos para duvidar que ele tivesse obtido ali informações acerca de tais descobrimentos, ou que ao menos concebesse suspeita da existência destas terras. Di-lo Humboldt, que para isso se apóia em razões, que são ou parecem concludentes, além da consideração. Que ele também apresenta, de que, quando foi da viagem de Colombo a Islândia, havia já dois séculos que se tinha interdito à Groenlândia todo o comércio com estrangeiros.

Colombo visitou a Islândia em fevereiro de 1477: mas os projetos, de que resultou o descobrimento do Novo Mundo, já o ocupavam nos anos de 1470 e 1473; e esta razão já de *per si* valiosa, se corrobora com o argumento que se deduz do silêncio que sobre a viagem dos islandeses se guarda no célebre processo sobre a prioridade das descobertas de Colombo, – processo que só se concluiu em 1517.

Nota-se por fim que, se Colombo tivesse intenção de descobrir o país vizinho ou colocado em face da Islândia, – na sua primeira viagem, ele não teria seguido o rumo de sudoeste largando das Canárias<sup>112</sup>.

Que Colombo tenha recebido a relação da viagem, e o roteiro de Afonso ou Alonso Sanches, fosse ele, como diversamente se tem escrito, espanhol, biscainho ou português, ou se desse o caso em Lisboa, Madeira ou Cabo Verde, – é fato tão pouco verossímil, que tem sido desprezado pelos bons historiadores, e que também não será motivo de controvérsia, visto que o autor da *Memória* por sua parte o rejeita<sup>113</sup>. Oviedo o qualifica de “fábula que tinha voga entre o povo miúdo”, e o reputa falso na sua *História geral e natural dos Índios*<sup>114</sup>. Por outro lado bem fácil é demonstrar-se a falsidade do que se alega. A viagem de Sanches data de 1484 – isto é –, quatoze anos depois de Colombo ter concebido a possibilidade de navegar

112 Humboldt. *Cosmos*. edic., cit. Tom. 2. cap. 6.

113 *Revista Trimensal*. Tom. XV, nº 6, pág. 149.

114 Edição da Real Academia de História de Madri de 1852. Tom. 1º pág. 13. (Liv. 2º cap. 2º)

para a Índia por oeste – dez anos depois de ter encetado a sua correspondência em Toscanelli – sobre tal projeto.

Outro fato de mais importância em relação à viagem de Colombo é o que se menciona no processo da propriedade de seus descobrimentos – o de ter Martín Alonzo Pinzón, um dos seus companheiros de viagem, afirmado que vira em Roma um mapa-múndi, em que o novo continente se achava figurado. Desta circunstância, combinada com a de ter Colombo na sua primeira viagem mandado ao mesmo Pinzón uma carta de marear<sup>115</sup>, onde se achavam pintadas certas ilhas, se tem querido argumentar que não foi tanto às cegas, como se pensa, que ele se aventurou no oceano em procura de caminhos e terras desconhecidas.

É certo que Colombo na sua primeira viagem levou consigo uma carta de marear, que lhe merecia alguma confiança, carta que, segundo se julga, ele recebera de Paulo Toscanelli, e mais de meio século depois da morte do almirante era ainda possuída por Bartolomeu de Las Casas: essa foi a que ele enviou a Martín Alonzo Pinzón a bordo da *Pinta*. Sabe-se, porém, que essa carta, se era a mesma, lhe fora legada por Toscanelli em 1477<sup>116</sup>; e se nos não esquecemos da circunstância, já indicada, de que os projetos de uma viagem para oeste ocupava o espírito de Colombo, sete anos antes dessa época, concluiremos que as alegações de Pinzón carece da importância, que à primeira vista estaríamos dispostos a atribuir-lhes. Como quer que seja, se Colombo se tivesse guiado unicamente pela carta de Toscanelli (observa Humboldt no lugar supracitado), “ter-se-ia dirigido mais para o norte, e conservado sob o paralelo de Lisboa; enquanto, na esperança de chegar mais cedo a Cipango ou ao Japão, ele percorreu metade do seu caminho pela altura da ilha de Gomera (uma dos Açores), e inclinando-se depois para o sul, achou-se a 7 de outubro de 1492 aos de 25 1/2 graus de latitude. Então, como ainda não tivesse descoberto as costas do Japão, que segundo seus cálculos, deveria ter achado 216 léguas

---

115 Navarrete. *Collección de los viajes y descubrimientos*. Madri, 1825. Tom. 1, pág. 13. Eis por inteiro o período do roteiro de Colombo que neste autor se lê sobre esta carta: “Iba hablando el almirante con Martín Alonzo Pinzón, capitán de la otra carabela *Pinta* sobre una carta que le había enviado tres días hacía a la carabela, donde según parece tenía pintadas el almirante ciertas islas por aquella mar.”

116 Humboldt. *Cosmos*. Ediç. cit. T. 2, pág. 219.

marítimas mais chegadas ao oriente, cedeu, depois de longa relutância, às representações de Martín Alonzo Pinzón, e navegou para o sudoeste, mudança de rumo, que o levou alguns dias depois à ilha de Guanahani”.

Vê-se, pois, que para a descoberta de Colombo não influíram as viagens dos escandinavos, nem o roteiro de Afonso Sanches, se em algum tempo existiu; servindo a carta de Toscanelli, somente, para mais confirmar nas suas idéias.

Deveria ainda observar que nesta carta viam-se pintadas certas ilhas. Contudo não era isso para admirar; porque antes e depois mesmo da descoberta das Canárias, a existência de ilhas situadas no Atlântico era objeto de fábulas e contos, que se casavam algumas vezes com as ficções do paganismo grego e romano. O século XIV o célebre Boccaccio no seu livros *De montibus et diversis nominibus maris*. Escreveu, a propósito do Oceano Atlântico: “Além do Oceano Atlântico existem certas ilhas separadas por canais, e um pouco afastadas de terra, nas quais segundo se diz, habitam as gorgonas: outros afirmam que ela estão muito pelo mar dentro.” O diz-se, que este autor emprega, tratando das Canárias, revela o imperfeitíssimo conhecimento que então se tinha do Atlântico, mesmo na proximidade de suas costas orientais; e mais Boccaccio foi um grande geógrafo no seu tempo, tratava especialmente dos mares e montanhas.

Bakony, geógrafo árabe, que viveu no século XV, dizendo que o poente é terminado pelo ocaso, faz menção das famosas seis estátuas de bronze das Canárias, cada uma delas de cem côvados de altura e que serviam como de fanais para dirigir os navios, e avisá-los de que não havia mais caminho para as partes daquém<sup>117</sup>. Destas estátuas escreveu Ibn Said<sup>118</sup> que haviam sido erigidas nas ilhas de *Khálidât* (que são as mesmas Canárias) com a inscrição, semelhante ao – *Non plus ultra* – das colunas de Hércules: não se vai além!

O fenômeno da miragem seria também para alimentar a crença de terras inexploradas que havia no Atlântico. Colombo, no roteiro da sua primeira viagem, fala de umas ilhas, que por efeito deste fenômeno, apareciam todos os anos a oeste dos Açores, Canárias e Madeira.

---

117 V. de Santarém. *Ob. cit.* pág. 91.

118 Idem. Introduç. pág. XLI(41).

Sendo isto assim, não seria para admirar que na carta possuída por Colombo, aparecessem ilhas desconhecidas; mas nenhuma razão há para crer que elas ali fossem postas por Toscanelli, a não ser como dependência da Ásia, parte do mundo que era então bem pouco conhecida, e cujo caminho o florentino pretendia demonstrar. O que eu conluo, tanto do roteiro de Colombo, impresso por Navarrete, como da passagem, que Humboldt cita, do manuscrito de Las Casas<sup>119</sup>, é que fora o próprio Colombo quem havia desenhado aquelas ilhas. A propósito dessa carta, lê-se no roteiro de Colombo “*donde, según parece, tenía pintadas el almirante ciertas islas por aquella mar*”<sup>120</sup>. Las Casas tendo dito que essa carta parava em seu poder com outras coisas do almirante, e escrituras do seu próprio punho, acrescenta: “*En ella le pintó muchas islas.*” À vista de tais frases não se pode muito bem supor que tais ilhas fizessem originariamente parte do mapa de Toscanelli: pelo contrário, parece ter sido Colombo quem nele as desenhara, porventura como sendo aqueles os pontos que demandava, e esperava encontrar. Se, porém, foram essas ilhas representadas pelo próprio Toscanelli, se com a expressão de – *antilia*, – que ele emprega, quis revelar a existência de terras desconhecidas, embora não fossem propriamente a América ou as ilhas caraíbas; como nenhum fundamento tivesse para o fazer, não poderíamos neste caso, deixar de classificá-lo no número dos astrônomos e cosmógrafos, que apresentavam como realidades as produções da sua fantasia, como se a verdade nunca tivesse de aparecer. Tal é o mapa de Frá Mauro de 1460, no qual a África termina por uma ilha; e o globo de Martinho Berain ou Bohemio, que data de 1482, em que esta mesma parte do mundo, depois do rio do Infante, lança uma grande língua de terra para o oriente.

Mas porque havemos de roubar à humanidade esse glorioso florão da coroa de suas conquistas? A tentativa de Colombo foi aventureira, atrevida, arrojada; mas o genovês tinha concebido o seu plano, tinha em vista um fim que seguia com afínco e tenacidade. O que ele pretendia era descobrir um caminho para as terras das especiarias, era chegar ao oriente

---

119 Este manuscrito de Las Casas intitula-se: *Historia General de las Indias*. Humboldt cita as palavras de uma cópia possuída por Ternaux-Compans.

120 Navarrete. Ob. e lug. citados.

pelo caminho do ocidente; e longe de acreditar, com Humboldt, que o fim principal e como que único da sua empresa era descobrir esse caminho<sup>121</sup>, sou levado a crer que alguns descobrimentos, ainda que não tão importantes como na realidade foram, entravam com uma probabilidade, nos seus planos<sup>122</sup>. É isso o que claramente se deduz logo do capítulo primeiro das condições ajustadas entre ele e os reis católicos<sup>123</sup>. Ninguém o queria acreditar; eram quimeras de Marco Polo, cuja obra ele provavelmente não leu<sup>124</sup>; eram artificios do cavalheiro de indústria, que armava laços à fortuna. Os teólogos argumentavam que não podia haver nenhum povo ignorado; porque Deus tinha mandado aos seus apóstolos que pregassem o Evangelho a todas as gentes. Os sábios lançavam-lhe em rosto a sua arrogante presunção de querer ele só saber mais que todo o mundo<sup>125</sup>; e pretendiam que se algum país habitável havia além do Oceano ocidental, não estaria ele por tantos séculos ignorado dos homens, nem à espera deles, que o viesse descobrir. Os astrônomos e cosmógrafos argumentavam de modo semelhante, com razões que não eram profundas; mas pareciam concludentes, porque

---

121 Ainda que Humboldt na sua *História da Geografia* diga que Colombo, assim como Toscanelli, admitiam a probabilidade, muito incerta, de novos descobrimentos. (*Ob. cit.* T. 1. pág. 21 e 24) todavia no seu *Cosmos* fala de um fim único que tivera Colombo na sua empresa; parecendo nesta sua obra ter modificado ou corrigido à asserção da anterior.

122 *The Works of William Robertson*. London 1840. *The History of America*. Book II – : Columbus after resolving long and seriously every circumstance suggested by his superior knowledge in the theory as well as practice of navigation; – after comparing attentively the observations of modern pilots with the hints and conjectures of ancient authors, he at last concluded, that by sailing directly towards the west, across the atlantic ocean, new countries, which probably formed a part of the great continent of India, must infallibly be discovered.

123 O que diz Humboldt (na *História da Geografia*) de que para Colombo o descobrimento de novas terras não era senão um fim muito secundário da sua empresa, não se combina muito bem com o fato de ter sido essa a primeira condição ajustada, como se lê na *Histoire générale de l'Amérique* par le R. Pe. Tournon. Paris, 1768. T. 1, pág. 8.

124 *Cosmos* (ed. cit. pág. 213). Humboldt o conjectura, por ter sido a obra de Marco Polo impressa primeiramente em 1477. Na tradução alemã, língua que nem Colombo, nem Toscanelli sabiam.

125 Pe. Tournon. *Ob. e lug. citado.*

se baseavam na ignorância de todos; tal era a conjectura dos que, admitindo a esfericidade do mundo, sustentavam que, passado certo ponto, a volta se tornaria impossível<sup>126</sup>.

Uma viagem de descobrimento no mar atlântico – o mar verde, o mar tenebroso, o mar sem fim dos geógrafos árabes!!... Era desse mar, que apoiado nas autoridades de Ibn Said e de Masondi, Edrisi escrevia<sup>127</sup>: – “Ignora-se o que existe além do mar tenebroso; nada se sabe a seu respeito por causa das dificuldades que opõem à navegação a espessura das trevas, a altura das vagas, a freqüência das tormentas, a multiplicidade de animais monstruosos e a violência dos ventos. Há contudo neste oceano grande número de ilhas, ou sejam habitadas ou desertas; mas nenhum navegante se tem aventurado a atravessá-lo, nem a cortar o mar alto, limitando-se todos a seguir as costas, sem perder nunca a terra de vista. As vagas deste mar, da altura de montanhas, bem que se agite e se comprima, ficam sempre inteiras e insulcáveis sempre.”

Era esse o mar que Colombo se propunha a navegar! Triunfou por fim, e devia triunfar, porque era homem de altíssimo engenho. Em um memorial ou carta<sup>128</sup> que dirigiu ao rei de Espanha, dizia ele de si: “Desde criança que embarco, e há quarenta anos que percorro os mares; examinei-os a todos com cuidado, pratiquei com grande número de homens letrados de todas as nações – eclesiásticos e seculares, latinos e gregos – judeus e mouros e de outras muitas seitas; adquiri alguns conhecimentos da navegação, da astronomia e da geometria, e sinto-me capaz de dar relação de todas as cidades, rios e montanhas, e de as colocar cada uma delas,

---

126 Others concluded, that either he would find the ocean to be of infinite extent, according to the opinion of some ancient philosophers; or if he should persist in steering towards the west beyond a certain point that the convex figure of the globe, would prevent his return... etc. Robertson. Ob. cit. pág. 748.

Vid. lugar citado que outras opiniões se manifestaram contra os projetos de Colombo.

127 Edrisi, Traduç. de Iaubert. Tom. 2. p. 1. citado pelo V. de Santarém, e Humboldt na *Hist. da Geogr.* Tom. pág. 51. Masondi (traduc. inglesa) de Sprenger. Tom. 1, p. 282, diz do Atlântico, “the sea has no limits neither in its depth nor extent... this is the sea of darkness, also called the green sea”.

128 Extrato o Pe. Tournon. Ob. cit. T. 1, pág. 4; mas vem por extenso este trecho, digno de ler-se, em Humboldt *Historia de la G.* T. 1 pág. 80, nota 2ª.

nos mapas, nos lugares que devem ocupar. Tenho além disso estudado os livros que tratam da Cosmografia, da História e da Filosofia etc.” A isto se chamou naquele tempo, *ser glorioso em mostrar as suas habilidades*; e todavia, como observa Humboldt<sup>129</sup>, os homens que hoje se ocupam com os fenômenos do mundo exterior, admiram-se da penetração de Colombo, a quem não escapa, ao passo em que procura gomas e especiarias, o exame da configuração da Terra, da fisionomia e forma dos vegetais, dos costumes dos animais, da distribuição do calor, e das variações do magnetismo terrestre. Humboldt admira também a nobreza e simplicidade das expressões com que o grande viajante vai descrevendo e como que pintando o novo céu e o novo mundo, que se ia desdobrando a seus olhos, cada vez mais embelezados dos objetos que contemplava.

Homem distinto (entre os seus contemporâneos), pelo seu atilamento e ciência; a glória do genovês está no seu gênio e não na sua felicidade.

Assim que, deixando de parte o seu descobrimento, bastaria para ilustrá-lo o seu projeto, que daria à execução, se fatos ocasionais o não tivessem contrariado, de uma viagem em roda do globo, continuando a sua derrota para oeste, a fim de voltar à Espanha por mar, ou por terra, atravessando Jerusalém. Era isto quatro anos antes do Gama, 27 anos antes de Magalhães; e antes que Balboa descobrisse o Pacífico das alturas do Panamá, dez anos antes que o intrépido aventureiro espanhol entrasse no mar até aos joelhos, com a espada desembainhada, para tomar conta dele, em nome da coroa de Castela, já Colombo tinha adivinhado o mar do oeste, como, antes de avistá-las, tinha adivinhado as terras da América, e profetizado o seu aparecimento aos seus companheiros tímidos e assustados.

Foi-me preciso entrar nestas considerações por que o autor da *Memória* dá começo ao seu trabalho, referindo a recusa que sofreu Colombo do rei de Portugal a quem pedia auxílio para a execução dos seus planos, recusa que, acha o nosso digno colega, não seria inteiramente destituída de cálculo.

Era possível que o rei de Portugal, antes de descoberta a América, tivesse idéias vagas de algum mundo que pudesse estar perdido na

---

129 *Cosmos* cit.



vastidão até então inexplorada do oceano; porque nas proximidades dos grandes fenômenos da natureza, sente-se uma como revelação íntima, um rumo vago que pressagia o acontecimento futuro; tais são os indícios de tempestades nos países intertropicais e os ameaços de erupções vulcânicas. Há também exemplos análogos nos acontecimentos humanos, ou, se os não há, a nossa credulidade ao menos faz que os tomemos por verdades.

Não quero, pois, negar todo o crédito a um fato, que os antigos traduziram em rifão, chamando-a a *voz* de *Deus*, por que de ordinário se realizam os seus prognósticos, ou do Diabo, porque vêm não se sabe donde. O que é certo é que, dada a existência de um acontecimento de alguma importância, podemos ter a certeza de que um, e muitos servos de Deus, o revelaram em êxtases beatíficos, na presença do todo o mundo! Assim é que depois de Colombo apareceu o roteiro de Afonso Sanches, os mapas de Orontius e os conhecimentos antediluvianos do Brasil.

Se, porém, tal recusa foi filha de cálculo, à vista do resultado que teve, podemos aquilatá-lo de bem desgraçado, mas, antes disso, vem pelo perguntar – qual o motivo por que o rei de Portugal, recusando a Colombo o fraco auxílio, que este lhe pedia, tentou, sem a sua intervenção, realizar o projetado descobrimento?!

Esta hipótese não é admissível, quando consideramos que não há razão alguma para supor que Colombo tinha sido mais bem conceituado em Portugal, que rejeitou os seus serviços, do que na Espanha, onde, antes que eles fossem aceitos, os homens prudentes e sensatos se riam do forasteiro, quase mendigo, que prometia aos reis gloriosos de Aragão e Castela montões de ouro, que deslumbrassem a Europa. Nesse tempo D. João II não teria em melhor opinião do que teve o grande historiador, o Tito Lívio português – João de Barros, anos depois do descobrimento da América, recordando a proposta de Colombo e o modo por que ela fora encarada pelo rei e pelos cosmógrafos portugueses, dito em palavras, de que se exclui toda a idéia de cálculo, ou influência de motivos ocultos.

Eis o que ele escreveu: “El-Rei por que via ser este Cristóvão Colombo homem falador e glorioso em mostrar suas habilidades, e mais fantástico e de imaginações com a sua ilha Cipango, que certo no que dizia, dava-lhe pouco crédito. Contudo à força de importunações mandou que estivesse com D. Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, e com Mestre

Rodrigo e Mestre José, a quem ele cometia estas coisas de cosmografia e seus descobrimentos: e todos ouviram por vaidade as palavras de Cristóvão Colombo, por tudo ser fundado e imaginações e coisas da ilha Cipango de Marco Polo”<sup>130</sup>

Portanto; na recusa que em Portugal sofreu o grande navegante, não entrou cálculo: digamos em desagravo do príncipe ilustrado, que então regia aquele país: o que houve, foi antes faltas de convicção e de fé. Assim, quer me parecer de toda a verossimilhança, para o não pôr inteiramente fora de dúvida, – em atenção ao pouco e duvidoso que se tem escrito acerca da viagem de um Corte-Real no século XV, – quer me parecer, digo, que antes da viagem de Cabral ignorava-se a existência das terras por ele descobertas, ainda mesmo suposto que depois das viagens de Colombo se suspeitasse ou admitisse a possibilidade de novos descobrimentos.

Examinemos os documentos e provas que o nosso ilustrado consócio tomou para servirem de base ao seu trabalho.

Deixemos de parte a palavra “Brasil” bem que já existisse muito antes de ser imposta como denominação a esta parte do mundo: pois o ilustre autor da *Memória* rejeitou o argumento que daí se poderia deduzir, querendo que os lugares em tempos remotos conhecidos confusamente por tal nome se excetuaram o Brasil propriamente dito, talvez fossem os mesmos que ainda hoje o conservam. Tais são como a *Memória* o indica, uma rocha na Irlanda, e um nome junto de Angra na ilha Terceira.

Adotando plenamente a opinião do ilustre membro deste Instituto, seja-me permitido pôr em dúvida a suficiência dos documentos, em que ele se baseia, para provar que em Portugal se tinha conhecimento das terras que Pedro Álvares descobriu, não por mero acaso, mas desmandando-as como por propósito deliberado.

É o primeiro destes documentos a carta datada de Barcelona de 5 de setembro de 1493<sup>131</sup> em que o rei de Espanha, escrevendo ao seu

---

130 Barros. *Décadas da Ásia*. Lisboa, 1628. Liv. 3º, cap. 11. fl. 56, v.

131 *Revista Trimensal*. Tom. 15, pág. 141 Navarrete. “Colección de los viages y descubrimientos.”. Madri, 1825. Tom. 2º.

almirante, lhe recomendava que se afastasse das costas e ilhas de Portugal, pois que os portugueses pretendiam embarcá-lo na sua viagem. Tratava-se também nessa carta se seria conveniente ampliar-se a bula de Alexandre VI.

É certo que os portugueses se opuseram à execução desta bula; mas não se deve atribuir à perspicácia de D. João II ficar o Brasil incluído na sua demarcação. Bulas anteriores davam-lhe o senhorio e conquistas das terras que descobrissem, e às quais não tivesse chegado à luz do Evangelho; e como a de Alexandre VI restringia estas concessões amplas, e tão amplas que se puderam considerar ilimitadas, por isso se opuseram os portugueses à sua execução. Se assim não fosse, seria difícil explicar-se o motivo por que se recusaram os portugueses a aceitá-la em um tempo em que era tão respeitada a autoridade pontifícia<sup>132</sup>, nem se poderia conceber como conseguiram o tratado de Tordesilhas e a escritura de Saragossa, que estenderam em favor dos portugueses, as raias do lote que Alexandre VI lhes fizera.

Quanto, porém, à emenda de tal bula, devendo-se, segundo as suas prescrições, tirar-se uma linha que caísse cem léguas a oeste de uma das ilhas dos Açores ou do Cabo Verde, é claro que não era preciso ser emendada para que as terras novamente descobertas se achassem compreendidas na demarcação da coroa de Espanha. Do modo por que nessa carta se exprimia o rei de Espanha, vê-se que, se os portugueses tentavam intervir nos descobrimentos ocidentais, fundava-se em outros pretextos.

Pode-se admitir, e é bem de supor, que Colombo depois da sua primeira viagem estivesse convencido que lhe restava muito que ver e navegar antes de chegar ao fim dos seus descobrimentos; e que então fosse cegamente acreditado, porque já não era o aventureiro sem pátria, mas o

---

132 Hakluyt cita o caso notável de haver um rei de Inglaterra proibido o armamento que projetavam alguns súditos seus para a costa de África, por lhe representarem embaixadores portugueses que aquelas eram terras de Portugal por concessões pontifícias. O autor cita a crônica de Resende; mas o fato assume certo caráter de autenticidade sendo reproduzido por um autor inglês, que lhe não faz objeção alguma, nem mesmo escrevendo que o *rei de Inglaterra se dera por muito satisfeito com a embaixada; e mandara por bando para que se não fizesse o armamento*. Hakluyt, Tom. 2, pág. 457.

navegante ilustre, que cobrira de glória a terra que havia confiado no seu gênio, e aquela a que devia o nascimento. Mas que os portugueses queriam era intervir nos descobrimentos de Castela, e embaraçar progresso marítimo de uma nação rival, quaisquer que fossem os pretextos que para isso apresentassem. Alegavam, pois, a existência de terras próximas ou dependentes de África, em cujos mares já se havia descoberto o rochedo deserto de S. Helena: isto fez pressão no ânimo do rei de Espanha, tanto mais que os portugueses, ao que se supunha, mandavam sorrateiramente caravelas ao descobrimento: era com referência a estas alegações dos portugueses – de terras nos mares de África – que o rei tratava da conveniência de se emendar a bula. “Sabeis disso mais que todos (escrevia ele a Colombo) dissei, pois, se é preciso emendar a bula.” Tratava-se, de terra que ficasse na distância de cem léguas, dos Açores ou do Cabo Verde.

Poderá também concluir-se que ainda que se dissesse, e geralmente se acreditasse que as novas terras pertenciam à Índia, o rei de Espanha admitia a possibilidade de que elas não fossem senão dependências de África. Não eram os portugueses naquele tempo marujos inferiores aos espanhóis, nem creio que o rei de Espanha fosse mais ilustrado que o de Portugal; contudo, segundo afirma André de Resende em um trecho citado pelo ilustre autor da *Memória*, D. João II sentiu-se das descobertas de Colombo por supor feitas dentro dos mares e termos de seus senhorios de Guiné<sup>133</sup>. Esse ao menos era o pretexto.

Não me cansarei, contudo, em formar conjeturas acerca da explicação que deve ter este documento; porque a História se encarregou de a pôr fora de dúvida.

Eis o fato: Colombo, cujos oferecimentos recusados por Portugal haviam finalmente sido aceitos por Castela, conseguiu realizar o seu projeto; e descoberta a América, viu-se na sua volta obrigado por circunstâncias a entrar no Tejo. Teve isto lugar a 6 de março de 1493. Alvorçaram-se os

---

133 *Crônica dos valorosos e insignes feitos d'el-Rei D. João II*, Cap. 165. Rui de Pina diz também na sua *Crônica d'el-Rei D. João II* (cap. 66): “E sendo El-Rei logo disso avisado [da chegada de Colombo] o mandou ir ante si, e mostrou por isso receber nojo e sentimento assim por crer que o dito descobrimento era feito dentro dos mares e termos de seu senhorio de Guiné, em que se oferecia defesa... etc.”. *Inéditos da História Portuguesa*, T. 2, pág. 178.

portugueses, e D. João II, desejando ouvir a Colombo, mandou-o chamar, “o que ele fez de boa vontade, escreve João de Barros<sup>134</sup>, não tanto por aprazer a El-Rei, quanto por o magoar com a sua vista”.

Colombo, possuído de entusiasmo pelas cenas do novo mundo, como no-lo revelam seus escritos, poderia não ter-se reprimido de ainda mais engrandecer e exaltar o mérito da sua descoberta<sup>135</sup> na prática que teve com o rei, compreendendo que desta forma se vingava de sobejo das humilhações por que passara em Portugal, quando lhe oferecia um reino, em cuja existência ninguém acreditava. Não era preciso para isso, nem parece presumível, que ele com soltura de palavras, como diz Barros, acusasse e repreendesse o rei de não ter aceitado a sua oferta. Para acusar e repreender o rei bastava unicamente a presença de Colombo, ainda que nem uma só palavra pronunciasse<sup>136</sup>. E de fato mostrou-se o rei tão pezaroso e sentido que os seus cortesãos se lembraram de aconselhar-lhe o ignominioso expediente de mandar assassinar a Colombo. Era homem assomado, diziam eles: bastava pois mandar-se algum espadachim travar-se de razões com ele, que de certo não recusaria a briga, e deste modo perderia a Espanha a sua conquista.

---

134 L. 3., cap. 11, pág. 56, da edic. cit.

135 Rui de Pina. Ob. e lug. cit. “o dito almirante que..., no recontamento de suas coisas, excedia sempre os termos da verdade, fez esta coisa em ouro, prata e riquezas muito maior do que era”.

136 O Marquês de Alegrete refere nestes termos a entrevista de Colombo com o rei de Portugal; – *prolixa narratione facta, inventarum regionum divitias adeo profuse extulit, ut acceptam à Joanne repulsam haud obscure ipsi exprobare videretur. Qua de causa, et quod Joannes sibi persuaserat Columbus lusitanae navigationis juro violasse, torvo supercilio auditum, ingrata responsione dimisit. “De rebus gestis Joanni II. Auctore Emmanuele Tellesio Sylvio. Marchione Alegretensi. Olisip. 1689, pág. 363”*. Muñoz na sua *Historia del Nuevo Mundo*, dizendo que o rei mandara chamar Colombo de Valparaíso, acrescenta: “ – *Fui recebido con singular ostentación y onor, y mandado cubrir y sentar en la real prezencia: habló desembarazadamente de los sucesos del viaje, pintando las escelentes calidades de los paizes descubiertos, con los colores propios de su imaginacion viva y acalorada. Los cortejanos calificaron el despejo por soltura, descomedimiento y alenaría, y las grandezas referidas, por exageraciones faltas de verdad, despuestas de proposito a fin de reprender y contristar al monarca, que tanto bien pedia por no haber aceptado la impreza, ni dado crédito a su autor*”. Edic. de Madri de 1793, pág. 147.

D. João II já tinha sido injusto para com o genovês e nessa mesma audiência parece que a sua magnanimidade havia fraqueado e cedido ao despeito não disfarçado de ver como a Espanha por um só lance de fortuna se tinha opulentado e obscurecido a sua glória. O meio repugnou-lhe; e o crime lhe pareceu desnecessário, porque raiou-lhe na alma não sei que esperança, fortalecida pelos seus desejos, de que as terras de Colombo ficassem nos seus mares de Guiné. Era o rei de uma nação forte, de um povo glorioso, e quis lançar mão da força, mandando, como escreveu Resende, preparar uma grande armada contra aquelas partes: mas enquanto estes aprestos se faziam em Portugal, os reis de Espanha o suspeitaram ou aventaram, requereram-lhe que sobrestivesse na sua resolução até que se mandasse ver a que mares e conquistas cabia o descobrimento de Colombo.

D. João II aceitou a proposta pela convicção em que estava de que as ilhas de Cipango e Antilhas não eram mais que dependências de África<sup>137</sup>. Nomeiam-se embaixadores, entabulam-se negociações, mas, no entanto, como Colombo tivesse de partir novamente, a prudência aconselhou aos reis católicos determinarem a Colombo que não aportasse aos domínios portugueses.

Este escrito, pois, nenhuma relação tem com o Brasil; nenhuma prova oferece, nenhuma indução se pode dele tirar de que os portugueses tivessem notícia ou noções desta parte do mundo.

Outro documento é a carta do bacharel, Mestre João, datada de 1º de maio de 1500, escrita da frota de Pedro Álvares ao rei de Portugal, na ocasião do descobrimento do Brasil<sup>138</sup>. Que nessa carta, ou nesse tempo se tratasse da existência de ilhas ou terra firme, não seria de admirar por ter-se propagado na Europa logo após as descobertas de Colombo que era continente o que ele achara. Era isso o que devia acontecer, quando o próprio Colombo, assim como Vespúcio, acreditavam ter tocado na Ásia, e morreram ambos nesta suposição. Não seria muito, pois, que os portugueses suspeitassem também. No entanto não creio que sirva essa carta, como quer o nosso digno consórcio, para comprovar a asserção dos reis

---

137 *Quod quidem Joannis non recusavit, sibi persuadens Ferdinandi causam omnino jure destitutam esse.* Marquês do Alegrete. Ob. citada pág. 367.

138 *Revista Trimensal.* Tom. 5, pág. 342.

católicos de que os portugueses suspeitavam a existência de muitas ilhas, e ainda de terra firme. O que pretendia o físico e cirurgião da armada de Pedro Álvares era dar uma idéia ao seu rei da terra descoberta por ele e seus companheiros. O menos, pois que dele se podia exigir era que informasse se Vera Cruz era ilha ou continente; porque essa era a pergunta que a si próprios eles fariam chegando à vista duma terra ignorada. Mas apesar de tudo, como que o Mestre João propendia para a opinião de que era ilha a terra de Vera Cruz, e, segundo os sinais que julgava ter percebido dos indígenas, quis lhe parecer que eram em número de quatro.

O que é, porém, mais significativo é que o físico da frota de Pedro Álvares recomenda ao rei que mande ver o *mapa-mundi*, que possuía Pero Vaz Bisagudo! Que mapa era esse, para o qual se chamava a particular atenção do rei? Teria alguma coisa de notável ou achar-se-ia nele consignada a terra de Cabral, posto que se não certificasse se era ou não habitada? Nada sabemos, e muito pouco se pode conjecturar deste documento, que poderia ter sido escrito de modo mais inteligível. Para dele se fazer idéia aproveito-me do trecho que cita o nosso consócio a página 169 da sua *Memória* ao qual, apesar de ser dos menos ambíguos, dou-lhe uma interpretação inteiramente oposta: “porém no mapa lê-se na *Memória* não se certifica ser esta terra habitada, e não é mapa-múndi antigo”. – Eu leio pelo contrário “não certifica ser esta terra habitada ou não: é mapa-múndi antigo<sup>139</sup>”.

Mas por que motivo, ou com que fim, perguntamos, chamaria o físico, Mestre João, a atenção do rei para o mapa que possuía Pero Vaz? O ilustrado autor da *Memória* diz que foi para que o rei visse nele a altura da terra novamente descoberta: no entanto não seria isso grande coerência da parte de quem o escrevia, quando ele próprio acrescenta que, segundo as regras do astrolábio, era manifesto que eles tinham a altura do pólo antártico em 17 graus; e era tão firme a sua convicção que ele desafiava os pilotos para verem, quando chegassem ao Cabo da Boa Esperança, quem tinha razão: se os pilotos com as cartas somente, ou se ele com as cartas e o astrolábio.

---

139 *Rev. Trim.* T. 5, pág. 342 (1ª série).

O que o Mestre João recomendava não era que se verificasse não a altura que ele dava, mas o sítio da terra, no mapa de Pero Vaz; nem me quer parecer que nele houvesse terras inscritas, porque dizendo: “não se certifica ser esta terra habitada ou não”, e não sendo de ordinário costume fazerem-se semelhantes indicações em tais mapas, ou tendo que ele advertia ao rei que não procurasse aquela terra no que lhe ele indicava.

De tudo isto o que é para concluir-se é que eram naquele tempo raríssimos os mapas-múndi; e tanto que, tratando deles, Antônio Ribeiro dos Santos<sup>140</sup>, citado pelo autor da *Memória*, aponta apenas dois, um do infante D. Pedro, duque de Coimbra, e outro do cartório de Alcobça, que veio às mãos do infante D. Fernando, filho de D. Manuel. Mas que esses mapas fossem singulares pelas demarcações que neles vinham do Cabo da Boa Esperança, e da terra do novo mundo, antes dos descobrimentos de Bartolomeu Dias, e de Cristóvão Colombo, é fato esse de que a real academia me permitirá duvidar, apesar da autoridade de Antônio Ribeiro dos Santos.

Um argumento em favor da opinião que a *Memória* sustenta nos dá o Sr. Varnhagen, recordando que Gaspar Corte-Real pedira e doação que lhe fora concedida a 12 de maio de 1500, da ilha ou terra firme que encontrasse – isto dois meses depois da partida de Cabral, e quando as suas naus se achavam fundeadas em Porto Seguro. À vista disto, e do rumo que tomou Pedro Álvares, diz-nos o Sr. Varnhagen que não nos podemos deixar de persuadir que entrou nisso o quer que fossem as esperanças, curiosidade, ou vertigem descobridora dos portugueses daquela idade. Alguns autores desta nação, apontando o fato, explicam-no de maneira que nenhuma correlação se achará entre uma e outra viagem, senão a da simples coincidência do tempo. Antônio Galvão, por exemplo, narrando a viagem de Cabral, passa logo em seguida à de Corte-Real, referindo como no mesmo ano de 1500 Gaspar Corte-Real pedira licença a El-Rei D. Manuel para descobrir a terra nova: que partira da Ilha Terceira com dois navios armados à sua custa, e fora ao clima que está debaixo do norte

---

140 Memória do Sr. Norberto. Nota 225.



em cinqüenta graus de altura. “É terra que se agora chama do seu nome”, acrescenta Galvão<sup>141</sup>.

Ainda que do exposto se deduza que semelhante doação nada vem para o caso, sejam-me, contudo, permitidas para melhor o comprovar, algumas outras ponderações.

Se se tratasse nesta doação de terras a que já Pedro Álvares tivesse sido mandado, não as doava o rei tão de leve principalmente se havia tentado aquele descobrimento à custa da sua real fazenda; e se o tivesse feito, não deixaria ele de ter contemplado a Corte-Real, ou seus herdeiros no número dos donatários por quem foi depois distribuída a costa do Brasil.

O de que se tratava, segundo o autor já citado, Trigoso no seu *Ensaio sobre os descobrimentos e comércio dos portugueses* – e outros, era das terras que pudessem ser descobertas em uma viagem para a Índia pelo pólo ártico, viagem que se dizia, sem muito fundamento, ter sido feita por um outro Corte-Real no ano de 1463. Estas terras, compreendidas entre os cinqüenta e sessenta graus do norte, hoje conhecidas com a denominação de terras *del Labrador*, acham-se no mapa que acompanha a obra de Lafitau “sobre os descobrimentos dos portugueses”, com o nome de *Corte-Real*, como diz Galvão que “ficaram sendo chamadas”.

O rumo seguido por Cabral prova que ele não pretendia tocar na terra do Labrador; e do mesmo fato da doação feita a Corte-Real se conclui que ambos não teriam as mesmas vistas. Uma destas duas hipóteses repele a outra, porque Corte-Real nada tinha que entender com o Brasil, ou Cabral não vinha descobrir terra para ele. Mas como quer que seja, será sempre curioso argumentar-se duma viagem para o sul para outra ao pólo ártico, embora caíssem ambas no mesmo tempo. Enxergar-se propósito ou o que quer que fosse de intencional da parte de Cabral em descobrir terras em frente de Benguela, porque sabia-se (se isso era sabido) de outras fronteiras às ilhas britânicas, era supô-lo com conhecimentos da extensão da América, que só depois dele é que se conseguiu ter. Deixemos, porém, de parte a doação feita a Corte-Real, que será uma coincidência curiosa, mas nenhuma relação tem com a questão que nos ocupa.

---

141 *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos...* composto pelo famoso Antônio Galvão. Lisboa 1731, pág. 36.

Outra e última prova que citaremos, da notícia que os portugueses, antes de Cabral, poderiam ter tido do Brasil, acha-se na obra de Gaioso, *Princípios de Lavoura do Maranhão*, – na qual se lê que Martinho Behain, sendo já de idade madura quando principiou a capacitar-se da possibilidade da existência dos antípodas, e de um continente ocidental, passara a Portugal em 1848<sup>142</sup>, e pedira a D. João III alguns meios para entrar em uma grande expedição para o sudoeste.

A crítica e ilustração do nosso digno consócio fizeram-no rejeitar esta notícia, ou como não provada ou como inverossímil, não atribuindo a Behain mais importância do que a que ele teve no seu tempo, – isto é – a de ser um grande astrônomo, que se tornara recomendável em Portugal pelos melhoramentos introduzidos no astrolábio<sup>143</sup>. De fato a crítica a menos refletida não poderá acreditar o que nos refere Gaioso das descobertas deste homem. Diz-nos que confiando o monarca português alguns navios a Behain, este astrônomo-navegante descobrira, anos antes de Colombo e de Magalhães, a grande parte da América, conhecida com o nome de Brasil, – e chegara a estender a sua navegação até ao estreito a que dera o nome de Magalhães ou até a terra de algumas povoações de bárbaros, a que chamara patagões: Gaioso observa que talvez por este motivo foi Colombo pouco atendido quando veio oferecer a Portugal os seus serviços para o descobrimento do novo mundo.

Constam estas particularidades, segundo o mesmo autor, “de uma memória sobre o descobrimento da América, dedicada ao Dr. Franklin pela sociedade filosófica de Amsterdã”; mas com tão pouca fortuna, que nem a novidade do assunto, nem o nome da sociedade ou da pessoa a quem fora ofertada, a puderam salvar do esquecimento.

Examinadas, ainda que ligeiramente, estas questões preliminares, resta-nos ainda mostrar como as informações de Toscanelli, que o autor da *Memória* qualifica de exatas, e que lhe haviam sido pedidas pela

---

142 Lê-se na obra citada, 1584: mas é erro de impressão.

143 Muñoz dá nestes termos o resultado das conferências de Behain com dois dos mais hábeis cosmógrafos de Portugal: “Después de muchas investigaciones y conferencias se inventó la aplicación del astrolabio a la práctica de la navegación, para observar a bordo la altura meridiana del sol sobre el horizonte. *História del Nuevo Mundo*, de D. Juan Baut. Muñoz, Madri, 1793, pág. 37.

corte de Lisboa<sup>144</sup>, antes da descoberta de Colombo, não podiam ter dado aos portugueses conhecimento de novas terras, nem servir de guia a Cabral para realizar descobrimento algum.

Aproveito da tradução do nosso digno consócio:

“Muito me agrada saber (escrevia Toscanelli a um cônego de Lisboa) a familiaridade que tendes com o sereníssimo e magnificentíssimo rei, e ainda que eu já tenha tratado por outras vezes do brevíssimo caminho que há daqui para as Índias, onde nascem as especiarias por via do mar, que tinha por mais custo a que fazeis por Guiné; como, porém, agora me dizeis que S. A. pretende alguma declaração ou demonstração, para que entenda e veja como se pode tomar esse caminho, o que mais fácil seria demonstrar com a esfera na mão, para ver como está o mundo: todavia para maior clareza mostrarei o referido caminho em uma carta semelhante às de marear: e assim a mando a S. A. feita e traçada por minha própria mão. Nela vai indicado todo o fim do poente, tomando desde a Irlanda o austro até o fim de Guiné, com todas as ilhas que estão situadas nesta viagem, a cuja frente está pintado em direitura pelo poente, o princípio das Índias, com todas as ilhas e lugares por onde podeis andar, e quanto podereis apartar-vos do pólo ártico pela linha equinocial, e por quanto espaço; isto é, com quantas léguas podereis chegar a aqueles lugares fertilíssimos de especiaria e pedras preciosas.”<sup>145</sup>

O de que se trata, pois, não é da descoberta de terras, mas de um novo caminho para as Índias, para a terra das especiarias, ou como se exprime Humboldt<sup>146</sup>, Toscanelli nesta célebre carta pretendia demonstrar a facilidade com que poderia chegar à Índia quem partisse da Espanha. Era falsa a idéia que naquele tempo se tinha da proporção em que a água e a terra se acham entre si: desconhecia-se o préstimo do mar; nem os filósofos compreendiam de que proveito era tão grande porção de elemento líquido que ocupa uma área de vastidão pasmosa quando comparada à da superfície da Terra. Era esta uma das questões que mais

---

144 Lê-se esta carta ou outra escrita pelo mesmo Toscanelli a Colombo a 25 de junho de 1474, e impressa na *Coll. de los viag. y descubr.* de Navarrete. T. 2, pág. 3.

145 *Revista Trimensal*. Tom. 5, pág. 158.

146 *Cosmos*. T. 2, cap. 6<sup>a</sup>

preocupavam a Colombo, porque sabe-se que ele nas suas viagens, não se esquecia de trazer entre outras obras a do Bispo Pedra d’Ailly, e que tem por título *De quantitate terrae habitabilis*. Movida pela falsa conjectura que a este respeito formava, Colombo supunha que a distância entre a península ibérica e a China era de 120 graus. Martinho Behain no seu globo, que não sei se ainda existe em Nuremberg, dava para o mesmo espaço pouco mais de 100 graus. Toscanelli, porém, sustentava que semelhante intervalo que é na realidade de mais de 200 graus, não passava de 52: e porque isso ufanava-se de demonstrar o brevíssimo caminho que havia para o oriente navegando para oeste. Toscanelli fundava-se na autoridade do profeta Esdras, quando diz que os 6/7 da Terra estavam em seco, ocupando apenas a superfície do mar 1/7 dela. À vista de uma autoridade tirada de tal fonte, seria bem difícil que Toscanelli não achasse crédito com preferência a aqueles, que pudessem dizer então a verdade que é hoje sabida. É certo que os geógrafos árabes a tinham alcançado antes do tempo de Colombo; mas os seus livros eram pouco lidos, e quando o fossem muito, seria naquele tempo enorme impiedade, talvez qualificada de heresia, citar-se um autor pagão e muçulmano para combater a asserção de um profeta.

Albufeda, geógrafo árabe do século XVI, escreveu que, segundo se lê nos livros índios, metade da Terra é água, e outra metade argila, isto é, que metade é continente e metade mar. Já são bem diferentes as opiniões dos filósofos índios e a do profeta Esdras. Albufeda, porém, ainda vai mais adiante, e parece que não era esta a opinião peculiarmente sua; mas as dos sábios do seu tempo e nação. “Segundo os filósofos”, escreveu ele, “a porção da terra descoberta constitui pouco mais ou menos o 4º do globo, estando os outros ¾ submergidos pelas águas.” É com pouca diferença a que hoje diz, que a superfície da água está para a da terra na razão (não de 3, como queria Albufeda) mas 24/5 para 1.

Assim que as informações de Toscanelli podiam ser exatas, segundo as suas deduções; mas pouca influência teriam sobre a viagem de Cabral.

E se, como quer parecer ao ilustrado autor da *Memória*, o mapa, que acompanhava essa carta, seria o mesmo que Pero Vaz possuía, confir-

mará isto o que já disse – que nele se não fazia, nem se podia fazer menção de novas terras.

Digo que se não poderia fazer tal menção, por que o que sabemos da carta que analisamos é por uma cópia dela dirigida a Colombo e impressa por Navarette. E logo na carta que imediatamente se lê na mesma coleção, Toscanelli acoroçoando a Colombo que trate de realizar o seu projeto, diz-lhe, para pôr fora de dúvida, que não tratava de novas terras, mas de um novo caminho para o Oriente: “A viagem que quereis empreender não é tão difícil como se pensa... Ficaríeis inteiramente persuadido disso se houvésseis comunicado, como eu, muitas pessoas que têm estado nestes países: estai seguro de que haveis de ver reinos poderosos, quantidade de cidades povoadas, e ricas províncias que abundam em toda a sorte de pedrarias.”

Toscanelli, portanto, adaptava, como Colombo, as suas conjeturas às idéias vulgarizadas por Marco Polo.

Todavia o ilustrado autor da *Memória* parece achar outro documento da influência de Toscanelli nos descobrimentos da América, quando lhe quer atribuir a paternidade de um livro que os reis de Espanha haviam feito copiar para Colombo debaixo do maior segredo. Citarei as suas próprias expressões<sup>147</sup>.

“Embora Colombo se expressasse em Lisboa com a maior parcimônia, e ainda depois da sua viagem procurássemos reis católicos todo o segredo no exame de seus papéis, as comunicações que ele recebera de Toscanelli eram patentes e conhecidas. Com este correio (escrevia a rainha Isabel) vos envio um traslado do livro que cá deixastes, etc.” Da leitura dos preciosos documentos da coleção de Navarette não é possível depreender-se que esse manuscrito deixado por Colombo em mãos dos reis católicos tenha a mínima relação com a carta de Toscanelli, que atrás deixamos extratada. Esse livro, se não foi o roteiro da primeira viagem de Colombo, era trabalho seu e relativo ao descobrimento já realizado da América. Navarette apresenta outra carta dos reis católicos, onde a propósito do mesmo livro se lê: “Alguma coisa temos visto do livro que nos deixastes, e quanto mais isto praticamos e vemos, conhecemos quamanha parte foi a vossa nesse

---

147 Pág. 157.

negócio, e quanto sabéis disso mais do que nunca se pensou que nenhum mortal soubesse.”

Tenho até aqui procurado combater a suposição ou proposição de que antes de 1500 houvesse em Portugal dados a respeito do Brasil, que aconselhassem uma empresa de descobertas de novas terras no sentido do rumo que tomou, ou viu-se forçada a tomar a frota de Pedro Álvares; ao que acrescentarei mais uma observação, e é que ainda quando fosse provado e fora de dúvida que se soubesse da existência de tais terras, não fica igualmente provado que Cabral o suspeitasse, ou que esse pudera ter sido um dos fins da sua viagem.

Pelo contrário, tanto creio que a descoberta do Brasil não entrava nos seus planos, como que não será muito possível descobrir-se nele a força de vontade e tenacidade de propósito que é o característico de toda a vida, e da primeira viagem de Colombo.

Os historiadores abundam no sentido da opinião que me propus a sustentar. O digno autor da *Memória* os cita escrupulosamente como uma consciência, que não é dos menores merecimentos do seu trabalho. Todavia não são esses nomes tão pouco conhecidos que eu me prive de os invocar também em meu favor, principalmente quando eles se exprimem de forma tão categórica e terminante, que contrasta com as frases ambíguas de outros, em que se procura base para a opinião contrária.

Os acontecimentos anteriores à viagem de Cabral podem esclarecer o fim único que se teve em vista com a expedição da nossa frota.

Eis o que se lê em Mariz:<sup>148</sup>

“Remunerados os grandes serviços do fortíssimo D. Vasco da Gama e seus companheiros com sinaladas mercês..., e informando el-rei D. Manuel bastantemente de quanta importância era o negócio da nova navegação, e rico comércio da especiaria, e do muito proveito que se poderia seguir se poderosamente se continuasse, mandou o felicíssimo rei em o ano centésimo do jubileu de 1500 uma formosa armada de treze naus grandes com todo o necessário assim para o comércio das coisas preciosas do Oriente, como também para o remédio das almas dos moradores dela...

---

148 Mariz. – *Diálogos de vária história*. Coimbra, 1594, pág. 186.

E por capitão Pedro Álvares Cabral... o qual partindo de Lisboa,... foi tal sua ventura que... depois uma espantosa tormenta,... descobriu a província do Brasil.”

A narração de Barros<sup>149</sup> está concebida em termos mais significativos. Refere este autor que com a chegada de Vasco da Gama o povo não se sentia de contentamento, alvoroçado com a vista do cravo, canela, aljôfar e pedrarias, e que o rei em tão alto grau se mostrou contente de ver o seu povo inclinado a esta conquista, que se resolveu a mandar outra frota sem demora “ainda que fosse mais segura a navegação no mês de março. Por isso, quando Gaspar de Lemos chegou a Lisboa, teve o rei e todo o reino muito prazer – em primeiro lugar –, por saber da boa viagem que a frota levava” – e quanto à terra, escrevia no seu contentamento ao rei de Espanha – “que era muito conveniente à navegação da Índia”.

“A qual terra (escreveu o historiador português) estavam os homens tão crentes em não haver alguma firme ocidental a toda a costa de África, que os mais dos pilotos afirmavam ser alguma grande ilha assim como as Terceiras, e as que se acharam por Cristóvão Colombo, que eram de Castela, e que os castelhanos comumente chamavam Antilhas.”

Damião de Góis escreve: “Aos 22 dias do mês de abril viram terra do que foram mui alegres, porque pelo rumo em que jazia viam não ser nenhuma das que até então eram descobertas.”<sup>150</sup>

Jerônimo Osório diz: “A 24 de abril descobriram os gageiros terra, de que todos conceberam incrível contentamento, não havendo nenhum dos nossos que tivesse a menor suspeita, de que lhes demorasse terra habitada de homens por semelhantes paragens. Nada menos mandou Pedro Álvares virar sobre a terra.”<sup>151</sup>

Há além destas uma outra autoridade, que não deverá ser omitida, nem a omite o autor da *Memória*, Caminha, que se lhe antolha estar

149 *Déc.* 1ª L. 5º, cap. 85.

150 *Crônica do felicíssimo rei D. Manuel.* Parte 1ª, cap. 55, fol. 51.

151 Bispo Osório – *Da vida e feitos d’el-Rei D. Manuel:* tradução de Francisco Manuel. Lisboa, 1804. Tom. 1. pág. 143.

de alguma forma no segredo dos desígnios de Cabral. – Caminha mesmo remata a sua carta com uma frase, da qual se conclui que de semelhantes desígnios, se acaso existiram, não era ele sabedor. Nessa carta Caminha aconselhando a seu rei, que mande catequizar os índios: “Têm bom corpo e bom rosto (diz ele), e Deus, *que aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa.*”

Caminha não teria por certo escrito essas palavras, não teria por tal forma apelado para a religião do rei, argumentando com os desígnios da providência, se a descoberta do Brasil tivesse sido intencional. O rei mesmo, se tal descobrimento houvesse entrado em suas vistas, se nas instruções que deu a Cabral alguma coisa houvesse que a isso se referisse, ter-lhe-ia podido responder. “Enganai-vos, meu Caminha: não foi Deus que vos levou, fui eu que vos mandei lá.” Mas não foi isto o que pensou o rei de Portugal ao receber a carta de Caminha, o do Mestre João e as de outros companheiros de Cabral; pois escrevendo de Santarém aos reis católicos em 29 de julho de 1501, e dando-lhes parte da viagem de Cabral, acrescenta mui significativamente: “Parece que Nosso Senhor quis milagrosamente que se achasse esta terra; porque é muito necessária e conveniente à navegação da Índia”. Frases de sentido tão óbvio, que Navarrete resumiu nestas palavras o seu conteúdo: “Carta d’el-Rei D. Manuel de Portugal e a *sus suegros los reys católicos – dandoles cuenta de esta jornada y casual descobrimento*”.

Ora, quando o próprio rei de Portugal reputou coisa de milagre o descobrimento do Brasil, não é muito que o autor da *História Filosófica* a atribua ao acaso, e que esta fosse a opinião dos seus coevos e sucessores. Eu por mim sinto-me também inclinado a atribuí-lo antes ao acaso do que a milagre acho que no acaso, isto é, em todo o fato ou acontecimento de alguma importância, que se dá contra a nossa previsão ou expectativa, intervém a providência: intervém por meio de leis que existem, embora as não conheçamos, de fenômenos embora ignorados. O acaso aqui foram as correntes do Atlântico.

Digo pois que Cabral veio ao Brasil por acaso; e que se ele teve indícios não foram outros senão os que na proximidade da terra a revelam aos navegantes, como a fumaça indica aos viajantes perdidos a vizinhança de habitações humanas.



Antes, porém, de entrar nessa demonstração, seja-me permitido rebater ainda alguns argumentos com que pretende o nosso digno consócio provar como Cabral teve intenção de descobrir o Brasil.

Diz-se: não foi sem desígnio que Pedro Álvares deu à sua viagem uma direção inteiramente nova da que levara Vasco da Gama. Observarei que tanto se não pode chamar inteiramente nova a direção que trouxe Pedro Álvares, que em Jerônimo Osório se lê vir ele seguindo a mesma esteira do seu antecessor<sup>152</sup> quando lhe sobreveio o mau tempo em Cabo Verde. Mas quando mesmo ele tinha voluntariamente tomado outro rumo, ainda assim, não se poderá concluir deste fato que houve da sua parte outro desígnio e propósito que não fosse o de facilitar a sua navegação: por isso escrevem outros que um dos capítulos do regimento que trazia o mandava afastar da costa de África<sup>153</sup> e de fato os mares e ventos reinantes em suas costas, que iam sendo melhor conhecidas, aconselhavam que se fizesse a viagem, como a fez Pedro Álvares, como se fica fazendo depois dele, e como se continuaria a fazer, ainda que não existisse Brasil.

O digno autor da *Memória*, para mostrar os diferentes cursos da derrota de Gama e Pedro Álvares, apela<sup>154</sup> para o mapa que Lafitau colocou na frente da sua obra: estou de acordo com ele na suposição de que o ilustre jesuíta, que tantos documentos teve à sua disposição para a feitura da sua *História das conquistas dos portugueses no novo mundo*, não as traçaria segundo as suas inspirações. E é por isso que, à vista desse mesmo mapa, espero demonstrar mais para a diante que, segundo é verossímil, Pedro Álvares não teria chegado ao Brasil, a não ser um erro na sua derrota, – erro que lhe sobreviveu, e continuou algum tempo depois dele; porque são constantes e permanentes as causas que o produziram.

---

152 *Da vida e feitos de d'el-Rei D. Manuel*. Ob. cit., T. 1, pág. 143. “Mas Pedro Álvares Cabral, que ia em derrota da Índia, seguindo a mesma esteira do Gama, veio à ilha de S. Iago, donde querendo passar avante tal tormenta se levantou etc.”

153 “Partiu Pedro Álvares... com regimento que se afastasse da costa de África, para encurtar a via”. *Tratado dos descobrimentos etc.* de Galvão pág. 35.

154 *Memória*, pág. 169.

Mas insistem<sup>155</sup>: “Vasco da Gama evitou as calmarias da costa de África, e não se amarou tanto para oeste, nem foi por isso arrebatado pelas correntes”. Sem dúvida que assim foi; mas, se evitou as calmarias, não evitou as tormentas; nem são aquelas o único perigo duma navegação pela costa de África<sup>156</sup>. Cabral fez-se ao largo, fugindo pela costa de África, para dar resguardo ao cabo e dobrá-lo com mais facilidade<sup>157</sup>, enquanto Gama afastara-se alguma coisa, mas muito menos do que seria preciso para poder contar com uma viagem segura, e não se amando tanto não corria o perigo de ser arrastado pelas correntes.

Admitido isto, fácil é de ver-se como a este respeito não devia ele achar-se nas mesmas condições em que esteve Pedro Álvares. Por que, de qual corrente se trata? Se é do *Gulfstream*, essa não podia influir na sua viagem, porque saindo do Golfo do México sobe até quarenta graus do norte, desce depois procurando a África, e daí bifurcando-se, corta de novo o Equador para perder-se outra vez no mesmo Golfo. Ainda que seja violenta, como só tem dez léguas de largura, e Gama a cortasse reta ou obliquamente, não podiam os seus navios experimentar senão pequeno descaimento, e isso não o induziria a grande erro. O vento alguma coisa favorável o punha fora desse perigo em três ou quatro horas, ou o erro seria emendado pelo segundo ramo da mesma corrente, que mais abaixo encontraria fazendo-se sentir em direção contrária à primeira.

155 *Memória*, pág. 142.

156 Exalta-se muito a coragem de Gama pelas dificuldades com que teve de lutar na sua viagem. “Correram para o sul, porfiados a montar o Cabo da Boa Esperança, porfia em que realçou muito o esforço do capitão Vasco da Gama; porque eram cruelíssimos os mares, frigidíssimos e contrários os ventos, as brumas e os temporais contínuos, sendo sempre naquelas partes em tempos certos muito bruto horríveis e muito para temer.” Osório. Trad. cit. pág. 69.

157 Ainda que os autores por via de regra só tratem das calmarias da costa de África, contudo acrescenta alguns deles a razão por que Pedro Álvares deveria fazer ao mar. *Ad vitandam Gineae malitiam, et superandum bonae fidei promontorium, longiore ambitu capto etc.* Maffei. Ob. cit. L. 2º pág. 31.

“...Por fugir da terra de Guiné, onde as calmarias lhe podiam impedir seu caminho, empegou-se muito no mar por lhe ficar seguro poder dobrar o Cabo da Boa Esperança”. Barros. *Década 1ª* L. 5, C. 85.

Se se trata de outras correntes, sabe-se que essas variam perto de terra: nas proximidades das costas todas as águas puxam para elas; nem é preciso que seja muito grande a proximidade, porque esse fenômeno, principalmente na costa de África, experimenta-se muitas léguas pelo mar dentro, e em distância de onde talvez se não poderia suspeitar a existência de terras, se os mareantes não tivessem conhecimento anterior delas.

Não tendo pois carregado tanto para oeste, Gama não pôde experimentar a força da corrente que arrastou Pedro Álvares. Se ponderarmos agora que um destes se entrega à força dela, enquanto o outro a cortava retamente ou com pequena obliquidade, havemos de concluir que o descaimento que se tornaria insignificante para os navios de Gama, era incalculável para os de Cabral, e mais ainda por se não contar com ele. Por isso não nos consta que Gama errasse na sua derrota, enquanto a de Cabral nos oferece um erro de cem léguas, pelo menos que ele não julgava ter andado. Cem léguas!... Eis a descoberta de Cabral. Quando ele se julgava a 600 e tantas léguas de Cabo Verde<sup>158</sup>, e quando, segundo Antônio Galvão, os seus companheiros lhe requeriam que tomasse outro caminho, encontram sinais de terra e logo no dia seguinte descobrem a própria terra<sup>159</sup>. Ora, se os companheiros de Cabral soubessem quanto se ia afastando de Cabo Verde, muitos dias antes teriam pedido a mudança de proas. Cabral mesmo o teria feito, e não encontrando indícios de terra, não teria chegado ao novo mundo.

Desenganemo-nos que não se tratava de Brasil, nem de terras situadas a oeste do antigo continente. Os historiadores portugueses nos revelam isto de uma maneira que não sofre nem dúvida, nem contradição. O que nos dizem eles? Cabral ia para a Índia<sup>160</sup>!

---

158 Direi mais abaixo o motivo por que desconfio que a estimação de Caminha da distância em que se achavam de Cabo Verde me parece não ter sido feita a bordo.

159 Galvão diz que tendo-se topado sinais de terra, foi Cabral em busca dela tantos dias, que os seus lhe requereram que deixasse aquela porfia. A narração de Caminha me pareceu mais digna de crédito. Os sinais só foram encontrados um dia antes que eles tivessem vista da terra.

160 Os historiadores são unânimes; mas para não acumular citações só duas apontaremos. “Fez-se uma frota para a Índia, de que ia por capitão-mor Pedro Álvares Cabral”. Gandavo, Cap. 1. pág.6.

Pois então é claro que se Cabral ia para a Índia não vinha para o Brasil.

Outras considerações se pode fazer que, se não resolvem, dão grande luz à questão que se ventila<sup>161</sup>.

Cabral vinha com treze naus, e nem Espanha nem Portugal mandaram nunca esse número de velas a fazer descobrimentos. Nenhum dos descobridores por parte de qualquer das duas coroas, nem mesmo Gonçalo Coelho, Américo Vespúcio, Cristóvão Jaques, ou Martim Afonso, em viagens de explorações, em que as perdas são mais freqüentes, maiores, e coisa com que mais se deve contar, não trouxe tal número de navios.

Ainda mais, as anteriores viagens à Índia tinham sido de explorações; a de Cabral era para um fim comercial. As suas naus conduziam mercadorias<sup>162</sup>, e não é em navios carregados de gêneros de comércio que se projetam descobrimentos.

Essa frota ia percebida em guerra<sup>163</sup>, porque os portugueses supunham que iam encontrar os reis do Oriente em armas. Quando pois se arriscassem vidas em número sobejo, – não se exporiam riquezas a serem escusadamente tragadas pelas ondas, em uma tentativa de descobertas.

Insisto ainda, se nas instruções de Cabral se tratasse, mesmo de passagem, ou da possibilidade que fosse de descobrimentos, quando estes se realizassem não creio que ele pudesse hesitar em ser o próprio portador e alvissareiro de uma notícia que em Portugal causou tanta sensação. Mas o que aconteceu? Descoberto o Brasil, e mal averiguado se

---

161 A maior parte das considerações que passo a fazer se acham consignadas no seguinte trecho de Maffeo. *Hist. Indic.* Florença, 1588. C. 2º pág. 30. *Et quoniam Gammae comitumque fama celebritasque et multiplex indicarum opum relatum in Lusitaniam specimen, omnium animos in rerum ingentium spem et ejusdem itineris cupiditatem erexerat; nequacquam ultra exploratoriis navigiis, verum justis jam classibus ea maria sibi suicanda constituit. Navibus tredecim, quae alvei magnitudine et hominum frequentia et onerum existimatione, haud exiguas lusitani regni opes et copias indicarent... etc”.*

162 Maff. Ob. e log. cit. *Diálogos de Mariz cit.* “...uma formosa armada de treze naus grandes, com todo o necessário assim para o comércio das coisas preciosas do Oriente, como também para o remédio das almas dos moradores dele”.

163 Maffei. Ob. e log. cit. “...poder de naus e de gente” Barros, *Déc.* 1, L. 5. “compunha-se de treze naus, levava soldados 1.500, ia artilhada e guerreira em sumo grau com as muitas peças e munições. Osório cit.

será continente ou se ilhas e quantas eram, o que deixava atrás de si, Cabral continua a sua derrota, dando àquele incidente da sua viagem a atenção que podia sem transtorno do serviço de que se achava incumbido. O seu fim era um ajuste de comércio com o Oriente; fez o ajuste e voltou; mas antes, não; porque a isso se opunha o seu regimento e as ordens que tinha: o mais que pôde fazer, foi despedir um navio que levasse a Portugal a notícia da terra nova.

Ainda mais, recebendo a notícia do descobrimento do Brasil, D. Manuel não se alegra senão por saber da boa viagem de suas naus<sup>164</sup>, que as mercadorias não tinham sofrido, que se tornava mais fácil a navegação. É muito conveniente e necessária à navegação da Índia, escrevia ele a respeito da terra do Brasil. – Ora se, como se supõe, ele tinha dados tão positivos da existência de terras situadas no mar ocidente; se as suas vistas tivessem sido de as descobrir e conquistar: essas descobertas teriam valor em si, independente das viagens e comércio do Oriente.

Além disto, logo depois da viagem de Cabral, faz D. Manuel todos os esforços para que Vespúcio o venha servir; e tomando mais calor no seu empenho depois de ter sido rejeitado o seu primeiro convite, mandou um mensageiro ao piloto florentino com recomendação de o trazer por todos os modos<sup>165</sup>. Se pôde dispensar antes os seus serviços e só depois é que o não pôde, não revelará isto que antes da viagem de Cabral, o rei de Portugal não antevia a probabilidade do descobrimento naqueles mares sulcados pelos marujos da escola espanhola a um dos quais pretendia atrair ao seu serviço?

Por fim o que no meu conceito prova mais do que tudo a casualidade do descobrimento do Brasil, é o argumento moral que se deduz de não transluzir dos escritos de nenhum dos companheiros de Cabral a satisfação íntima de haverem conscienciosamente conseguido um resultado, acertando um objeto de tanta ponderação: não reivindicam para si

---

164 Pedrálvares *vendo que por razão de sua viagem outra coisa não podia fazer*, dali expediu um navio, capitão Gaspar de Lemos, com novas para o rei D. Manuel do que tinha descoberto: o qual navio com sua chegada deu muito prazer ao rei e a todo o reino, assim por saber da *boa viagem que a frota levava*, como pela terra que descobrira. Barros *Déc.* 1, L. 5, cap. 88”.

165 Cartas de Vespúcio. *Notícias para a Hist. e Geogr. etc.* T. 2, pág. 141.

nem para os seus a glória de tão belo achado; pois que se não ensoberbecem de o haverem feito de consciência. Cabral e a sua gente alegra-se sem dúvida pelo seu descobrimento; porém mais ainda porque essas terras não pertenciam aos domínios de Espanha visitados por Colombo. E de feito, se foi o acaso o que lhes deu o Brasil, grande felicidade foi que ele devesse legitimamente pertencer-lhes.

A derrota de Cabral não foi devida a propósito; era a consequência necessária do melhor conhecimento dos ventos e mares de África, e de melhoramentos nos roteiros introduzidos pela experiência.

Senão, vejamos.

Todas as circunstâncias são contrárias desde o começo até o fim para os que na costa de África navegam na proximidade de terra, seguindo a direção do sul. Há escolhos, baixos, correntes impetuosas sucedem-se rápida e bruscamente as vicissitudes do bom e do mau tempo, de forma que parece não haver meio-termo entre as calmarias podres e as tempestades violentas.

Além destas, convém atender a outras circunstâncias. Em Marrocos, o vento que é regularmente noroeste impele o navio para a costa, e o impede de ganhar Cabo Verde.

No golfo de Guiné varia o vento: sopra o sudoeste, que arrasta o navio para a terra, – ou então o sul, em sentido inteiramente contrário aos que vão costa a costa, procurando dobrar o cabo da Boa Esperança, que também lhes fica ao sul.

Em Angola varia de novo; o vento oeste, que é o dominante, impele o navio para uma costa semeada de escolhos.

Temos enfim o cabo da Boa Esperança, que os portugueses chamaram das Tormentas pelas dificuldades que tinham em dobrá-lo.

Estes inconvenientes da navegação da costa de África foram logo experimentados pelos portugueses. Vasco da Gama se fez ao mar, fugindo da costa, e conseguiu voltá-lo, ainda que com grande trabalho; Cabral julgava ter andado 650 léguas nesse sentido, em 1503, segundo João Empoli, Afonso de Albuquerque, chegando a Cabo Verde, consultou seus pilotos sobre o melhor rumo que deveriam seguir para ganhar o cabo da Boa Es-

perança, e resolveram que se engolfassem de 700 a 800 léguas<sup>166</sup>, e não parece que fosse a sua intenção chegar ao Brasil. Avistaram-no e tê-lo-iam avistado, ainda que Cabral não o houvesse descoberto. Em 1505 já era esse o costume; porque a prática assim o tinha estabelecido. Por isso acho profunda a observação de Robertson, e dos que após ele o repetiram, que entrava nas vias da providência a descoberta da América no século XVI<sup>167</sup>. Não julgo que com isto se pretenda avançar que, se não fosse Colombo, Cabral teria descoberto a América: não, isto no meu entender significa que as especiarias da Índia, e por amor delas, o cabo da Boa Esperança, teria aqui trazido os navegantes da Europa, quando as correntes do Atlântico não tivessem apressado esse resultado.

De que acabamos de expor concluímos que é perigosa, senão possível, a navegação rente ou pouco afastada da costa de África, procurando dobrar o cabo da Boa Esperança. Vejamos agora como Cabral pôde ser arrastado para o Brasil, sem que ele o soubesse, sem que talvez o suspeitasse.

Quando Colombo penetrou no Atlântico, um dos fenômenos que feriram o espírito daquele homem eminentemente observador, foi a corrente deste mar. *Las aguas van como los cielos*, disse ele poeticamente – isto é – as águas marcham como os céus, como as estrelas, como o sol na direção do nascente para o acaso. Vê-se pois que ele não falava do *Gulfstream* nem a essa que eu quero atribuir influência alguma na derrota de Cabral.

Este fato é sabido e provado, e eu o leio no *Roteiro das Antilhas* modernamente publicado<sup>168</sup>. Geralmente se observa que as embarcações,

---

166 “Partimos de Lisboa no dia 6 de abril de 1503, na armada do capitão-mor Afonso de Albuquerque... principiamos a navegar direitos a Cabo Verde, do qual houvermos vista, tomou o capitão conselho com os seus pilotos sobre o melhor rumo que se devia seguir para ser melhor a navegação até ganhar o cabo da Boa Esperança; porque o caminho que de ordinário se fazia era ao longo da costa de Guiné da Etiópia, na qual há muitas correntes, cachopos e baixos, e fica além disso sotoposta à equinocial, acalmando por esta causa muitas vezes o vento: para fugirmos pois dela deliberamos engolfar-nos de 750 a 800 léguas: e navegando nesta volta obra de 28 dias, em uma tarde avistamos a terra.” Viagem às Índias Orientais por João de Empoli. *Notícias para a História e Geogr.*, etc. T. 2. pág. 219.

167 Robertson, *History of America*.

168 *Derrotero de las islas Antillas*. Madri, 1849.

que navegam para o ocaso no Atlântico ou Pacífico se adiantam não pequeno número de léguas sobre a estimativa; e esse número cresce e progride ao passo que se prolonga e dilata a navegação. Da Europa às Antilhas, hoje, com instrumentos náuticos mais perfeitos do que havia naquele tempo, – com mais perfeito conhecimento desses fenômenos – da Europa às Antilhas (digo) adiantam-se os navios de quatro a seis graus; e nas viagens das costas ocidentais da América para as Filipinas, o avanço é de quinze e vinte graus. Conclui-se daqui que há entre os trópicos uma grande corrente, que os homens da ciência distinguem com o nome decorrente equinocial<sup>169</sup>, que corre do oriente para o ocidente, de quatro léguas por dia, ou talvez de mais; porque quatro léguas é a correção, que ainda modernamente se aconselha que se faça.

Explicando-se estes fenômenos pela regularidade do vento, vem a explicação a converter-se em uma nova causa, que terá influído para a descoberta do Brasil. Observa-se este fenômeno nas costas orientais da América, e nestas costas o vento reinante é leste ou variações de leste, que ficam numa zona compreendida entre trinta graus de latitude setentrional e trinta graus de meridional. Quase toda a oeste de África fica compreendida nestas latitudes (entre três graus norte e trinta e cinco graus sul); e em toda esta zona reina o vento leste chamado também os ventos alisados.

Cabral pois, tendo de dobrar o cabo da Boa Esperança, e sabendo, como a experiência já o havia mostrado, que era difícil e perigosa a viagem navegando próximo de terra, considerou que era de vantagem compensar com a maior velocidade o maior espaço, que teria de percorrer, se fizesse muito ao mar. Ainda mais; porém esse mais andava-o em menos tempo: deste modo se explica o dizer de Galvão, que Cabral se afastava da costa de África – para encurtar o caminho. Assim começou com o bordo na volta do mar, na frase dos navegantes, e antes que tivesse dobrado na volta de terra, do que já se tratava, descobriram sinais dela.

Cabral portanto, desde que viu que eram baldadas as suas diligências para encontrar o navio que se tinha desgarrado da sua conserva, tomou o rumo que conservou durante todo o seguimento da sua viagem:

---

169 ...Fleuve equatorial qui va de l'Est à Ouest et se brise contre la côte opposée. Humboldt. *Cosmos*. T. 2, cap. 6, pág. 239, ed. cit.



é isso freqüente nos que navegam entre a Europa e o Brasil, e depois não leio em parte alguma que ele tivesse mudado de proa. Caminha diz<sup>170</sup>: “Seguimos o nosso rumo” – e logo depois acrescenta: – “a 21 de abril topamos alguns sinais de terra.” Ora, sendo o rumo de sudoeste aproximadamente o que vem de Cabo Verde a Porto Seguro, as expressões de Caminha são em todos os sentidos equivalentes às de João de Empoli, que já citamos, as quais dizem... “e indo nós *nesta volta* obra de vinte e oito dias, em uma tarde avistamos a terra”.

O ilustre autor da *Memória* quis também argumentar com a frase de Caminha: “*Seguimos o nosso rumo*.”<sup>171</sup> A ela poderia eu opor a asserção de Antônio Galvão, de que Cabral “tinha perdido a derrota e vinha fora dela, quando descobriu o Brasil”: e as palavras de Maffei: “*In teluris conspectu ventis feruntur*”. No entanto não o farei porque Caminha tem razão no que diz. A derrota de Cabral era para a Índia; o seu rumo deveria ser aquele, ainda que não existisse o Brasil. O dizer de Jerônimo Osório – que Cabral pusera a proa no ocidente, carece de exatidão; porque essa proa o traria de Cabo Verde às Antilhas, e não a mais de trinta graus afastados delas para o sul.

Resta-me agora demonstrar como Cabral veio ao Brasil arrastado pelas correntes sem o saber. Em calmaria poderia ele ter visto a corrente equatorial, e calcular aproximadamente a sua força; mas foi felicidade sua ter ele constantemente vento favorável até chegar ao Brasil: o mesmo vento que lhe foi contrário quando dobrou na volta de África. Nestas circunstâncias, e julgando da marcha do navio pelo vento, não via, nem podia calcular com a força da corrente, que o ia arrastando no mesmo sentido, a ponto de não saberem a que distância se achavam de Cabo Verde e de haver dúvida acerca da altura que tinham. Este porventura será o verdadeiro sentido das expressões de Antônio Galvão, quando diz que: “Cabral tinha perdido o rumo!” E noto que Antônio Galvão, tratando especialmente dos descobrimentos dos portugueses, é neste caso mais digno de crédito do que os historiadores como Góis e Osório, que, tratando por incidente

---

170 *Notícias para a Hist. e Geogr. das Nac. Ultr.* Tr. 4, pág. 179.

171 *Memória*, pág. 65.

deste ponto, não se cansam em meditar a força das expressões de que se servem.

Contudo não é absoluta a preferência que dou a Galvão; porque, no meu conceito, a primeira relação da viagem de Cabral, a mais exata, que combina, explica e resume as divergências, que se notam nos historiadores, é a de Gandavo. Em favor de ter sido como copiado por Barros, tal é a conformidade entre ambos, seja-me permitido reproduzi-lo nesta parte<sup>172</sup>.

“Reinando aquele muito católico e sereníssimo príncipe el-Rei D. Manuel, fez-se uma frota para a Índia, de que ia por capitão-mor Pedro Álvares Cabral, que foi a segunda navegação que fizeram os portugueses àquelas partes do Oriente. A qual partiu da cidade de Lisboa a 9 de março do ano de 1500. E sendo já entre as ilhas de Cabo Verde (as quais iam demandar para fazer aí aguada), deu-lhes um temporal, que foi causa de as não poderem tomar, e de se apartarem alguns navios da companhia. E depois de haver bonança, junta outra vez a frota empregaram-se ao mar, assim por fugirem das calmarias de Guiné, que lhes podiam estorvar sua viagem, como por lhes ficar largo poderem dobrar o cabo da Boa Esperança. E havendo já um mês que iam naquela volta, navegando com vento próspero foram dar na costa desta província, ao longo da qual cortaram todo aquele dia, parecendo a todos que era alguma grande ilha que ali estavam, sem haver piloto, nem outra pessoa alguma que tivesse notícia dela, nem que presumisse que podia estar em terra firme para aquela parte ocidental. E no lugar que lhes pareceu dela mais acomodado, surgiram naquela tarde... Estando assim surtos nesta parte que digo, saltou aquela noite com eles tanto tempo, que lhes foi forçado levarem as âncoras, e com aquele vento que lhes era largo por aquele rumo, foram correndo a costa até chegarem a um porto de limpo e bom surgidouro, onde entraram: ao qual puseram então este nome, que hoje em dia tem nome de Porto Seguro, por lhes dar colheita, e os assegurar do perigo da tempestade que levavam.”

Deixando, porém, de parte o primitivo historiador do Brasil, entro na demonstração que me propus fazer.

---

172 *História da província de Santa Cruz* por Pero Magalhães de Gandavo. C. 1, p. 6.

No dia 22 de março estava Cabral em Cabo Verde, a 21 de abril topou sinais de terra, que avistou logo no dia seguinte. Os pilotos diziam que estavam a seiscentas e sessenta ou seiscentas e setenta léguas de Cabo Verde.

Impressiona-me o dizer de Caminha, quando, tratando da distância a que se supunham de Cabo Verde, não a indica simplesmente, como fazem os viajantes quando confiam nos pilotos, com os quais navegam. Pelo contrário, Caminha como que procura ressaltar-se com o seu parêntesis “segundo os pilotos diziam”.

Logo, ou ele duvidava do que os pilotos diziam, ou os pilotos discordavam entre si.

Barros referiu-se à terra do Brasil e a Cabral nestas palavras: “A qual, segundo a estimação dos pilotos, lhe pareceu que podia distar para aloeste da costa de Guiné 450 léguas, – e em altura do pólo antártico da parte do sul dez graus.<sup>173</sup>”

Julgar-se-á, pois, que a conclusão que acima tiramos não carece de sólidos fundamentos, principalmente se atendermos a que o método de navegação daquela época era imperfeitíssimo, bem que à primeira vista nos possa parecer o contrário. Os romanos tinham descoberto o meio de viajar, sabendo as horas que na viagem gastavam, e o espaço que percorriam. Segundo todas as probabilidades era esta invenção um objeto de luxo, que usavam trazer dentro das liteiras, e também aplicavam aos navios para conhecer a sua marcha; mas ignora-se se foi geral esse uso na navegação.

No tempo de Cabral não havia isso. A barquinha, que é um meio bem imperfeito de se conhecer no mar a distância percorrida não era usada então. Humboldt, depois de profundas pesquisas, achou, segundo os dados da história, que ela fora usada primeiramente por Ma-

---

173 Não creio que Barros tenha confundido com Guiné as costas de Marrocos e da Senegâmbia. Ainda assim, tomados dois pontos salientes na costa de África e Brasil, o cabo da Boa Esperança a Olinda, a distância é de 27° e 4' ou de 541 léguas e uma milha.

Guiné propriamente dito começa do cabo das Palmas para o sul; e a distância de dez graus sul no Brasil ao ponto correspondente na África (que parece ser como Barros calcula) é de 45 graus pouco mais ou menos.

galhães, – um quarto de século depois de Cabral. Julgava-se a olho que era como se fazia o cálculo por estimativa: via-se a carreira do navio, e dizia-se: “anda tantas milhas”: era essa a prática e a teoria, – a rotina e a ciência; pois que nas obras de pilotagem daquele tempo, – no *Roteiro de Céspedes* por exemplo, que data de 1500, acham-se estabelecidas as regras de como podem e devem os pilotos julgar a olho da carreira do navio.

Ora, que o navegante português não sabia a quantas andava, servirá de irrefragável testemunho a carta do físico e cirurgião que o acompanhava, – pessoa que, segundo de sua carta se colige, tinha orgulho de ser entendido na matéria. Eram dois os meios pelos quais se reconhecia a situação de um navio no mar alto: os cálculos do astrolábio, e as conjeturas feitas sobre a marcha do navio em determinado sentido. Para o astrolábio tinham eles a invenção de Behain, invenção que era ainda de fresca data; e para o avanço do navio, – umas tábuas da Índia, mais modernas ainda que o astrolábio. Um e outro destes processos que mutuamente se auxiliariam, longe de serem úteis aos pilotos de Cabral, eram motivos de divergências entre eles, ou porque fossem realmente imperfeitos, ou por não saberem bem-usar deles.

O Mestre João, por exemplo, desculpa-se com o rei, dizendo que era o seu navio muito pequeno, e vinha além disso muito carregado; que ele próprio sofria algum incômodo, e depois acrescenta, como atribuindo em parte o fato a estas causas – “que o mar se não poderia observar a altura de qualquer estrela; porque, por pouco que o navio jogasse, errava-se de quatro a cinco graus; e que assim esse trabalho só se podia fazer em terra”. Em terra mesmo, feitas as suas observações, achou-se ele em Porto Seguro aos 17 graus sul; os pilotos, porém, a dez; e todos (Pedro Escobar, entre eles) discordavam em 150 léguas, uns para mais e outros para menos; diferiam pois os extremos em 300 léguas!

Permita-me uma consideração antes de passar adiante. A distância para oeste de Porto Seguro ao ponto correspondente na costa de África é de mais de quarenta graus: no entanto Barros, em um trecho que deixei citado, diz que, segundo os pilotos de Cabral, a costa de Guiné distava 450 léguas para oeste da terra por eles descoberta. Este espaço acrescentando com as 300 léguas dos extremos de que falava o mesmo João, dá 750 lé-

guas, que é aproximadamente o termo médio do número de léguas precisas para encher 40 graus (de 18 ou 20 cada grau). O erro pois de Cabral estaria em mais de 300 léguas no sentido de oeste.

Volto ao assunto de que me vinha ocupando – do processo da navegação no tempo de Cabral.

Se, como levo dito, o astrolábio, mesmo em terra, e fazendo-se as observações com toda a comodidade e descanso, não era instrumento que servisse para resolver todas as dúvidas, – as tábuas da Índia eram mais imperfeitas ainda, e mais sujeitas a erro. Por isso o físico escrevia que o rei se riria delas com mais razão ou vontade, se soubesse como todos desconcertavam com elas; e mais, era isso em mares conhecidos como de Lisboa às Canárias, e das Canárias a Cabo Verde! Nem por elas julgavam do espaço percorrido, mas pelo contrário marcavam nelas quantidade de caminho, que lhes parecia ter feito.

Falhando os cálculos dos pilotos de Lisboa até Cabo Verde, não se pode razoavelmente admitir que eles tenham daí por diante navegado acordes e conscienciosamente, quando haviam causas que desculpavam, assim como ocasionavam o erro. Por isso pôs Caminha aquela ressalva “segundo os pilotos diziam”; por isso Galvão assevera que eles tinham perdido a derrota, o que é bem presumível.

Vimos já como Cabral topou a 21 de abril sinais de terra, que avisou no dia 22. Quer-me parecer que o número de léguas, que eles supunham ter andado desde Cabo Verde foi determinado em terra, como foi em terra que tratou de averiguar a que altura se achavam; mas deixo de parte esta circunstância.

Do dia 21 a 22 não podia navegar com muita afoiteza por estarem com sinais de terra, e precisarem de ir a todos os momentos lançando a sonda, sendo até de supor, e eu o creio, que amainassem de noite. De Cabo Verde a Porto Seguro a distância em linha reta é de cerca de 40 graus ou de 800 léguas de 20 ao grau. Depois de descoberto o Brasil, Afonso de Albuquerque, como já dissemos, determinou engolfar-se de 750 a 800 léguas na volta do mar. Cabral portanto, teve um engano de obra de 150 léguas no rumo de sudoeste. Não seriam estas as 150 léguas de que fala o físico-mor, por cujo motivo discordava da opinião de Pedro Escobar?

Cento e cinquenta léguas naquela direção correspondem a 80 ou 100 léguas mais para o ocaso, do que ele se julgava achar; e estas 100 ou 80 léguas equivalem a quatro ou cinco graus de diferença para oeste ou de 15 a 20 no cronômetro com que qualquer marinheiro de hoje se não equivocaria facilmente. Mas não seriam estes quatro ou cinco graus que errava o Mestre João quando com o astrolábio tomava a altura das estrelas, as quais por esta causa lhe pareciam não poderem ser observadas do mar?

Examinemos o mapa de Lafitau.

Se este escritor, como presume o autor da *Memória*, e eu estou disposto a crer, não delineou o mapa, que se vê na frente da sua obra *Dos Descobrimentos dos Portugueses*, segundo as suas inspirações; se pelo contrário foi traçado à vista de documentos valiosos, – desse mesmo mapa tiro eu a mais eloqüente de todas as provas em como Cabral errou a sua derrota; sendo esse erro a causa do seu descobrimento.

Neste mapa está Porto Seguro entre 15 e 16 graus ao sul, e não aos 17, como queria Mestre João, e como se acha no *Atlas* de Vaugondy. É pequena a diferença, mas outras há mais importantes, e um simples lançar de olhos revela: é a proximidade em que se acham as ilhas de Cabo Verde e a América meridional, erro que se reproduz em João de Barros, que dá 450 léguas para a distância entre a terra descoberta por Cabral e a costa de Guiné. Em Lafitau a distância para oeste entre S. Nicolau em Cabo Verde e Porto Seguro é de 13 graus contados no Equador; no mapa-múndi construído sobre a projeção de Mercator, assim como no de Vaugondy, essa mesma distância é de 17 graus. Esta diferença de quatro graus não é ainda a mesma que o físico Mestre João designava com erro nas observações do astrolábio?

Por fim – vemos no mapa-múndi de Bruet que a distância em linha reta, entre Porto Seguro e a ilha de S. Nicolau é de 45 graus; enquanto no de Lafitau a distância é de 37 graus da ilha de S. Nicolau, e 35 da de S. Tiago.

Como aconteceu, porém, que Pedro Álvares errasse tão crassamente? Já dissemos que então se julgava a olho do caminho que se andava no mar. O erro não seria considerável em mares conhecidos, porque os que têm navegado sabem que os homens práticos do mar raras vezes se

enganam, olhando para a carreira do navio. Por via de regra, a barquinha os não desmente; mas a barquinha é um instrumento impecitíssimo, que facilmente induz a erro, quando há correntes em sentido contrário ou favorável ao vento, porque fica sempre aquém ou vai além da verdade. Por outro lado a vista equivoca-se também com as correntes, porque as mesmas causas que atuam sobre a barquinha, falseando os seus resultados, obram de igual modo sobre a vista.

Cabral pois, que trouxe vento fresco até ao Brasil, e julgando a olho das sangraduras do caminho, devia equivocar-se, principalmente no Atlântico, porque mesmo com o uso da barquinha e com instrumentos mais simples e perfeitos, os roteiros modernos aconselham que, navegando-se nele para oeste, se acrescente a estimativa quatro léguas por dia<sup>174</sup>. Note-se mais, que esta quantidade longe de ser constante se aumenta com as distâncias percorridas. Mas suponhamos que não há aumento progressivo, e que basta acrescentar-se quatro léguas diárias à estimativa. – Cabral saiu de Cabo Verde a 22 de março, – viu sinais de terra a 21 de abril, – o espaço é de 30 dias; – o acréscimo que se teria a fazer seria portanto de 120 léguas pelo menos. Os seus pilotos julgavam ter andado 660 ou 670 léguas, com mais esta 120, que eles não contavam, teriam 780 a 790 léguas de Cabo Verde a Porto Seguro. Estariam assim alguma coisa próximos da verdade, se não tivessem igualmente errado na determinação da longitude: a 450 léguas da costa de Guiné.

Creio pois que Cabral não teria chegado ao Brasil se soubesse quanto consideravelmente ia descaindo para oeste. Os seus pilotos que lhe requereram a mudança de proa tê-lo-iam feito antes, e nenhuma razão há para que Cabral não acedesse às suas instâncias, não havendo ainda encontrado sinais de terra, – sinais que por certo não toparia a não se ter engolfado tanto, e tão próximo do Brasil, que um dia depois o avistaram. Estes sinais foram sargaço e algumas aves.<sup>175</sup>

---

174 *Derroters de las islas Antillas*. 1849.

175 Carta de Caminha “sinais de terra... os quias eram muita quantidade de ervas compridas a que os mareantes chamam botelho, e assim outras a que também chamam rabo de asno... na quarta-feira seguinte pela manhã topamos aves, e neste dia a hora da vésperas houvemos vista de terra”. *Notícias para a Hist. e Geogr.* etc. T. 4, pág. 179.

Tenho até aqui procurado sustentar a minha opinião; mas quanto à *Memória* em si, devo observar mais esta vez, e para concluir, que acerca desta matéria nenhuma autoridade portuguesa se pode invocar, que não esteja nela fielmente reproduzida ou citada. O autor não as oculta, não disfarça os seus argumentos; apresenta-os, e combate-os de frente. Com séria meditação, com aturado estudo, aproveitando-se habilmente de todas as circunstâncias, de todas as frases, e até de todas as expressões, que faziam ao seu propósito; combinando engenhosamente os historiadores, e disfarçando completamente, à força de talento, a fraqueza, que tal me parece, da sua causa, conseguiu fazer um trabalho erudito, agradável e fácil; – e, direi mais, se não pôs inteiramente fora de dúvida, ao menos quanto a mim, a opinião que merecendo-lhe tantos esforços, é mais uma prova do seu belo engenho – é talvez pela regra sabida – de que nem sempre a verdade está nas condições da verossimilhança.

Sala das Sessões do Instituto Histórico, 12 de maio de 1854. –

A. GONÇALVES DIAS.





.....  
*Índice onomástico*

**A**

ABBEVILLE, Claude d' – 49  
AFONSO – ver SANCHES, Afonso  
AFONSO VI, (D.) – 29, 38  
ALBUFEDA (geógrafo) – 129  
ALBUQUERQUE, Afonso de – 139, 146  
ALEXANDE – ver ALEXANDRE  
MAGNO  
ALEXANDRE VI (papa) – 110, 120  
ALEXANDRE MAGNO – 59, 62, 63  
ÁLVARES, Pedro (capitão) – ver CABRAL, Pedro Álvares  
ANGHIERRI – 77  
ANTÍOPE – 58  
ANTÔNIO JOSÉ – 43  
APOLÔNIO – 54, 55, 56, 61  
AQUAVIVA – 45  
AQUILES – 62  
ARISTIDES – 18  
ATABALIPA – 84  
ATLANTE, Japeto – 66  
AUGUSTO – 53  
AÚNIO – 66  
AZARA – 103

**B**

BAKONY (geógrafo) – 113  
BALBOA – 117  
BANDARRA – 44  
BARAZE, Cipriano (padre) – 87  
BARROS, André de – 37  
BARROS – ver BARROS, João de (historiador)  
BARROS, João de (historiador) – 39, 118, 122, 132, 143, 145, 147

BEHAIN, Martinho – 114, 127, 129, 145  
BEMBO (cardeal) – 74, 84  
BERREDO, Bernardo Pereira de – 23, 25, 29, 41, 90  
BIJARNE – 110  
BISAGUDO, Pero Vaz – 124, 125, 129  
BOCCACCIO – 113  
BOHEMIO – ver BERAIN, Martinho  
BÓRGIA (cardeal) – ALEXANDRE VI (papa)  
BOSSUET – 43  
BRUET – 147  
BUFFON – 69, 70

**C**

CABRAL, Pedro Álvares – 28, 104, 107, 108, 109, 119, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148  
CAMINHA [Pero Vaz de] – 132, 133, 142, 144, 146  
CANSECO – 59, 60, 61, 62, 63  
CARLI – 76, 97  
CARLOS V (imperador) – 75, 79  
CARVAJAL, Gaspar de (frei) – 81  
CHATEAUBRIAND – 25  
COELHO, Gonçalo – 137  
COIMBRA (duque de) – ver PEDRO, (D.)  
COLOMBO – ver COLOMBO, Cristóvão  
COLOMBO, Bartolomeu (irmão de Cristóvão Colombo) – 110

COLOMBO, Cristóvão – 49, 74, 77, 78, 83, 87, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 139, 140

CORTE-REAL, Gaspar – 125, 126

CROCUS (rei) – 67

CTESIAS – 57

CUNHA, Cristóvão da (padre) – 73, 74, 75, 76, 77, 89, 90, 100

CÚRSIO, Quinto – 62

### D

DALISCA – 57

d'AILLY, Pedro (bispo) – ver d'AILLY, Pedro (cardeal)

d'AILLY, Pedro (cardeal) – 110, 129

d'ARCEL (químico) – 69

DENIS, Ferdinand – 103

d'EVREUX (padre) – ver EVREUX, Ives de (padre)

DIAS, Bartolomeu – 125

d'ORBIGNY – 95

DIODORO SÍCULO – 89, 97

DIONÍSIO – 66

### E

EDRISI – 116

EMPOLI, João – 139, 142

ENÉIAS, Sílvio (historiador) – 56

ERICO – 110

ESCOBAR, Pedro – 145, 146

ESCOLOPITO (príncipe) – 57

ESDRAS (profeta) – 129

ESTRABÃO – 60, 76

EVREUX, Ives d' (padre) – 63, 103

### F

FEIJÓ – 76

FERNANDO (D.) – 125

FICHTE – 17

FILINTO ELÍSIO – 25, 43

FILIPES (os) – 26

FRÁ MAURO – 114

FRANKLIN (Dr.) – 127

FREIRE, Brito – 88

### G

GAIOSO – 127

GALILEU – 43

GALVÃO, Antônio – 125, 126, 136, 141, 142, 143, 146

GAMA, Vasco da (D.) – 54, 117, 131, 132, 134, 135, 136, 139

GANDAVO – 143

GARÇÃO – 43

G. DIAS – ver GONÇALVES DIAS

GERALDINI – 77

GILI (padre) – 91, 95, 96, 103

GÓIS – ver GÓIS, Damião de

GOMARA (escritor) – 79, 80, 83

GONÇALVES DIAS, A. – 19, 42, 45, 50, 149

GUZMÁN, Nuno de – 75

GUYON (abade) – 53

### H

HAKLUYT – 74

HENRIQUE V (rei) – 110

HENRIQUES, Antônio – 11

HÉRCULES – 58, 61, 67

HERÓDOTO – 57, 65, 67

HERRERA (escritor) – 79, 80, 81, 82

HERJULFS – 110

HIARBAS (rei) – 67

HIPÓLITA – 58

HIPÓCRATES – 63, 64, 65, 99

HIPSIPILA – 54

HIRCHER, Atanásio (padre) – 56

HOMERO – 25, 61

HORÁCIO – 53, 62

HUMBOLDT – 53, 63, 69, 70, 71, 72,  
73, 77, 84, 91, 94, 95, 96, 103, 104,  
111, 112, 114, 115, 117, 128

### I

ILINOS (príncipe) – 57

IRVING, W. – 78

ISABEL (rainha) – 84

### J

JACQUES, Cristóvão – 137

JOÃO II (D.) – 118, 120, 121, 122, 123

JOÃO III (D.) – 127

JOSÉ (mestre) – 119, 123, 124, 125,  
133, 145, 147

JOSÉ MANUEL – 94

JUSTINO (historiador) – 56, 57, 59, 60,  
61, 62, 66, 76, 89

### K

KANT – 17

KRAUTZ, Alberto – 68

### L

LA CONDAMINE – 53, 71, 76, 89, 90,  
91, 92, 93, 94, 95, 96

LAFITAU – 126, 134, 147

LAMPEDA (rainha) – 58

LAS CASAS, Bartolomeu – 49, 112, 114

LEHIAJA, Ben – 56

LEIF – 110

LE MOS, Gaspar de – 132

LÉRY – 49, 82, 104

LIBISSA – 67

LICURGOS – 49

### M

MAFFEI – 142

MAGALHÃES – 117, 127, 144

MANUEL, (D.) – 125, 131, 133, 138,  
143

MARCO POLO – 115, 119, 130

MARIZ – 131

MARPEZIA (rainha) – 58

MARTIM AFONSO – 137

MARTÍNEZ, João – 85

MARTIUS – 17

MARTYR, Pedro – 74, 77

MASONDI (geógrafo) – 116

MENALIPPE – 58

MERCURIALI, Jerônimo – 63, 64

MINITIA (rainha) – 59

MIRINA (rainha) – 66, 67

MOISÉS – 56, 57

MOLIÈRE – 43

MONTESQUIEU – 76

### N

NAPOLEÃO – 53

NAVARRETE – 114, 130, 133

NEWIED, Maximiliano – 103

### O

OMALIUS – 69

ORDAS, Diego de – 84, 85

ORELLANA – 73, 77, 78, 79, 80, 82,  
83, 87, 88, 89, 90, 91, 96, 97, 106

ORÍTIA – 58, 59, 73, 76

ORONTIUS (geógrafo) – 118

ORTIZ, D. Diogo (bispo) – 118

OSÓRIO, Jerônimo – 132, 134, 142

OVIEDO – 74, 76, 77, 84, 90, 111

### P

PALAS – 66

PALEFATOS – 65

PANAXÁGORAS – 59  
 PAUSÂNIAS – 62  
 PAWS – 98  
 PEDRO (D.) – 125  
 PENTESILEIA – 59, 60, 61, 62, 73  
 PERO VAZ – ver BISAGUDO, Pero Vaz  
 PETIT, Pedro – 53  
 PINZÓN, Martín Alonzo – 112, 113  
 PIO II (papa) – 67  
 PIZARRO, Gonzalo – 73, 76, 78, 80, 84  
 PLATÃO – 25, 62, 63  
 PLÍNIO – 72  
 POMPEU, Trogono – 57  
 PRÍAMO – 60

### R

RALEIGH, W. – 77, 84, 85, 86, 90, 91  
 RESENDE – ver RESENDE, André de  
 RIBERA, Hernando – 52, 74, 86  
 RIBEIRO (escritor) – ver SANTOS, An-  
 tônio Ribeiro dos  
 ROBERTSON – 78  
 RODRIGO (mestre) – 119  
 RODRIGUES, Manuel (padre) – 79, 80,  
 83, 106

### S

SAGILO – 59  
 SAHUGUN, Bernardo de (monge) – 72  
 SAID, Ibn (geógrafo) – 116  
 SAMPAIO (desembargador) – 76  
 SANCHES – ver SANCHES, Afonso  
 SANCHES, Afonso – 111, 113, 118  
 SANTOS, Antônio Ribeiro dos – 90, 94,  
 125  
 SCHELLING – 17  
 SCHILLER – 25  
 SCHMIDT, Ulrich – 86, 87  
 SEABRA (desembargador) – 48  
 SEYFRIED – 70

SÍCULO – Ver DIODORO SÍCULO  
 SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e –  
 107  
 SILVIUS, Aeneas – 68  
 STADEN, Hans – 49

### T

TÁCITO – 25  
 TALESTRIS (rainha) – 59, 61, 62  
 TASSO – 56  
 TEIXEIRA, Pedro – 89  
 TEOFRASTO – 72  
 TEOPOMPO (historiador) – 56, 57  
 TERTULIANO – 64  
 TESEU – 58, 61  
 TITO LÍVIO – 25, 118  
 TOSCANELLI, Paulo – 112, 113, 114,  
 127, 128, 129, 130

### V

VALASCA – 67, 68  
 VARNHAGEN – 125  
 VASCONCELOS, Simão de (padre) –  
 11, 32, 39, 48, 49  
 VAUGONDY – 147  
 VEGA (escritor) – 79, 80  
 VESPÚCIO, Américo – 49, 123, 137,  
 138  
 VICO – 43  
 VIDAL, André – 37  
 VIEIRA, Antônio (padre) – 37, 38, 44  
 VIREY – 95, 97, 99  
 VIRGÍLIO – 55, 56

### W

WILLIS – 11

### Z

ZABU – 57  
 ZÁRATE (escritor) – 79, 82

*Viagem pelo rio Amazonas – Cartas do Mundus Alter*, de Ptolomeu de Assis Brasil, foi composto em Garamond, corpo 12/14, e impresso em papel vergê areia 85g/m<sup>2</sup>, nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em maio de 2011, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.



Um dos nomes mais importantes da literatura brasileira, o poeta Gonçalves Dias apresenta neste livro suas reflexões sobre a região amazônica. O poeta que tanto escreveu sobre os indígenas, autor da obra clássica do romantismo *Os timbiras*, revela sua faceta de etnólogo e ensaísta, ao estudar em cartas e conferências o vasto território da selva tropical brasileira.

Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), filho de português com mestiça, orgulhava-se de sua origem. Afirmava ser oriundo das raças branca, indígena e negra, que compunham o homem brasileiro. Entre 1861 e 1862 viaja pelos rios Madeira e Negro. Interrompe a viagem para tratamento de saúde na Europa. Ao voltar, em 10 de setembro de 1864, o navio em que viaja, *Ville de Boulogne*, naufraga nas costas da sua terra natal, o Maranhão.

Este volume revela para o leitor o *mundus alter* (“mundo outro”) do Amazonas. O poeta apresenta desde a memória da sua viagem às regiões selváticas até a discussão sobre a colonização do Brasil naquela área, o modo de viver dos indígenas, a erudita dissertação sobre a existência das míticas mulheres guerreiras, as Amazonas, e reflexões pertinentes sobre a História do Brasil.



ISBN 978-85-7018-344-6



9 788570 183446